
Companhia Sulamericana de Distribuição

*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente*

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	1
Demonstração do resultado	2
Demonstração do resultado abrangente	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração do valor adicionado	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Iniciamos o exercício de 2021 com os desafios e continuidade da pandemia da COVID-19, além de impactos da inflação que pressionaram nossos custos e o consumo das famílias. As ações implementadas em 2020 para o combate da pandemia continuaram sendo foco da Companhia no exercício corrente, e com isso nossos resultados demonstraram resiliência mesmo com as adversidades enfrentadas.

Apesar de todos esses desafios, a CSD encerrou o exercício de 2021 com crescimento de dois dígitos em suas vendas, além de manter uma consistência do EBITDA ajustado. Nossa estratégia de crescimento nas regiões que atuamos tem demonstrado assertividade aliadas com as melhorias de produtividade.

A nossa receita bruta teve um crescimento de 12,1% em relação ao ano anterior, e em relação a 2019 crescemos 32,2% encerrando 2021 com R\$ 3,4 bilhões. O EBITDA ajustado registrou o montante de R\$ 185,7 milhões, atingindo uma margem de 5,9% em relação à receita líquida mantendo estável em relação ao ano anterior, porém com crescimento de 19,3% em relação ao ano de 2019. O lucro líquido foi de R\$ 103,0 milhões, um crescimento de 37,5% em relação a 2020.

Principais indicadores operacionais e financeiros (valores em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	Var. %
Receita bruta	3.368.785	3.005.254	12,1%
Receita líquida	3.154.513	2.816.888	12,0%
Lucro bruto	835.198	761.138	9,7%
Margem bruta	26,5%	27,0%	-0,5p.p.
Lucro líquido	103.080	74.972	37,5%
Margem líquida	3,3%	2,7%	+0,6p.p.
EBITDA	207.355	184.166	23,4%
Margem EBITDA	6,6%	6,5%	+0,1p.p.
EBITDA Ajustado	185.739	189.505	-2,0%
Margem EBITDA Ajustado	5,9%	6,7%	-0,8p.p.

Resultado do EBITDA e EBITDA ajustado (valores em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	Var. %
Lucro líquido do exercício	103.080	74.972	37,5%
(+) IRPJ/CSLL corrente e diferido	(12.171)	3.979	-205,9%
(+) Resultado financeiro, líquido	27.935	27.781	0,6%
(+) Resultado financeiro, arrendamentos	27.538	24.963	10,3%
(+) Depreciação e amortização	30.374	28.373	7,1%
(+) Depreciação arrendamentos	30.599	24.098	26,9%
EBITDA¹	207.355	184.166	23,4%
Margem EBITDA	6,6%	6,5%	+0,1p.p.
Outras receitas operacionais	(17.889)	(14.512)	-23,3%
Efeitos não recorrentes	(3.727)	19.851	-187,7%
EBITDA Ajustado¹	185.739	189.505	-2,0%
Margem EBITDA ajustado	5,9%	6,7%	-0,8p.p.

1) De acordo com a Instrução CVM 527; 2) o EBITDA Ajustado é uma medida não-contábil de rentabilidade, cujo cálculo exclui os resultados não-recorrentes ou extraordinários do EBITDA/LAJIDA da Companhia.

Crescimento continua sendo o foco da Companhia e desta forma tivemos, no exercício, a inauguração de seis novas lojas, na cidade de Maringá, Londrina, Telêmaco Borba e São José do Rio Preto, sendo cinco no segmento de varejo e uma unidade no segmento de autosserviço (atacarejo).

Encerramos o exercício com 63 lojas (58 no varejo e 5 no autosserviço (atacarejo)), com operações em 30 municípios nos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O e-commerce é integrado à nossa rede de lojas físicas, o qual atendemos as 30 cidades que atuamos no formato delivery (entrega em domicílio) **com o sistema “Clique e Retire” (compra pela internet e retirada na loja)**, e com os aplicativos de entrega rápida com empresas parceiras. Em 2021, a base de vendas manteve-se estável em relação ao ano anterior, que foi um ano de expressivo crescimento devido a pandemia e isolamento social.

O nosso aplicativo Clube Mais, nosso programa de relacionamento com os clientes, continua expandindo com mais de 3 milhões de clientes cadastrados, e junto com o e-commerce continua sendo nosso foco na estratégia de digitalização do varejo de alimentos e maior compromisso na expansão e atendimento aos clientes em nossos principais canais, integrando as lojas físicas com os meios digitais (mobile e online).

As ações de importância e compromisso de um negócio responsável remonta desde a criação do Instituto São Francisco e veio crescendo com a introdução das bandeiras Cidade Canção, Amigão e Stock Atacadista. Nos orgulhamos de estarmos sempre presentes em ações comunitárias nas cidades em que atuamos, e através dos programas promovidos pelo Instituto mantemos diversas entidades, fomentamos programas de nutrição com repasses e arrecadação de alimentos, campanha do agasalho, e ações sociais de Páscoa, Natal e Dia das Crianças.

Destacamos também, que as principais ações continuam com foco no atendimento aos requisitos sociais através de desenvolvimentos internos dos nossos funcionários, evolução na gestão das pessoas, saúde e segurança do trabalho, treinamentos e programas de reconhecimento e inclusão. As ações de sustentabilidade compreendem programas de reciclagem com gestão de resíduos e rejeitos, onde conseguimos retirar do meio ambiente através de reciclagens de plástico, papel e papelão mais de 5 mil toneladas, e ainda com o recolhimento de lâmpadas reciclamos 7 toneladas. Com o programa de logística reversa implementado com parcerias no Estado do Mato do Grosso do Sul conseguimos, através de nossas duas lojas nesse Estado, a recuperação de 98 toneladas de resíduos recicláveis.

Visando sempre a qualidade dos produtos que oferecemos aos nossos clientes para manter nossas estratégias com a máxima qualidade, possuímos programas de rastreamento de alimentos com diretrizes de rastreio e procedimentos de acordo com as melhores práticas do mercado.

Nossa estrutura de governança criada há mais de 12 anos propicia uma organização engajada nas melhores práticas de mercado e com políticas responsáveis de conduta.

Aproveitamos para agradecer todos os nossos funcionários, diretores, conselheiros e fornecedores pelo trabalho e empenho exercido neste ano de 2021, e ainda nossos clientes que confiaram em nosso trabalho com suas visitas e compras em nossas lojas.

Carlos Alberto Tavares Cardoso - Diretor Presidente da CSD



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Sulamericana de Distribuição

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Sulamericana de Distribuição ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Sulamericana de Distribuição e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

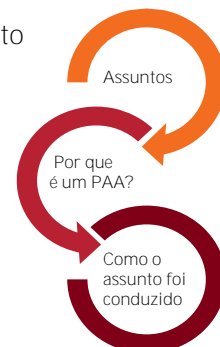
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Sulamericana de Distribuição e da Companhia Sulamericana de Distribuição e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Companhia Sulamericana de Distribuição

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Teste de *impairment* de ágio (Nota 17)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o montante de R\$ 321.358 mil registrado como ágio advindo de combinações de negócios e incorporações de ações.

Consideramos o teste de *impairment* de ágio como um dos Principais Assuntos de Auditoria em função da magnitude do saldo de ágio (*goodwill*) registrado e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade desses ativos, uma vez que envolvem julgamentos significativos em relação a estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação das projeções de fluxos de caixa da Companhia.

Conferimos a coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa. Com o apoio de especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções, tais como taxas de crescimento e de desconto, mediante comparação com os orçamentos aprovados pela administração da Companhia, dados de mercado, quando disponíveis, e projeções de anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Efetuamos, ainda, análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Companhia Sulamericana de Distribuição

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Companhia Sulamericana de Distribuição

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 2 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Carlos Alexandre Peres
Signed By: CARLOS ALEXANDRE PERES:11681406845
CPF: 11681406845
Signing Time: 02 March 2022 | 18:15 BRT

ICP
Brasil
FD-1145888A181060FD7A10463274DF
Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7

Companhia Sulamericana de Distribuição

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	191.149	306.969	193.992	313.026	Fornecedores	19	329.341	292.895	329.341	290.816
Contas a receber	7	267.705	211.895	267.704	210.588	Empréstimos e financiamentos	18	112.360	151.395	112.360	163.542
Estoques	8	353.328	294.246	371.888	309.692	Passivo de arrendamento	15	48.293	41.703	48.293	41.703
Adiantamentos		4.986	13.152	13.816	13.523	Salários e encargos sociais		28.968	24.868	28.970	24.598
Impostos e contribuições a recuperar	9	48.429	25.085	48.445	28.371	Provisões trabalhistas		42.206	40.370	42.206	40.370
Outros ativos	10	8.907	8.496	9.055	8.709	Impostos e contribuições a recolher	20	23.613	23.041	24.257	23.739
		<u>874.504</u>	<u>859.843</u>	<u>904.900</u>	<u>883.909</u>	Parcelamento de impostos	21	2.312	4.125	2.312	4.140
						Partes relacionadas	30	-	6.572	-	-
Não circulante						Dividendos e juros s/ cap. próprio a pagar		24.481	20.189	24.481	20.189
Realizável a longo prazo						Outros passivos circulantes	23	51.173	43.670	53.020	52.222
								<u>662.747</u>	<u>648.828</u>	<u>665.240</u>	<u>661.319</u>
Depósitos judiciais	22	9.456	7.772	9.456	7.782	Não circulante					
Partes relacionadas	30	68.502	78.680	68.504	78.682	Empréstimos e financiamentos	18	345.370	294.440	345.370	311.584
Outros ativos	10	10.548	10.918	10.548	10.961	Passivo de arrendamento	15	170.089	159.289	170.089	159.289
		<u>88.506</u>	<u>97.370</u>	<u>88.508</u>	<u>97.425</u>	Parcelamento de impostos	21	1.598	2.580	1.598	2.638
						Impostos e contribuições a recolher	20	58.168	57.076	58.168	57.076
Investimentos	13	80.995	51.659	-	-	Tributos diferidos	12	37.597	49.941	37.597	49.941
Ativos de direito de uso	15	214.584	199.189	214.584	199.189	Provisões	22	64.129	62.943	64.129	62.983
Imobilizado	16	299.745	239.856	352.835	262.482	Partes relacionadas	30	-	13.897	-	-
Intangível	17	327.451	308.209	327.451	326.930	Outros passivos	23	-	2.028	-	1
		<u>1.011.281</u>	<u>896.283</u>	<u>983.378</u>	<u>886.026</u>			<u>676.951</u>	<u>642.194</u>	<u>676.951</u>	<u>643.512</u>
						Total do passivo		<u>1.339.698</u>	<u>1.291.022</u>	<u>1.342.191</u>	<u>1.304.831</u>
						Patrimônio líquido	24				
						Atribuído aos acionistas da controladora					
						Capital social		357.532	355.148	357.532	355.148
						Reserva legal		17.450	12.296	17.450	12.296
						Reserva de incentivos fiscais		170.971	58.274	170.971	58.274
						Reserva de lucros		134	39.386	134	39.386
								<u>546.087</u>	<u>465.104</u>	<u>546.087</u>	<u>465.104</u>
						Participação dos não controladores		-	-	-	-
						Total do patrimônio líquido		<u>546.087</u>	<u>465.104</u>	<u>546.087</u>	<u>465.104</u>
Total do ativo		<u>1.885.785</u>	<u>1.756.126</u>	<u>1.888.278</u>	<u>1.769.935</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.885.785</u>	<u>1.756.126</u>	<u>1.888.278</u>	<u>1.769.935</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Operações continuadas					
Receita	25	3.156.429	2.815.884	3.154.513	2.816.888
Custo das mercadorias vendidas	26	(2.319.733)	(2.060.125)	(2.319.315)	(2.055.752)
Lucro bruto		836.696	755.759	835.198	761.136
Despesas com vendas	26	(352.269)	(322.456)	(360.262)	(325.290)
Despesas gerais e administrativas	26	(368.026)	(315.524)	(361.742)	(315.601)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(5.021)	1.268	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	27	33.069	11.351	33.188	11.450
Lucro operacional		144.448	130.398	146.382	131.695
Receitas financeiras		21.561	4.633	21.617	4.681
Despesas financeiras		(76.149)	(57.221)	(77.090)	(57.425)
Resultado financeiro, líquido	28	(54.588)	(52.588)	(55.473)	(52.744)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		89.860	77.810	90.909	78.951
Imposto de renda e contribuição social	29	-	(341)	(1.048)	(1.482)
Corrente					
Diferidos		13.220	(2.497)	13.219	(2.497)
Lucro líquido do exercício		103.080	74.972	103.080	74.972
Lucro líquido básico e diluído por ação	24	0,30	0,23		

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	<u>103.080</u>	<u>74.972</u>	<u>103.080</u>	<u>74.972</u>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>103.080</u></u>	<u><u>74.972</u></u>	<u><u>103.080</u></u>	<u><u>74.972</u></u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Notas	Atribuível aos acionistas da controladora					Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a distribuir	Lucros acumulados			Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		344.267	8.547	-	60.806	-	413.620	3	413.623
Integralização de capital	24	10.881	-	-	-	-	10.881	-	10.881
Dividendos a pagar ou distribuídos		-	-	-	(14.180)	-	(14.180)	-	(14.180)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.972	74.972	-	74.972
Constituição de reserva legal		-	3.749	-	-	(3.749)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	-	58.274	-	(58.274)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	24	-	-	-	(7.240)	(12.949)	(20.189)	-	(20.189)
Participação dos não Controladores		-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		355.148	12.296	58.274	39.386	-	465.104	-	465.104
Integralização de capital	24	2.384	-	-	-	-	2.384	-	2.384
Dividendos a pagar ou distribuídos		-	-	-	(2.467)	-	(2.467)	-	(2.467)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	103.080	103.080	-	103.080
Constituição de reserva legal		-	5.154	-	-	(5.154)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	24	-	-	112.697	(14.771)	(97.926)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	24	-	-	-	(22.014)	-	(22.014)	-	(22.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		357.532	17.450	170.971	134	-	546.087	-	546.087

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Notas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social				
	89.860	77.810	90.909	78.951
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	26	60.150	51.941	60.973
Crédito de ICMS ST MVA não realizado	26	(5.258)	(18.264)	(5.258)
Ganho com a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins	9	(32.165)		(32.165)
Resultado da equivalência patrimonial	13	5.021	(1.268)	-
Resultado de ativos baixados	16	592	(862)	609
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	22	1.186	6.145	1.146
Provisão para perda de crédito esperada	7	841	105	841
Provisão para perda de estoque	8	(530)	2.015	(530)
Ganho na venda de subsidiárias		-	(1.877)	-
Encargos arrendamento (Juros Provisionados)	15	27.470	25.341	27.470
Encargos financeiros, líquidos	18	21.072	9.222	21.964
				12.858
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber		(56.426)	(31.442)	(57.957)
Estoques		(58.513)	(52.613)	(57.363)
Depósitos judiciais		(1.684)	(356)	(1.674)
Outros ativos circulantes e não circulantes		18.504	3.519	25.932
				(251)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores		36.407	13.404	38.525
Salários e encargos sociais		4.066	3.124	4.372
Impostos e contribuições a recolher		1.593	5.175	2.755
Parcelamento de impostos		(2.863)	(1.595)	(2.868)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(12.197)	(2.609)	7.633
				6.420
Caixa gerado nas operações				
Juros pagos	15/18	97.126	86.915	125.314
Imposto de renda e contribuição social pagos		(51.234)	(29.705)	(52.336)
		-	(2.771)	(1.145)
				(3.911)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
		45.892	54.439	71.833
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Adições aos intangíveis	17	(960)	(2.861)	(1.053)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	16	(84.068)	(59.373)	(129.074)
Ativos de direito de uso (fundo de comércio)	18	(5.500)	-	(5.500)
Caixa líquido decorrente das incorporações da EBC e Dutrigo	13	286	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	(46.147)	-	-
Investimentos			(28.511)	-
				(-)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
		(136.389)	(90.745)	(135.627)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	24	2.384	10.881	2.384
Pagamento de arrendamentos	15	(22.624)	(18.931)	(22.624)
Empréstimos e financiamentos obtidos	18	161.503	370.000	161.503
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	(146.397)	(43.018)	(176.314)
Juros sobre capital próprio pagos	24	(20.189)	(23.499)	(20.189)
				(23.499)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento				
		(25.323)	295.433	(55.240)
Caixa adquirido na combinação de negócios				
		-	2.093	-
				2.093
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no exercício				
		(115.820)	261.220	(119.034)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
		306.969	45.749	313.026
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício				
		191.149	306.969	193.992
				313.026

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Vendas de mercadorias	3.363.474	2.997.101	3.363.240	3.009.428
Perda com créditos de liquidação duvidosa	(841)	(105)	(841)	(105)
Outras receitas	72.825	60.701	72.937	60.814
	<u>3.435.458</u>	<u>3.057.697</u>	<u>3.435.336</u>	<u>3.070.137</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas	(2.317.539)	(2.058.427)	(2.317.122)	(2.066.114)
Materiais, energia, serviços terceiros e outros	(337.955)	(290.207)	(332.569)	(287.069)
	<u>(2.655.494)</u>	<u>(2.348.634)</u>	<u>(2.649.691)</u>	<u>(2.353.183)</u>
Valor adicionado bruto	779.964	709.063	785.645	716.954
Depreciação e amortização	(60.150)	(51.941)	(60.972)	(52.470)
	<u>719.814</u>	<u>657.122</u>	<u>724.673</u>	<u>664.484</u>
Valor adicionado líquido produzido				
Equivalência patrimonial	(5.021)	1.268	-	-
Receitas financeiras	23.898	5.756	23.953	5.775
Outros	2.713	2.050	2.702	2.052
	<u>741.405</u>	<u>666.196</u>	<u>751.328</u>	<u>672.311</u>
Valor adicionado total a distribuir				
Colaboradores	(312.327)	(287.742)	(318.590)	(289.843)
Remuneração direta	(269.385)	(243.194)	(275.482)	(244.909)
Participações	(9.934)	(13.888)	(9.934)	(13.888)
Benefícios	(14.285)	(13.664)	(14.451)	(13.901)
Encargos	(18.723)	(16.996)	(18.723)	(17.145)
Impostos, taxas e contribuições	(227.424)	(232.784)	(229.922)	(236.522)
Federais	(127.491)	(144.383)	(128.970)	(146.631)
Estaduais	(97.373)	(86.034)	(98.344)	(87.468)
Municipais	(2.560)	(2.367)	(2.608)	(2.423)
Financiamentos externos	(98.574)	(70.698)	(99.736)	(70.974)
Juros	(79.802)	(58.894)	(80.740)	(59.093)
Aluguéis	(18.772)	(11.804)	(18.996)	(11.881)
Remuneração capitais próprios	(103.080)	(74.972)	(103.080)	(74.972)
Juros sobre capital próprio	-	(12.949)	-	(12.949)
Lucros retidos	(103.080)	(62.023)	(103.080)	(62.023)
Valor adicionado distribuído	<u>(741.405)</u>	<u>(666.196)</u>	<u>(751.328)</u>	<u>(672.311)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Sulamericana de Distribuição, em conjunto com as controladas diretas Incopar Empreendimentos Imobiliários Ltda., e a controlada indireta Pighes Empreendimentos e Participações Ltda. (a “Companhia” ou “CSD” ou “Grupo”) com sede na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, é uma sociedade por ações de capital fechado.

A CSD tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar, eletroeletrônicos e outros produtos, atuando através do formato de supermercados. A CSD possui em seu portfólio as bandeiras “Cidade Canção”, “São Francisco”, “Amigão” e “Stock”. A Incopar possui como atividade a incorporação de imóveis, construção de imóveis, compra e venda de imóveis prontos ou a construir, sejam eles residenciais ou comerciais, terrenos ou frações ideais, locação e administração de bens imóveis. A Pighes tem como objeto social a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza e aluguel de imóveis próprios, residenciais e não residenciais.

A Companhia foi constituída em 30 de dezembro de 2009, com capital social de R\$ 10.

Em 09 de setembro de 2020, a CSD adquiriu 100% das quotas das empresas Dutrigo Alimentos Ltda (“Dutrigo”) e EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. (“EBC”) (Notas 13,14, 16, 17 e 30).

Em 25 de setembro de 2020, a CSD realizou a cisão parcial de sua subsidiária Incomar com redução do capital social, mediante transferência de parcela do patrimônio para a empresa Incopar Empreendimentos Imobiliários (“Incopar”). (Notas 13,14, 16, 17 e 30).

Em 25 de setembro de 2020, a Companhia realizou a venda da sua subsidiária denominada Incomar mediante transferência das ações para os acionistas do Grupo. (Notas 13,14, 16, 17 e 30).

Em 02 de julho de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da totalidade das ações representativas do capital social da empresa Dutrigo. (“Dutrigo”).

Em 10 de setembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da totalidade das ações representativas do capital social da empresa EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. (“EBC”).

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía 9.114 funcionários (não auditado), 63 lojas (não auditado) e atuava em 30 cidades do interior dos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul (não auditado), utilizando uma infraestrutura logística formada pelo Centro de Distribuição de Paiçandu de 30 mil metros quadrados (não auditado), o Centro de Distribuição na cidade de Lins com 5 mil metros quadrados (não auditado) e o Centro de Distribuição na cidade de Maringá com 9 mil metros quadrados (não auditado).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2022.

1.1 Impactos COVID 19

Em 2021, a Companhia continuou atribuindo como prioridade máxima e imediata, a segurança e a saúde de seus funcionários e clientes. Ao mesmo tempo, possui a responsabilidade e o papel fundamental de garantir o fornecimento de alimentos para a comunidade em que atua nos estados do Paraná, de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Dentre as ações implementadas em 2021 relacionadas ao COVID-19, destacam-se a manutenção de um comitê de crise, cumprimento aos protocolos sanitários, controle de estoques elegidos como sensíveis e prioritários, incremento ao quadro de funcionários nas lojas, matriz e centro de distribuição, desenvolvimento do e-commerce, negociações pontuais para conter os aumentos e despesas causados pelo COVID 19 e por fim, ações humanitárias via Instituto Cidade Canção.

A administração entende que não houve a necessidade de reavaliação de estimativas contábeis, com a evidência de que foram mantidos os acordos comerciais e compras com fornecedores, os contratos de arrendamento e aluguéis com os proprietários dos imóveis onde estão instaladas nossas lojas e as políticas de provisão e estimativas contábeis.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.21.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga espontaneamente a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, conforme requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, e portanto essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob a categoria mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.2 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir:

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.3 *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes e de administradores de cartões pela venda de mercadorias no curso normal de suas atividades. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber oriundas de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre o volume de compra, ações de *marketing*, reembolso de custos, dentre outros.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor de venda e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperado (PCE) ou *impairment*.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, sendo ajustado por provisão para realização de bonificações nos estoques e para perdas e quebras, as quais são periodicamente revisadas e avaliadas quanto à sua suficiência. Na controlada Incopar, os estoques compreendem os terrenos e imóveis destinados à venda.

2.8 Títulos públicos estaduais – precatórios

A Companhia classifica os precatórios adquiridos como instrumentos financeiros na categoria de mensurados pelo custo amortizado, ajustados por provisão para *impairment* quando a administração possui dúvidas quanto a sua recuperabilidade (Nota 11).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Ativos intangíveis

(a) Ágio

Atualmente a Companhia possui ágios decorrentes das seguintes operações:

Como resultado da incorporação da totalidade das ações da Évora e Cidade Canção, gerou diferença positiva entre o valor do patrimônio líquido daquelas empresas e o valor justo dos ativos e passivos das mesmas no momento de sua avaliação. O ágio de incorporação das ações de controladas é registrado como "Ativo intangível", sua amortização para fins fiscais foi esgotada em 2017. Para o registro contábil da formação da Joint Venture CSD em 2010, quando da associação das duas redes varejistas, a administração definiu a política contábil de registrar os ativos e passivos ao valor justo.

Foi apurado ágio na aquisição da rede Amigãolins Supermercado S.A. decorrente da aquisição de participação de 100% do capital desta empresa em 18 de agosto de 2014. O goodwill foi registrado por expectativa de rentabilidade futura de acordo com os laudos contábeis considerando o valor justo do patrimônio líquido da controlada.

Adicionalmente, houve as aquisições de 100% dos capitais da EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda e da Dutrigo Alimentos Ltda. em 09 de setembro de 2020. O ágio registrado por expectativa de rentabilidade futura em ambas as operações de aquisições estão subsidiados por laudos contábeis considerando o valor justo dos patrimônios líquidos das companhias.

Os ágios são testados anualmente para verificar perdas, sendo este contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

(b) Marcas registradas

As marcas registradas adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor justo na aquisição e são consideradas como intangível de vida útil indefinida.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de benfeitorias em propriedades de terceiros é efetuada de acordo com o período dos contratos de locação dos imóveis onde estão localizadas as lojas da CSD. Quanto a depreciação dos outros ativos, calcula-se usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil média estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em propriedades de terceiros (conforme prazos contratuais)	8
Máquinas e equipamentos	15
Veículos	10
Computadores e periféricos	5
Edificação	25
Móveis e utensílios	15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Verbas comerciais de fornecedores

As verbas comerciais recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados entre a Companhia e os fornecedores, registradas ao resultado quando os correspondentes estoques são recebidos no Centro de Distribuição ou Lojas. Outros tipos de verbas comerciais são levadas a resultado quando da venda das respectivas mercadorias, momento em que as margens dos produtos vendidos são apuradas.

Verbas comerciais podem ser relativas ao volume de compras, logística e à negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros. As verbas de rebaixa de custo atreladas ao pedido de compra e as verbas de rebaixa de preço, são reconhecidas como redutoras dos custos da Companhia. As verbas de logística, ponto extra, marketing, inauguração e reinauguração são reconhecidas como redutoras das despesas com vendas. Todos os tipos de verbas comerciais são registradas como contas a receber de fornecedores.

Contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber das verbas, depósito em conta corrente e ou pela bonificação de mercadorias.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após o reconhecimento inicial, o passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e impostos indiretos) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida, mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo e atacado para a comercialização de produtos alimentícios. As vendas de mercadorias são reconhecidas quando é vendido um produto para o cliente, ou seja, quando o controle sobre os produtos é transferido ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de débito ou crédito ou ainda, por meio de cheques. Além do varejo, a Companhia também atua nos segmentos de atacado de autosserviço e vendas Web.

A Companhia possui um programa de fidelidade no qual os clientes de varejo ganham descontos diretamente no momento da realização da compra, não possuindo nenhuma regra comercial ou de pontuação pré-estabelecida para a concessão de descontos nas compras dos produtos nos canais de vendas. A receita da venda já é reconhecida líquida do desconto dado ao cliente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Arrendamentos

O Grupo aluga prédios comerciais para sua área administrativa, lojas de varejo e atacado. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 1 ano a 20 anos e podem incluir opções de prorrogação, conforme descrito no item (iv) a seguir.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente utilizando a taxa implícita do arrendamento ou uma taxa incremental.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- . pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- . o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo:

- . sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros. As taxas refletem as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- . usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e
- . faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- . quaisquer custos diretos iniciais; e
- . custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo contratual de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

(iii) Pagamentos de arrendamentos variáveis

Alguns arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, como por exemplo, minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

(iv) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 Benefícios a empregados - participação dos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma estimativa e cálculos que levam em consideração o resultado atribuível aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.21 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na (Nota 2.11).

Durante o exercício de 2021, e com base nas estimativas da administração, não houve determinação de valores de perdas imputáveis ao ágio (Nota 17 (b)).

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos os custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, ainda, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(b) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(c) Créditos tributários

O Grupo reconhece créditos tributários principalmente relacionados a ICMS, ICMS Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS baseados na análise da legislação vigente e da jurisprudência atualizada, reforçada pela opinião legal dos seus assessores jurídicos externos.

(d) Determinação do prazo de arrendamento e da taxa incremental

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de lojas de varejo e atacado, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

A taxa incremental foi mensurada levando-se em consideração o custo de captação ponderado da Companhia em janeiro de 2019, o qual era de 145% do CDI. O CDI futuro, baseando-se no prazo contratual remanescente de cada contrato, foi extraído oficialmente da Bolsa Mercantil de Futuros, BMF. A taxa incremental mínima apurada foi de 9,37% a.a. para contratos de 12 meses e a taxa incremental máxima foi de 14,14% a.a. para o prazo de 240 meses.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la).

2.22 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.23 Fundos de comércio

Os fundos de comércio adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, são avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada como um ativo de direito de uso. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos fundos de comércio durante sua vida útil conforme prazo de duração do contrato de aluguel dos negócios adquiridos.

2.24 Direitos sobre pontos comerciais (“Luvas”)

Os direitos sobre pontos comerciais (luvas) adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, são avaliados com vida útil definida e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada como um ativo de direito de uso. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos direitos sobre as luvas durante sua vida útil conforme prazo de duração do contrato de aluguel dos negócios adquiridos.

2.25 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

- . Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1ª de janeiro de 2022.
- . Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1ª de janeiro de 2022.
- . Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1ª de janeiro de 2022.
- . Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1ª de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

(iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1^o de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1^o de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1^o de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1^o de janeiro de 2023.

3 Gestão de risco

3.1 Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas à diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de taxa de juros

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros. O resultado e seus fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter o maior número possível de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e com administradoras de cartões. Este risco é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia serem realizadas em dinheiro e por meio de cartões de débito e crédito. Com relação aos cheques pré-datados, são considerados os indicativos de perdas históricas no estabelecimento de uma provisão para perdas (*impairment*).

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos e mensurados ao custo amortizado do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	332.223	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	113.231	107.248	237.331	3.600
Passivo de arrendamento	51.625	44.880	106.184	195.778
Outras contas a pagar	51.176	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	294.444	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	153.361	106.631	171.531	18.000
Passivo de arrendamento	44.584	42.466	97.932	191.506
Partes relacionadas	7.622	14.277	-	-
Outras contas a pagar	43.670	2.028	-	-

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	332.223	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	113.231	107.248	237.331	3.600
Passivo de arrendamento	51.625	44.880	106.184	195.778
Outras contas a pagar	53.022	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	292.365	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	166.893	124.842	171.533	18.000
Passivo de arrendamento	44.584	42.466	97.932	191.506
Outras contas a pagar	52.222	1	-	-

3.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, a análise de sensibilidade realizada pelo grupo, foi desenvolvida considerando a taxa de juros ponderada de 11,48% ao ano.

O Grupo divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo.

Transações	Taxa de juros	Saldo em 31.12.2021	Projeção de mercado
			Cenário provável
Debêntures	120% do CDI	(91.197)	(101.279)
Finame	TJLP + 6,0%	(2.678)	(3.003)
Empréstimos bancários (capital de giro)	125% do CDI	(363.855)	(405.979)
		(457.730)	(510.261)
Equivalência de caixa	100,09 do CDI	193.992	204.957
Exposição líquida		(263.738)	(305.304)
Efeito líquido - perda		-	(41.566)

3.3 Gestão de risco de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira no Consolidado podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2021	2020
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 18)	457.730	475.126
Total Passivo de Arrendamentos (IFRS 16 – CPC 06)	218.382	200.992
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(193.992)	(313.026)
Dívida Líquida	482.120	363.092
Total do patrimônio líquido	546.087	465.104
Total do capital	1.028.207	828.196
Índice de alavancagem financeira - %	47	44

4 Instrumentos financeiros por categoria – consolidado

	2021	2020
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes	267.704	210.588
Depósitos judiciais	9.456	7.772
Partes relacionadas	68.504	78.680
Caixa e equivalentes de caixa	193.992	313.026
	<u>539.656</u>	<u>610.066</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	457.730	475.126
Passivo de arrendamento	218.382	200.992
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	329.341	290.816
	<u>1.005.453</u>	<u>966.934</u>

5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes (menos a perda (*impairment*)), partes relacionadas, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

As presentes demonstrações financeiras não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	1.533	1.363	1.533	1.376
Numerários em trânsito	11.494	16.717	11.494	16.717
Bancos conta movimento	14.111	56.204	15.594	56.573
Aplicações financeiras (i)	164.011	232.685	165.371	238.360
	<u>191.149</u>	<u>306.969</u>	<u>193.992</u>	<u>313.026</u>

- (i) São aplicações em renda fixa indexadas pela variação média de 60% a 102% do CDI em 2021 e em 2020, as quais estão sujeitas a variações insignificantes de valor justo e podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, cuja intenção da administração é fazer uso destes recursos no curto prazo, ou seja, menos de 90 dias.

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Administradoras de cartões (i)	106.895	78.235	106.895	78.235
Administradoras de cartões – partes relacionadas	32.673	28.512	32.673	28.512
Cheques pré-datados	26.006	27.046	26.006	27.046
Cheques pré-datados – partes relacionadas	3	12	3	12
Contas a receber de fornecedores (ii)	74.496	46.174	74.496	46.180
Contas a receber de fornecedores – relacionadas	128	1.736	128	195
Cartão - alimentação	25.367	24.743	25.367	24.743
Cartão – alimentação – partes relacionadas	89	2.190	89	2.190
Contas a receber de clientes	1.024	566	1.023	2.237
Outros	2.230	1.672	2.230	1.672
Outros – partes relacionadas	71	2	71	2
Valores a receber Dutrigo e EBC	-	1.443	-	-
Subtotal	268.982	212.331	268.981	211.024
Provisão para devedores duvidosos	(1.277)	(436)	(1.277)	(436)
	<u>267.705</u>	<u>211.895</u>	<u>267.704</u>	<u>210.588</u>

- (i) Administradoras de cartões: As operações de cartão de crédito são recebidas normalmente dentro de um prazo de 30 dias.
- (ii) Contas a receber de fornecedores: este saldo é proveniente de acordos comerciais gerados através de transações correntes entre o Grupo e seus fornecedores e baseadas, principalmente, no volume de compras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	258.307	202.266	258.306	200.959
Vencidos até 30 dias	5.066	6.349	5.066	6.349
Vencidos de 31 a 60 dias	1.938	1.680	1.938	1.680
Vencidos de 61 a 90 dias	818	1.006	818	1.006
Vencidos de 91 a 120 dias	313	87	313	87
Vencidos acima de 121 dias	2.540	943	2.540	943
	<u>268.982</u>	<u>212.331</u>	<u>268.981</u>	<u>211.024</u>

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em 1º de janeiro	(436)	(331)	(436)	(331)
Constituição de provisão	(841)	(105)	(841)	(105)
Reversão de provisão	-	-	-	-
Em 31 de dezembro	<u>(1.277)</u>	<u>(436)</u>	<u>(1.277)</u>	<u>(436)</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "outras despesas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mercadorias para revenda	349.445	293.815	349.445	295.053
Mercadorias em trânsito	7.111	3.832	7.111	3.832
Terrenos (i)	-	-	18.560	13.917
Outros	222	579	222	870
Provisões para perdas nos estoques (ii)	<u>(3.450)</u>	<u>(3.980)</u>	<u>(3.450)</u>	<u>(3.980)</u>
	<u>353.328</u>	<u>294.246</u>	<u>371.888</u>	<u>309.692</u>

- (i) Os terrenos registrados na subsidiária integral Incopar, estão diretamente relacionados a imóveis para comercialização com investidores dentro do padrão usual de negociações do setor imobiliário e encontram-se registrados pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor.

Não há ônus ou gravames sobre os estoques.

- (ii) As provisões para perdas são compostas pela estimativa de perda por diferenças de inventário.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em 1º de janeiro	(3.980)	(1.965)	(3.980)	(1.965)
Constituição de provisão	530	(2.015)	530	(2.015)
Reversão de provisão	-	-	-	-
Em 31 de dezembro	<u>(3.450)</u>	<u>(3.980)</u>	<u>(3.450)</u>	<u>(3.980)</u>

O ramo de atividade varejista, está sujeito a um processo de perdas de estoque provenientes de sua operação, seja por furtos, deterioração ou perecibilidade, dentre outras. Este processo é previsto e reconhecido inclusive pela RFB (Receita Federal do Brasil) que prevê um percentual aceitável para dedutibilidade deste tipo de perdas. Baseado no histórico dessas perdas, a Companhia constitui provisão, a qual, em média, está abaixo do patamar reconhecido pela RFB para o varejo.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 2.319.733 (2020 - R\$ 2.060.125).

9 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pis e Cofins a recuperar (i)	36.861	4.277	36.861	7.517
IR e CSLL a compensar	7.519	5.590	7.535	5.608
Créditos de ICMS ST MVA não realizada	708	8.747	708	8.747
ICMS a recuperar	2.676	5.554	2.676	5.554
Outros tributos a recuperar	665	917	665	945
	<u>48.429</u>	<u>25.085</u>	<u>48.445</u>	<u>28.371</u>

(i) Do saldo de Pis e Cofins a recuperar, R\$ 32.165 (principal R\$ 19.845 e correção monetária pela Selic de R\$ 12.320) refere-se ao crédito de exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins, o qual o STF modulou e decidiu afastar a exigência da inclusão do ICMS. A parcela do ganho correspondente ao valor principal está apresentada no resultado na rubrica de Outras receitas líquidas e o valor referente à correção monetária está apresentado na rubrica de receitas financeiras.

10 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Valores a ressarcir (i)	234	921	234	921
Despesas do exercício seguinte	3.374	2.444	3.522	2.604
Ressarcimento de terceiros	118	313	118	347
Operações bancárias cessões de créditos	759	24	759	24
Aluguéis a receber	587	525	587	525
Títulos de capitalização	3.500	3.500	3.500	3.500
Outros	335	769	335	788
	<u>8.907</u>	<u>8.496</u>	<u>9.055</u>	<u>8.709</u>

Não circulante

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adiantamento de alugueis	1.238	1.388	1.238	1.388
Títulos de capitalização	3.500	3.500	3.500	3.500
Impostos a recuperar	3.394	3.072	3.394	3.072
Despesas antecipadas	399	891	399	891
Seguros a apropriar	517	724	517	724
Consórcios	991	802	991	802
Investimentos bancários – (cotas de capital)	509	541	509	584
	<u>10.548</u>	<u>10.918</u>	<u>10.548</u>	<u>10.961</u>
	<u>19.455</u>	<u>19.414</u>	<u>19.603</u>	<u>19.670</u>

- (i) Referem-se a desembolsos por pagamentos de despesas pertencentes aos antigos acionistas da rede adquirida Amigão, que serão amortizados com os valores retidos para pagamento conforme descrito na (Nota 23).

11 Títulos públicos estaduais

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Valor de face dos precatórios adquiridos	12.165	12.165
(-) Deságio obtido na aquisição dos precatórios	(6.976)	(6.976)
(-) Provisão para perdas na realização dos precatórios	(5.189)	(5.189)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Para os títulos precatórios detidos pela Companhia, cuja administração possui dúvidas sobre sua recuperabilidade, é constituída provisão para perda da totalidade do seu valor.

12 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto diferido ativos – Prejuízo fiscal e Base negativa				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	6.461	181	6.461	181
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	<u>25.076</u>	<u>19.849</u>	<u>25.076</u>	<u>19.849</u>
	31.537	20.030	31.537	20.030
Imposto diferido ativos – Diferenças temporárias				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	5.261	8.581	5.261	8.581
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	<u>22.922</u>	<u>17.635</u>	<u>22.922</u>	<u>17.635</u>
	28.184	26.216	28.184	26.216
	<u>59.721</u>	<u>46.246</u>	<u>59.721</u>	<u>46.246</u>

Imposto diferido passivos

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses	(2.899)	(1.770)	(2.899)	(1.770)
Passivo de imposto diferido (ágio)	<u>(94.418)</u>	<u>(94.417)</u>	<u>(94.418)</u>	<u>(94.417)</u>
	<u>(97.317)</u>	<u>(96.187)</u>	<u>(97.317)</u>	<u>(96.187)</u>
	<u>(37.597)</u>	<u>(49.941)</u>	<u>(37.597)</u>	<u>(49.941)</u>

As parcelas realizáveis não circulantes têm as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
2022	3.742	6.919	3.742	6.919
2023	4.843	8.769	4.843	8.769
Após 2023	<u>39.414</u>	<u>21.796</u>	<u>39.414</u>	<u>21.796</u>
Total	<u>47.998</u>	<u>37.484</u>	<u>47.998</u>	<u>37.484</u>

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções que os suportam são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções.

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Provisões	Prejuízos fiscais	Total	
Ativo de imposto diferido				
Em 1º de dezembro de 2020	(24.170)	(20.442)	(44.612)	
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	<u>(2.046)</u>	<u>157</u>	<u>(1.889)</u>	
Em 31 de dezembro de 2020	(26.216)	(20.285)	(46.501)	
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	<u>(1.968)</u>	<u>(11.251)</u>	<u>(13.219)</u>	
Em 31 de dezembro de 2021	<u>(28.184)</u>	<u>(31.537)</u>	<u>(59.721)</u>	
	Controladora e Consolidado			
	Amortização fiscal do ágio	Ajuste ao valor justo	Outros	Total
Passivo de imposto diferido				
Em 1º de dezembro de 2020	90.166	1.008	842	92.016
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	<u>4.251</u>	<u>(244)</u>	<u>164</u>	<u>4.171</u>
Em 31 de dezembro de 2020	94.417	764	1.006	96.187
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	<u>-</u>	<u>334</u>	<u>797</u>	<u>1.130</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>94.418</u>	<u>1.098</u>	<u>1.802</u>	<u>97.317</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Investimentos

Investimentos 2020	Incomar	Incopar	Dutrigo	EBC	Total
Percentual de participação	99,99%	100%	100%	100%	
Saldo em 31/12/2019	34.249	-	-	-	34.249
Aquisição	-	22.550	938	9.787	33.275
Valor de Ágio	-	-	10.970	6.752	17.722
Equiv. Patrimonial	605	193	106	365	1.269
Cisão Parcial	(22.550)	-	-	-	(22.550)
Venda	(12.303)	-	-	-	(12.303)
Saldo em 31/12/2020	-	22.742	12.013	16.904	51.659
Passivo a descoberto	-	-	(2.027)	-	(2.027)
Total investimentos	-	22.742	9.986	16.904	49.632
Investimentos 2021		Incopar	Dutrigo	EBC	Total
Percentual de participação		100%	100%	100%	
Saldo em 31/12/2020		22.742	12.013	16.904	51.659
Passivo a descoberto		-	(2.027)	-	(2.027)
Equivalência patrimonial		7.802	(1.562)	(11.260)	(5.020)
AFAC (i)		50.450	-	-	50.450
Incorporação Dutrigo		-	3.484	2.745	6.229
Transf. Mais Valia		-	(938)	(1.637)	(2.575)
Transf. Ágio		-	(10.970)	(6.752)	(17.723)
Total investimentos		80.995	-	-	80.995

- (i) O Adiantamento para futuro aumento de capital registrado no valor de R\$ 50.450 foi celebrado entre a controlada Incopar e a controladora para suportar a execução dos empreendimentos imobiliários de propriedade na controlada pela insuficiência de caixa para suportar os pagamentos de prestadores de serviço e de materiais de construção das obras. Do montante registrado em adiantamentos para futuro aumento de capital, R\$ 46.146 foram adiantamentos realizados oriundos de Caixa e Equivalentes de Caixa da controlada e R\$ 4.303 oriundos e registrados na forma de terreno da controlada.

Em 6 de agosto de 2020, a Companhia criou a sociedade Incopar Empreendimentos Imobiliários (“**Incopar**”), a qual tempo por objeto atividades de incorporação de imóveis, construção de imóveis, compra e venda de imóveis prontos ou a construir, residenciais e comerciais, terrenos e frações ideais, locação e administração de bens imóveis, bem como a participação em outras sociedades. A Incopar Empreendimentos Imobiliários é resultante da cisão parcial da sua controlada Incomar Empreendimentos Imobiliários (“**Incomar**”). Esta cisão parcial está em consonância com o plano de expansão e controle de ativos da Companhia para os próximos anos em termos imobiliários, segundo entendimento da alta administração. O total dos ativos líquidos cindidos que somam à Incopar são de R\$ 22.550.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Posteriormente, em 11 de setembro de 2020 foi deliberado e aprovado pela Assembleia Geral de acionistas a transferência, em favor dos acionistas e proporcionalmente à participação de cada um deles na Companhia, as ações e componentes do capital social da sociedade Incomar Empreendimentos Imobiliários ao custo histórico de R\$ 12.304. A transferência foi realizada para quitação parcial dos dividendos propostos no valor de R\$ 14.180 (Nota 24 (f)), gerando, portanto, um ganho de R\$ 1.876 reconhecido em contrapartida de Outras receitas, líquidas. Essa transação não afetou o caixa da Companhia.

No dia 9 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social das panificadoras industriais EBC – **Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. (“EBC”)** e a **Dutrigo Alimentos Ltda. (“Dutrigo”)**, com o objetivo de integrar a participação da CSD na produção de assados e congelados, ampliar sua base de produtos para distribuição em sua rede de mercados e aumentar a eficiência das atividades por meio da sinergia entre as empresas. O valor pago na aquisição das cotas da EBC foi de R\$ 16.538 (Nota 14). Para a Dutrigo, o valor pago foi de R\$ 9.880 (Nota 14). As aquisições estão suportadas por Relatório de Preço de Compra (PPA).

Nas datas de 2 de julho de 2021 e em 10 de setembro de 2021, as panificadoras industriais Dutrigo **Alimentos Ltda. (“Dutrigo”)** e **EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.**, respectivamente, foram incorporadas pela Companhia conforme naturezas das operações, conforme quadro abaixo.

Incorporação Dutrigo e EBC

	EBC	Dutrigo		EBC	Dutrigo
Ativo			Passivo e Pat. Liq.		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	264	22	Fornecedores	2	37
Contas a receber	189	36	Empréstimos Financ.	185	-
Estoques	39	-	Salários Enc. Sociais	29	5
Adiantamentos	337	272	Impostos Contr a Rec.	71	-
Impostos e contribuições a recuperar	3.830	82	Parc. de Impostos	-	9
Partes relacionadas	1.834	48	Partes Relacionadas	12.564	6.419
Outros Ativos	10	113	Outros Passivos	163	103
	6.503	573		13.014	6.573
Não Circulante			Não Circulante		
Realizável Longo Prazo			Provisões	40	-
Outros Ativos	52	1	Parc. Impostos	-	59
	52	1		40	59
Imobilizado	3.667	2.567	Total Passivo	13.054	6.632
Intangível	87	7			
	3.806	2.574			
			Acervo líquido		
Total do Ativo	10.309	3.148	incorporado	(2.745)	(3.484)

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

	Direta Incopar		Direta Dutrigo		Direta EBC		Controladas Indireta Pighes	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	Circulante							
Ativo	28.768	17.308	-	2.306	-	11.908	7.269	6.849
Passivo	(2.943)	(8.572)	-	(3.771)	-	(7.651)	290	(6.849)
Ativo (passivo) circulante líquido	25.825	8.736	-	(1.465)	-	4.257	7.559	-
Não circulante								
Ativo	55.171	14.018	-	2.829	-	4.258	2.939	16.836
Passivo	-	-	-	(3.306)	-	-	-	(13.897)
Ativo não circulante líquido	55.171	14.018	-	(477)	-	4.258	2.939	2.939
Patrimônio líquido	80.996	22.754	-	(1.942)	-	8.515	10.498	2.939
Participação %	100%		100%		100%		99,99%	

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Combinação de negócios

Em 9 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Dutrigo Alimentos Ltda. (“**Dutrigo**”) por R\$ 9.880 e 100% do capital social da EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. (“**EBC**”) por R\$ 16.538. O montante envolvido foi liquidado via transferências bancárias. A tabela a seguir resume a contraprestação paga pelas aquisições e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição.

	Valor contábil			Ajuste a <i>Fair Value</i> (PPA)			Valor justo			
	Dutrigo	EBC	Total	Dutrigo	EBC	Total	Dutrigo	EBC	Total	
ATIVO										
Circulante	4.425	13.972	18.397	-	-	-	4.425	13.972	18.397	
Outros ativos não circulantes	2	51	53	-	-	-	2	51	53	
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Imobilizado	3.013	4.837	7.850	404	1.265	1.669	3.417	6.102	9.519	
Intangível - Outros	7	98	105	-	-	-	7	98	105	
Cláusula de não competição	-	-	-	143	372	515	143	372	515	
Carteira de clientes	-	-	-	391	-	391	391	-	391	
Total do ativo	7.447	18.958	26.405	938	1.637	2.575	8.385	20.595	28.980	
PASSIVO										
Circulante	4.948	10.808	15.756	-	-	-	4.948	10.808	15.756	
Não Circulante	4.526	-	4.526	-	-	-	4.526	-	4.526	
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Capital realizado e atualizado	4.246	41.617	45.863	-	-	-	4.246	41.617	45.863	
Lucros / (Prejuízos) acumulados	(6.273)	(33.467)	(39.740)	938	1.637	2.575	(5.335)	(31.830)	(37.165)	
Total do passivo	7.447	18.958	26.405	938	1.637	2.575	8.385	20.595	28.980	
							Ativos líquidos ao valor justo	(1.089)	9.786	8.697
							Ágio (goodwill)	10.969	6.752	17.721
							Total Contraprestação	9.880	16.538	26.418

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos de direito de uso		
Edificações	195.247	184.554
Luvas	3.113	3.515
Fundo de comércio	<u>16.224</u>	<u>11.120</u>
	<u>214.584</u>	<u>199.189</u>
Passivos de arrendamentos		
Circulante	48.293	41.703
Não circulante	<u>170.089</u>	<u>159.289</u>
	<u>218.382</u>	<u>200.992</u>

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

As demonstrações do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas - encargo total de depreciação - Nota 26)		
Edificações	(29.301)	(24.098)
Luvas	(403)	(403)
Fundo de comércio	<u>(896)</u>	<u>-</u>
	<u>(30.600)</u>	<u>(24.501)</u>
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 28)	(27.423)	(24.964)
Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos em passivos de arrendamentos (incluídas em despesas operacionais - Nota 26)	(5.931)	(6.135)

Os pagamentos de arrendamentos em 2021 juntamente com os juros, totalizaram R\$ 50.122 (2020 – R\$ 42.533).

(i) Divulgações adicionais

A Companhia divulga espontaneamente os requerimentos Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019. A taxa incremental foi mensurada levando-se em consideração o custo de captação ponderado da Companhia em janeiro de 2019, o qual era de 145% do CDI. O CDI futuro, baseando-se no prazo contratual remanescente de cada contrato, foi extraído oficialmente da Bolsa Mercantil de Futuros,

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

BMF. A taxa incremental mínima apurada foi de 9,37% a.a. para contratos de 12 meses e a taxa incremental máxima foi de 14,14% a.a. para o prazo de 240 meses.

Contratos por prazo e taxa de desconto

<u>Prazos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
1 ano	9,37%
3 anos	11,01%
5 anos	12,42%
10 anos	13,69%
15 anos	13,96%
20 anos	14,14%

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	200.992	190.235
Juros provisionados	27.470	25.341
Adição por novos contratos	11.133	20.128
Pagamentos	(22.624)	(18.931)
Juros pagos	(27.498)	(23.602)
Baixas	-	(5.733)
Outros	47	(972)
Ajuste de remensuração de arrendamentos baseados em índices ou taxas médias	28.862	14.526
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro	<u>218.382</u>	<u>200.992</u>

O Grupo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

<u>Vencimento das prestações</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Menos de 1 ano	51.625	44.584
Entre 1 e 2 anos	44.880	42.466
Entre 2 e 5 anos	106.184	97.932
Acima de 5 anos	<u>195.778</u>	<u>191.506</u>
Valores não descontados	398.467	376.488
Juros embutidos	<u>(180.085)</u>	<u>(175.496)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>218.382</u>	<u>200.992</u>

Ativos de direito de uso

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	199.189	185.398
Adição por novos contratos	11.132	20.128
Adição por fundo de comércio (i)	5.500	9.580
Ajustes por remensuração baseados em índices ou taxas	28.862	14.526
Baixa	-	(5.524)
Outros	500	(418)
Despesa de depreciação	<u>(30.599)</u>	<u>(24.501)</u>
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro	<u>214.584</u>	<u>199.189</u>

(i) Valores registrados em ativos de direito de uso, oriundos de fundo de comércio pela aquisição de 3 novas lojas em São José do Rio Preto/SP no valor de R\$ 5.500 em dezembro de 2021. O montante líquido de fundo de comércio de R\$ 9.580 registrados em 2020 é oriundo da aquisição de 2 lojas em Votuporanga/SP.

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	295.977	178.717	303.193	168.928
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>27.378</u>	<u>16.531</u>	<u>28.045</u>	<u>15.626</u>
	<u>323.355</u>	<u>195.248</u>	<u>331.238</u>	<u>184.554</u>

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta espontaneamente os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Após 2025</u>
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	218.382	202.654	180.569	162.131	160.715
Fluxo com projeção de inflação		216.820	187.846	168.616	167.144
Variação		7%	4%	4%	4%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	211.471	187.778	159.736	136.566	134.921
Fluxo com projeção de inflação		199.867	165.632	141.548	139.837
Variação		6%	4%	4%	4%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	27.498	27.821	25.053	22.471	111.764
Fluxo com projeção de inflação		29.766	26.063	23.370	116.235
Variação		7%	4%	4%	4%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	30.197	33.768	28.042	23.170	136.566
Fluxo com projeção de inflação		36.031	29.116	24.041	141.548
Variação		7%	4%	4%	4%

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2019										
Saldo inicial	3.894	19.954	49.233	35.334	273	9.434	54.038	20.648	3.328	196.136
Aquisições	11.318	5.156	19.478	-	3.022	3.531	17.437	-	888	60.830
Projetos em andamento	-	-	-	-	-	-	-	9.392	-	9.392
Baixas	-	(225)	(599)	-	-	(24)	(14)	-	-	(862)
Transferências	-	2.013	9.566	-	-	379	4.993	(17.602)	651	-
Depreciação	-	(2.790)	(6.150)	(1.633)	(354)	(3.458)	(10.853)	-	(402)	(25.640)
Saldo contábil, líquido	<u>15.212</u>	<u>24.108</u>	<u>71.528</u>	<u>33.701</u>	<u>2.941</u>	<u>9.862</u>	<u>65.601</u>	<u>12.438</u>	<u>4.465</u>	<u>239.856</u>
Em 31 de dezembro de 2020										
Custo	15.212	49.558	125.920	44.239	9.809	26.662	134.173	12.438	7.258	425.269
Depreciação acumulada	-	(25.450)	(54.392)	(10.538)	(6.868)	(16.800)	(68.572)	-	(2.793)	(185.413)
Saldo contábil, líquido	<u>15.212</u>	<u>24.108</u>	<u>71.528</u>	<u>33.701</u>	<u>2.941</u>	<u>9.862</u>	<u>65.601</u>	<u>12.438</u>	<u>4.465</u>	<u>239.856</u>
Em 1º de janeiro de 2021										
Saldo inicial	15.212	24.108	71.528	33.701	2.941	9.862	65.601	12.438	4.465	239.856
Aquisições	-	3.262	15.429	-	-	1.268	25.339	-	907	46.205
Incorporação EBC	-	402	2.777	-	90	15	217	-	166	3.667
Incorporação Dutrigo	-	87	1.488	-	-	-	819	-	173	2.567
Valor Justo Dutrigo/EBC	-	243	353	-	1045	28	-	-	-	1.669
Projetos em andamento (i)	-	-	-	-	-	-	-	38.768	-	38.768
Baixas	(4.303)	(39)	(446)	-	-	(106)	(1)	-	-	(4.895)
Transferências	-	456	3.918	-	-	2.179	1.997	(8.724)	174	-
Depreciação	-	(2.896)	(7.639)	(1.633)	(425)	(3.532)	(11.462)	-	(505)	(28.092)
Saldo contábil, líquido	<u>10.909</u>	<u>25.623</u>	<u>87.408</u>	<u>32.068</u>	<u>3.651</u>	<u>9.714</u>	<u>82.510</u>	<u>42.482</u>	<u>5.380</u>	<u>299.745</u>
Em 31 dezembro de 2021										
Custo	10.909	54.740	156.572	44.239	10.944	30.128	166.684	42.482	8.678	525.376
Depreciação acumulada	-	(29.117)	(69.164)	(12.171)	(7.293)	(20.414)	(84.174)	-	(3.298)	(225.631)
Saldo contábil, líquido	<u>10.909</u>	<u>25.623</u>	<u>87.408</u>	<u>32.068</u>	<u>3.651</u>	<u>9.714</u>	<u>82.510</u>	<u>42.482</u>	<u>5.380</u>	<u>299.745</u>
Taxa média de depreciação % ao ano		7%	7%	4%	10%	20%	12%		6%	

(i) Trata-se de projetos em andamento que serão capitalizados após a entrada em operação.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2019										
Saldo inicial	10.419	19.954	49.233	35.334	273	9.434	54.038	20.649	3.328	202.662
Aquisições	19.932	6.097	25.177	-	4.268	3.566	18.382	-	1.553	78.975
Projetos em andamento	-	-	-	-	-	-	-	9.392	-	9.392
Baixas	(1.123)	(257)	(798)	-	(30)	(33)	(14)	-	(122)	(2.377)
Transferências (i)	-	2.013	9.566	-	-	379	4.993	(17.602)	651	-
Depreciação	-	(2.833)	(6.540)	(1.633)	(385)	(3.460)	(10.913)	-	(406)	(26.170)
Saldo contábil, líquido	<u>29.228</u>	<u>24.974</u>	<u>76.638</u>	<u>33.701</u>	<u>4.126</u>	<u>9.886</u>	<u>66.486</u>	<u>12.439</u>	<u>5.004</u>	<u>262.482</u>
Em 31 de dezembro de 2020										
Custo	29.228	51.188	137.952	44.239	12.755	26.820	139.151	12.439	7.876	461.648
Depreciação acumulada	-	(26.214)	(61.314)	(10.538)	(8.629)	(16.934)	(72.665)	-	(2.872)	(199.166)
Saldo contábil, líquido	<u>29.228</u>	<u>24.974</u>	<u>76.638</u>	<u>33.701</u>	<u>4.126</u>	<u>9.886</u>	<u>66.486</u>	<u>12.439</u>	<u>5.004</u>	<u>262.482</u>
Em 1º de janeiro de 2021										
Saldo inicial	29.228	24.974	76.638	33.701	4.126	9.886	66.486	12.439	5.004	262.482
Aquisições	137	3.262	15.573	-	3	1.291	25.563	-	657	46.486
Projetos em andamento	-	-	-	-	-	-	-	77.704	-	77.704
Baixas (i)	(4.303)	(49)	(451)	-	-	(106)	(1)	-	(13)	(4.923)
Transferências	-	456	3.918	-	-	2.179	1.997	(8.724)	174	-
Depreciação	-	(2.961)	(8.259)	(1.633)	(478)	(3.536)	(11.529)	-	(518)	(28.914)
Saldo contábil, líquido	<u>25.062</u>	<u>25.682</u>	<u>87.419</u>	<u>32.068</u>	<u>3.651</u>	<u>9.714</u>	<u>82.516</u>	<u>81.419</u>	<u>5.304</u>	<u>352.835</u>
Em 31 de dezembro de 2021										
Custo	25.062	54.740	156.573	44.239	12.758	30.128	166.683	81.419	8.694	580.296
Depreciação acumulada	-	(29.058)	(69.154)	(12.171)	(9.107)	(20.414)	(84.167)	-	(3.399)	(227.461)
Saldo contábil, líquido	<u>25.062</u>	<u>25.682</u>	<u>87.419</u>	<u>32.068</u>	<u>3.651</u>	<u>9.714</u>	<u>82.516</u>	<u>81.419</u>	<u>5.304</u>	<u>352.835</u>
Taxa média de depreciação % ao ano		7%	7%	4%	10%	20%	12%		6%	

- (i) Transferência do terreno onde será construído o CD Penápolis na controladora para a controlada Incopar. Registrada na rubrica de estoques na controlada devido as atividades econômicas exercidas pela controlada.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de R\$ 28.091 registrado na controladora e R\$ 28.914 no consolidado R\$ (2020 - R\$ 25.640 controladora e R\$26.183 no consolidado), referente à despesa de depreciação, foi reconhecido no resultado em "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas".

O montante de R\$ 77.704 registrados como imobilizado em andamento no consolidado refere-se a investimentos que ainda não entraram em operação, que dentre outros projetos mais relevantes tem-se a novas lojas de Telemaco Borba/PR (R\$ 25.110), Sarandi/PR (R\$ 19.282), Presidente Prudente (R\$ 5.310), Londrina ZN (R\$ 2.368), reforma lojas Votuporanga (R\$ 3.128), reforma Padarias (R\$ 3.200), reforma CD Paçandu (3.081), reforma loja Alvorada (R\$ 2.295), CD Penápolis (R\$3.846), demais projetos pulverizados (R\$ 10.084).

17 Intangível

(a) Composição e movimentação

Intangível	Controladora				
	Ágio (i) (ii)	Marcas registradas	Softwares	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2019	302.658	277	3.621	-	306.556
Adições	-	-	2.861	-	2.861
Amortização	-	-	(1.208)	-	(1.208)
Em 31 de dezembro de 2020	302.658	277	5.274	-	308.209
Adições	-	-	960	-	960
Incorp. EBC e Dutrigo	18.700	42	94	906	19.742
Amortização	-	-	(1.406)	(54)	(1.460)
Em 31 de dezembro de 2021	321.358	319	4.922	852	327.451
Taxa média de amortização % ao ano	-	-	20%	20%	

Intangível	Consolidado				
	Ágio (i)	Marcas registradas	Softwares	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2019	302.658	277	3.621	-	306.556
Adições	-	1	2.861	-	2.862
Incorp. EBC e Dutrigo	17.721	40	66	906	18.733
Baixas	-	-	(13)	-	(13)
Amortização	-	-	(1.208)	-	(1.208)
Em 31 de dezembro de 2020	320.379	318	5.327	906	326.930
Adições	-	(1)	1.054	-	1.053
Incorp. EBC e Dutrigo	978	2	(52)	-	928
Amortização	-	-	(1.406)	(54)	(1.460)
Em 31 de dezembro de 2021	321.357	319	4.923	852	327.451
Taxa média de amortização % ao ano			20%	20%	

O montante de R\$ 1.862 (2020 – R\$ 2.203) referente à despesa de amortização foi reconhecido no resultado em "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas".

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 2010, a Companhia incorporou a totalidade das ações da Cidade Canção e da Évora, em que a relação de troca foi realizada a valores de mercado. A CSD apurou um ágio, cujo fundamento econômico foi pautado com base na expectativa de rentabilidade futura da união do Cidade Canção e da Évora. O fundamento econômico do ágio foi mensurado por empresa independente e refletido por meio de laudos de avaliação elaborados com base no fluxo de caixa descontado projetado ao longo de um período de sete anos. Esta incorporação proporcionou a expansão conjunta das operações da Cidade Canção e Évora, aumentando sua relevância e consolidação no mercado brasileiro, além de importantes ganhos em eficiência administrativa, maior flexibilidade no gerenciamento dos negócios e a centralização no gerenciamento das incorporadas. Foi efetuado registro de ativos intangíveis gerados por intermédio do relacionamento com os clientes de cada uma das marcas. Este ativo intangível foi amortizado linearmente entre o período de 4 a 9 anos, de acordo com o laudo de avaliação e estudo efetuado.

Em 2014, a Companhia adquiriu a rede de Supermercados Amigão apurando um ágio gerado pela expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 73.861, decorrente da aquisição de participação do capital do AMIGÃO.

Em 09 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social das panificadoras industriais EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. e a Dutrigo Alimentos Ltda, com o objetivo de integrar a participação da CSD na produção de assados e congelados, ampliar sua base de produtos para distribuição em sua rede de mercados e aumentar a eficiência das atividades por meio da sinergia entre as empresas. Suportado pelo CPC 15, o fundamento econômico do ágio foi mensurado por empresa independente e refletido por meio de laudos de avaliação. Estes laudos evidenciaram um ágio gerado pela expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 6.752 para a EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. e R\$ 10.970 para a Dutrigo, totalizando desta maneira um ágio total de R\$ 17.721.

- (b) Testes do ágio para verificação de *impairment*

Anualmente, a CSD efetua a avaliação do valor recuperável do ágio contabilizado, de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 01 / IAS 36. Dessa forma, a administração avalia o valor recuperável do ágio no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC) - Varejo, que é determinado com base nas projeções **das Lojas que utilizam as bandeiras “Supermercados Cidade Canção”, “Amigão Supermercados” e “Supermercado São Francisco”** que também corresponde ao segmento reportado, bem como a operação das padarias industriais EBC e Dutrigo incorporadas em 2021. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor.

O modelo econômico-financeiro calcula as receitas por meio das principais linhas de negócios, ou seja, faturamento das lojas atuais, considerando as premissas de crescimento, custos e despesas operacionais, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovadas pela Alta Administração para os próximos 5 anos e incluem o valor de perpetuidade. As receitas projetadas para o período de 5 anos (2022 – 2026) consideram o crescimento histórico de vendas em volume e as projeções de inflação, sem considerar a expansão da base de lojas. A taxa de desconto aplicada para todos os períodos do modelo econômico – financeiro é de 11,30% e considera um crescimento de 4% para os fluxos de caixa que excedem o período de 5 anos. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

Foram construídas as seguintes análises de sensibilidade: a) variação positiva de até 10% na taxa de desconto utilizada e demais variáveis constantes; b) variação positiva de até 10% na taxa de desconto

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

utilizada, decréscimo de até 10% no resultado do Ebitda projetado e demais variáveis constantes; e c) taxa de crescimento para o período explícito de 5 anos considerando apenas o crescimento pela inflação projetada, sem considerar qualquer crescimento orgânico incremental. Como resultados dessas análises de sensibilidade, não foram identificadas necessidades de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

18 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Empréstimos bancários (i)	79.317	108.869	79.317	114.445
FINAME - Financiamento industrial (ii)	1.850	3.793	1.850	3.793
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iii)	-	-	-	6.572
Debêntures (iv)	31.193	38.733	31.193	38.732
	<u>112.360</u>	<u>151.395</u>	<u>112.360</u>	<u>163.542</u>
Não circulante				
Empréstimos bancários (i)	284.538	201.152	284.538	204.400
FINAME - Financiamento industrial (ii)	828	2.986	828	2.986
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iii)	-	-	-	13.897
Debêntures (iv)	60.004	90.302	60.004	90.301
	<u>345.370</u>	<u>294.440</u>	<u>345.370</u>	<u>311.584</u>
Total dos empréstimos e financiamentos	<u>457.730</u>	<u>445.835</u>	<u>457.730</u>	<u>475.126</u>

Mapa de Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora							
	2020	Captação	Incorporação	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	Despesas Contratuais	2021
Empréstimos bancários (i)	310.021	161.503	185	14.161	(14.324)	(106.358)	(1.333)	363.855
FINAME - Financiamento industrial (ii)	6.779	-	-	-	-	(4.101)	-	2.678
Debêntures (iv)	129.035	-	-	6.911	(9.412)	(35.938)	601	91.197
	<u>445.835</u>	<u>161.503</u>	<u>185</u>	<u>21.072</u>	<u>(23.736)</u>	<u>(146.397)</u>	<u>(732)</u>	<u>457.730</u>
	Consolidado							
	2020	Captação	Incorporação	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	Despesas Contratuais	2021
Empréstimos bancários (i)	318.845	161.503	-	14.600	(15.095)	(115.686)	(312)	363.855
FINAME - Financiamento industrial (ii)	6.779	-	-	-	-	(4.101)	-	2.678
Debêntures (iv)	129.035	-	-	6.911	(9.412)	(35.938)	601	91.197
CRI – Certificados de recebíveis imobiliárias (iii)	20.467	-	-	453	(331)	(20.590)	-	-
	<u>475.126</u>	<u>161.503</u>	<u>-</u>	<u>21.964</u>	<u>(24.838)</u>	<u>(176.314)</u>	<u>289</u>	<u>457.730</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora						
	2019	Captação	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	Despesas Contratuais	2020
Empréstimos bancários (i)	47.690	280.000	3.086	(3.357)	(17.028)	(370)	310.021
FINAME - Financiamento industrial (ii)	9.682	-	-	-	(2.903)	-	6.779
Debêntures (iv)	58.362	90.000	6.136	(2.746)	(21.538)	(1.179)	129.035
	<u>115.734</u>	<u>370.000</u>	<u>9.222</u>	<u>(6.103)</u>	<u>(41.469)</u>	<u>(1.549)</u>	<u>445.835</u>

	Consolidado							
	2019	Combinação de Negócios	Captação	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	Despesas Contratuais	2020
Empréstimos bancários (i)	47.690	14.174	280.000	3.320	(3.713)	(22.258)	(370)	318.843
FINAME - Financiamento industrial (ii)	9.682	-	-	-	-	(2.903)	-	6.779
CRI – Certificado de recebíveis imobiliários (iii)	25.537	-	-	3.402	(1.542)	(6.298)	-	20.469
Debêntures (iv)	58.362	-	90.000	6.136	(2.746)	(21.538)	(1.179)	129.035
	<u>141.271</u>	<u>14.174</u>	<u>370.000</u>	<u>12.858</u>	<u>(8.001)</u>	<u>(53.627)</u>	<u>(1.549)</u>	<u>475.126</u>

- (i) Os empréstimos bancários têm vencimento máximo até 2027, sendo garantidos por avalistas acionistas e por carteira de recebíveis de cheques. No 1º trimestre de 2020 houve captação de R\$ 30.000 no Banco do Brasil à taxa de CDI + 1,95% a.a. pelo prazo de 1 ano. Em outubro/2020 nova captação no Banco do Brasil no valor de R\$ 30.000 à taxa de CDI + 2,22% a.a. com prazo de 2 anos e carência de 1 ano e uma captação adicional de R\$ 20.000 à taxa de CDI + 2,01% a.a. com prazo de 1 ano. Em dezembro/2020, houveram 3 novas captações: a primeira no Citibank no valor de R\$ 100.000, com prazo de 5 anos e carência de 1 ano, à taxa de CDI + 2,50% a.a., a segunda no Banco Safra no valor de R\$ 50.000, prazo de 4 anos e carência de 1 ano, à taxa de CDI 2,50% a.a. e a terceira no Banco Itaú no valor de R\$ 50.000, prazo de 4 anos com carência de 1 ano, à taxas CDI + 2,50% a.a. Em dezembro de 2021, ocorreram duas captações, sendo elas de R\$ 110.000 no Banco do Brasil modalidade (CDCA) à taxa de CDI + 1,86% a.a. pelo prazo de 5 anos e R\$ 51.688 no Banco Citibank modalidade (4131), contratada originalmente em dólar, à taxa de 1,79% a.a. com prazo de 5 anos.
- (ii) Os financiamentos na modalidade FINAME têm como garantias dadas as máquinas e equipamentos financiados.
- (iii) Em 21 novembro 2013, a controlada Pighes Empreendimentos Imobiliários Ltda emitiu certificados de recebíveis imobiliários no valor de R\$ 34.000, garantidos na sua totalidade pela controladora CSD. Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para a construção de seu Centro de Distribuição localizado na cidade de Paçandu Estado do Paraná. Os certificados foram atualizados monetariamente pela variação acumulada do índice de preço ao consumidor amplo (IPCA). O pagamento da primeira parcela ocorreu em 7 de outubro de 2014, no total de 110 parcelas mensais a findarem em 10 de novembro de 2023. No dia 29 de janeiro de 2021, a Companhia efetuou a antecipação do CRI – Certificado de recebíveis imobiliários no valor de R\$ 20.235 quitando todas as parcelas vincendas desta operação de financiamento que somavam R\$ 22.017.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Certificados de recebíveis imobiliários		20.467
Juros sobre CRI	108	1.432
Total	108	21.899
Circulante		6.571
Não circulante		13.896
		20.467

- (iv) Em fevereiro de 2020, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com valor total de R\$ 90 milhões com prazo de 7 anos e carência de 12 meses. Os recursos serão utilizados para suportar o crescimento da operação da Companhia através da construção de novas lojas e um novo centro de distribuição. Os juros serão pagos trimestralmente com a mesma carência da amortização. As debêntures terão remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,98% a.a.

Swap de taxa de juros e moeda

Relativo à operação realizada no Banco Citibank no valor de R\$ 51.688, com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter para R\$ o fluxo de caixa de nossa dívida denominada em US\$, emitida na operação 4131. Nesta operação, a Companhia possui a dívida convertida em R\$ remunerado pelo CDI + 2,29% a.a., e contrata proteção para a flutuação do US\$ + 1,79% a.a. O contrato de swap foi negociado em mercado de balcão e o item protegido é o fluxo de caixa da dívida atreladas ao US\$. O resultado de entrada/saída da liquidação financeira é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial US\$ e variação do CDI. Como a operação foi contratada em 21 de dezembro de 2021, não houve no encerramento destas demonstrações financeiras valores expressivos a serem reconhecidos originados destas flutuações.

As parcelas dos empréstimos e financiamentos registradas no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
2022	-	106.160	-	116.433
2023	106.566	67.293	106.566	74.164
2024	104.999	120.987	104.999	120.987
Após 2025	133.805	-	133.805	-
Total	345.370	294.440	345.370	311.584

Em conexão com as emissões de debêntures, certificados de recebíveis imobiliários e parte das operações de empréstimos, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados anualmente com base nas informações contábeis consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: índice de dívida líquida (dívida menos disponibilidades)/EBITDA menor ou igual a 3. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores de mercadorias	313.374	272.895	313.374	270.816
Fornecedores de hortifrutigranjeiros	15.443	14.607	15.443	14.607
Fornecedores de produtos de consumo	3.406	6.942	3.406	6.942
Ajuste a valor presente	(2.882)	(1.549)	(2.882)	(1.549)
	<u>329.341</u>	<u>292.895</u>	<u>329.341</u>	<u>290.816</u>

O contas a pagar corresponde principalmente ao saldo em aberto com fornecedores. Neste grupo de contas, incluem as contas a pagar que os fornecedores têm transferidas para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso, inclusive. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios. O Grupo intermedia entre os fornecedores e as instituições financeiras a antecipação das faturas do contas a receber dos fornecedores com o Grupo decorrentes da venda de mercadorias e serviços. Os convênios com os bancos são formalizados através de contratos e a opção pela indicação de determinada instituição financeira se dá pelas melhores ofertas de taxas e custos convênios.

Por esta intermediação financeira, a Companhia recebe uma comissão pré estabelecida pelos bancos referenciada ao CDI. A receita obtida com estas operações com os bancos em 2021 foi de R\$ 765 (2020 – R\$ \$ 2.072) e o montante das operações em aberto em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 26.133 (2020 – R\$ 417).

No mês de junho de 2020, a Companhia iniciou as operações de antecipação direta a fornecedores com recursos próprios. A receita obtida com estas operações em 2021 foi de R\$ 5.203 (2020 – R\$ 2.828) e o montante antecipado aos fornecedores em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 16.984 (2020 – R\$ 27.793). Os títulos antecipados são registrados em conta redutora do passivo. Os limites e linhas de crédito são definidos pela diretoria da Companhia e a rentabilidade da operação gira em torno de 105% do CDI a.m.

O valor total de receitas obtidas em ambas as operações somaram em 2021 R\$ 5.968 (2020 - R\$ 4.900).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
ICMS a recolher	22.767	22.025	22.767	22.148
PIS e COFINS sobre faturamento a recolher	-	-	152	169
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	260	357
IRRF de terceiros a recolher	6	175	6	175
INSS s/ serviços de terceiros a recolher	146	82	272	82
Outros tributos a recolher	694	759	800	808
	<u>23.613</u>	<u>23.041</u>	<u>24.257</u>	<u>23.739</u>
Não circulante				
IRPJ e CSLL - Autos de infração (i)	58.168	57.076	58.168	57.076
	<u>81.781</u>	<u>80.117</u>	<u>82.425</u>	<u>80.815</u>

- (i) Com a adoção do IFRIC 23 / ICPC 22, os saldos relacionados à autuação referente inadequação na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL da incorporada Évora, foram reclassificados para a rubrica de Obrigações Tributárias. Vide Nota 22 (a).

21 Parcelamento de impostos

O quadro abaixo indica os saldos de parcelamentos dos impostos estaduais e federais da Companhia

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Principal	1.572	2.805	1.572	2.817
Multa e juros	740	1.320	740	1.323
	<u>2.312</u>	<u>4.125</u>	<u>2.312</u>	<u>4.140</u>
Não circulante				
Principal	1.300	2.099	1.300	2.144
Multa e juros	298	481	298	494
	<u>1.598</u>	<u>2.580</u>	<u>1.598</u>	<u>2.638</u>
Total de parcelamento de impostos	<u>3.910</u>	<u>6.705</u>	<u>3.910</u>	<u>6.778</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Provisões

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários em andamento, originários de casos em que o risco de perda foi considerado provável, como segue:

	Autos de infração	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Subtotal provisões	Depósitos judiciais precatórios	Demais depósitos judiciais	Subtotal depósitos judiciais	Controladora Total
Em 1º de janeiro de 2020	10.073	41.302	254	7.136	58.765	(4.068)	(3.348)	(7.416)	51.349
Adições	-	8.767	524	4.363	13.654	(1.801)	(2.665)	(4.466)	9.188
Baixas	-	-	(436)	(1.598)	(2.034)	954	3.307	4.261	2.227
Transferência	-	-	-	-	-	723	(723)	-	-
Variação monetária	67	1.121	-	10	1.198	(65)	(86)	(151)	1.047
Reversão	-	(7.165)	-	(1.475)	(8.640)	-	-	-	(8.640)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>10.140</u>	<u>44.025</u>	<u>342</u>	<u>8.436</u>	<u>62.943</u>	<u>(4.257)</u>	<u>(3.515)</u>	<u>(7.772)</u>	<u>55.171</u>
Em 1º de janeiro de 2021	10.140	44.025	342	8.436	62.943	(4.257)	(3.515)	(7.772)	55.171
Adições	-	10.604	260	3.081	13.945	(2.092)	(823)	(2.915)	11.030
Baixas	-	(287)	(341)	(4.285)	(4.913)	-	1.515	1.515	(3.398)
Transferência	-	-	-	-	-	-	(10)	(10)	(10)
Variação monetária	194	1.633	-	-	1.827	(168)	(106)	(274)	1.553
Reversão	-	(9.678)	-	5	(9.673)	-	-	-	(9.673)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>10.334</u>	<u>46.297</u>	<u>261</u>	<u>7.237</u>	<u>64.129</u>	<u>(6.517)</u>	<u>(2.939)</u>	<u>(9.456)</u>	<u>54.673</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

									Consolidado
	Autos de infração	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Subtotal provisões	Depósitos judiciais precatórios	Demais depósitos judiciais	Subtotal depósitos judiciais	Total
Em 1º de janeiro de 2020	10.073	41.302	254	7.137	58.766	(3.345)	(4.071)	(7.416)	51.350
Adições	-	8.767	524	4.402	13.693	(1.801)	(2.675)	(4.476)	9.217
Baixas	-	-	(436)	(1.598)	(2.034)	954	3.307	4.261	2.227
Variação monetária	67	1.121	-	10	1.198	(65)	(86)	(151)	1.047
Reversão	-	(7.165)	-	(1.475)	(8.640)	-	-	-	(8.640)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>10.140</u>	<u>44.025</u>	<u>342</u>	<u>8.476</u>	<u>62.983</u>	<u>(4.257)</u>	<u>(3.525)</u>	<u>(7.782)</u>	<u>55.201</u>
Em 1º de janeiro de 2021	10.140	44.025	342	8.476	62.983	(4.257)	(3.525)	(7.782)	55.201
Adições	-	10.604	260	3.081	13.945	(2.092)	(823)	(2.925)	11.030
Baixas	-	(287)	(341)	(4.325)	(4.953)	-	1.515	1.515	(3.438)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação monetária	194	1.633	-	-	1.827	(168)	(106)	(274)	1.553
Reversão	-	(9.678)	-	5	(9.673)	-	-	-	(9.673)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>10.334</u>	<u>46.297</u>	<u>261</u>	<u>7.237</u>	<u>64.129</u>	<u>(6.517)</u>	<u>(2.939)</u>	<u>(9.456)</u>	<u>54.673</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Tributárias

As demandas tributárias são substancialmente indexadas pela SELIC, cuja taxa aproximada durante o ano de 2021 foi de 4,35% (2,71% em 2020) e estão sujeitas, quando aplicável, a multas.

Abaixo destacamos os principais processos tributários provisionados pela Companhia:

Durante o ano de 2005, a Évora, incorporada pela CSD em julho de 2010, foi autuada pela Receita Federal sobre inadequação na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social- COFINS ocorrida durante os anos de 2001 a 2004.

Conforme adoção do IFRIC 23 / ICPC 22 (Nota 2.1 (d)), o montante relativo à autuação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL no grupo de contas Impostos a Recolher de longo prazo atualizado monetariamente é de R\$ 58.168 (Nota 20). O saldo remanescente de R\$ 10.334, já atualizado monetariamente pela Selic, referente à autuação do PIS - Programa de Integração Social permanece sendo apresentado na rubrica de Provisões.

A Companhia está questionando este auto na esfera administrativa. O entendimento dos advogados externos responsáveis pelo acompanhamento deste processo é de que a forma de lavratura do auto de infração emitido pela Receita Federal não está adequada, pois a fonte de informação adotada pelo auditor fiscal foram livros fiscais não relacionados aos impostos autuados, assim como margens de contribuição não aplicáveis ao ramo de atividade da Companhia.

Esses processos estão sendo provisionados em sua totalidade pela Companhia, assim como seu respectivo valor a ressarcir no valor de R\$ 68.502, registrado no grupo de contas a receber longo prazo - garantias a receber (Nota 30(a)), uma vez que em caso de perda, há imóveis hipotecados fornecidos pelos antigos acionistas da Évora no mesmo montante da causa.

Lastreados pelo Medida Provisória expedida pelo Governo Federal MP 783/2017 de 31 de maio de 2017 e Lei 13.496/2017 a qual instituiu o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, a Companhia utilizou o parecer de seus advogados para abdicar da discussão administrativa no caso da dívida federal COFINS pertencente a empresa EVORA, autuação de 2001 a 2004, sendo todo o desembolso classificado no contas a receber de Partes relacionadas Nota 30, já que a mesma será reembolsada pelos sócios. O saldo da dívida relacionada ao PERT EVORA em 31 de dezembro era de R\$ 10.085 (R\$ 10.971 em 2020). No caso da dívida da empresa **adquirida em 2014 “AMIGÃO”**, a Companhia desistiu da adesão a Lei 12.996/2014 e aderiu a Lei 13.496/2017 (PERT 2017). O saldo do PERT Amigão em 31 de dezembro foi de R\$ 3.245 (R\$ 3.530 em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, compõem as provisões tributárias valores relativos aos riscos tributários sobre perdas de estoques o valor de R\$ 24.135 (R\$ 24.678 em 2020), glosas de créditos de Pis e Cofins de R\$ 9.674 (R\$ 0 em 2020), autuações de ICMS no estado do PR no montante de R\$ 6.768 (R\$ 6.543 em 2020), contingências sobre acordos comerciais R\$ 2.260 (R\$ 12.209 em 2020).

Há também outros processos ou autuações fiscais que ocorreram no curso normal dos negócios. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível e, portanto, não constituiu provisão para perdas deste montante. O total desses processos é de R\$ 66.263 (2020 – R\$ 38.978).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia discute judicialmente processos no montante de R\$ 2.376 (2020 - R\$ 1.809) onde seus assessores jurídicos reconhecem que os mesmos possuem risco de perda possível.

c) Trabalhistas

O Grupo responde por ações de natureza trabalhista e com base em decisões judiciais desfavoráveis históricas, estima com segurança, as prováveis perdas futuras de processos trabalhistas não transitados e julgados na qual a Companhia é reclamada, a qual em 31/12/2021 é de 21,02% sobre o total de pedidos dos reclamantes. A quantidade de processos de pequeno valor, os quais, podem ainda possuir diversos pedidos distintos em um único processo, e a não padronização dos julgamentos, torna a tarefa de classificação de chance de ocorrência complexa e arbitraria por parte de advogados ou peritos judiciais. A Companhia possui R\$ 5.619 (2020 – R\$ 2.051), cujo risco de perda foi considerado como possível.

23 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
Contas a pagar - diversos (i)	23.665	21.544	23.665	21.719
Contas a pagar imobilizado	9.877	8.972	12.465	17.349
Aluguéis a pagar	6.193	4.843	5.452	4.843
Honorários e serviços terceirizados	4.547	5.114	4.547	5.114
Fretes a pagar	2.298	2.039	2.298	2.039
Cooper Card - Multi benefícios	1.093	1.158	1.093	1.158
Outros passivos	3.500	-	3.500	-
	51.173	43.670	53.020	52.222
Não circulante				
Passivo a descoberto	-	2.027	-	-
Hold Back	-	1	-	1
		2.028		1
	51.173	45.698	53.020	52.223

(i) Trata-se de contas a pagar referente as despesas gerais da Companhia, aqui compreendidos prestadores de serviço em geral e fornecedores de materiais para uso e consumo.

24 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o Capital Social da Controladora era de R\$ 355.148 dividido em 338.659 mil ações ordinárias. Em 25 de março de 2021, os acionistas integralizaram na sua proporção R\$ 2.384 no capital social, desta forma seu montante em 31 de dezembro de 2021 passou a ser de R\$ 357.532

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dividido em 340.395 mil ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária por meio de emissão de até 10.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. A propriedade dessas ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de Registro de Ações Nominativas.

(b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	103.080	74.972
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	339.474	332.996
	<u>0,30</u>	<u>0,23</u>

Não há outros instrumentos conversíveis em ações. Por essa razão o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva legal acumulada em 31 dezembro de 2021 é de R\$ 17.450. (R\$ 12.296 em 31 de dezembro 2020).

(d) Dividendos propostos

Os dividendos mínimos obrigatórios são representados por 25% do lucro líquido ajustado, alinhado com os termos da Lei das Sociedades por Ações, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	<u>103.080</u>	<u>74.972</u>
Base para cálculo da reserva legal	103.080	74.972
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(5.154)</u>	<u>(3.749)</u>
Constituição da reserva de incentivos fiscais	<u>(97.926)</u>	<u>(58.274)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>-</u>	<u>12.949</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>-</u>	<u>(3.237)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividendos propostos no exercício (i)	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Na forma de JCP (lucro do exercício)	-	(12.949)
Na forma de JCP (reservas de lucro)	(22.014)	(7.240)
Na forma de dividendos (reservas de lucro)	<u>(2.467)</u>	<u></u>
	<u>(24.481)</u>	<u>(20.189)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>24%</u>	<u>27%</u>

(i) Durante o exercício de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração, a distribuição de dividendos propostos no valor de R\$ 24.481 (R\$ 20.189 em 2019) sendo na forma de juros sobre capital próprio aos acionistas o montante total de R\$ 22.014 provenientes de reserva de lucros (R\$ 12.949 via lucros do exercício e R\$ 7.240 pelas reservas de lucro, 2020).

(e) Reserva de lucros a distribuir

Com o advento da Lei nº 11.638 promulgada em 28 de dezembro de 2007, deve ocorrer a destinação integral do lucro do exercício, sendo assim o saldo do lucro do exercício 2012, após a constituição obrigatória da Reserva Legal e a distribuição de dividendos prevista em Estatuto foi transferido para a conta de reserva de lucros a distribuir, até a data da Assembleia e reunião do Conselho de Administração, onde será definida a destinação efetiva do valor.

Conforme prevê Estatuto, artigo 40 item (iii) até 70% do lucro líquido do exercício poderá compor reserva de Investimentos, inclusive em Expansão, visando assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.

As reservas de lucros a distribuir até 31 dezembro 2021 é de R\$ 134 (R\$ 39.386 em 31 de dezembro de 2020).

(f) Juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, aprovou a distribuição aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor total de R\$ 22.014 (R\$ 20.189 em 2020), equivalente ao valor bruto de R\$ 0,06 por ação. Sobre esse valor incide Imposto de Renda com alíquota de 15%, exceto para os acionistas imunes ou com tributação diferenciada, conforme documentação comprobatória. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2021 e submetidos à deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, apresenta-se a proposta, à Assembleia Geral, para a distribuição de lucros no montante de R\$ 24.481. Ratificam assim, o montante já atribuído à juros sobre capital próprio será de R\$ 22.014, sendo tais valores retirados da Reserva de Lucros. O saldo de R\$ 2.467, foi retirado da Reservas de Lucros como dividendos a distribuir.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Em 1º de janeiro	20.189	23.499
Adições em forma de dividendos (reservas)	2.467	14.180
Pagamento em forma de dividendos	-	(14.180)
Pagamento em forma de JCP	(20.189)	(23.499)
Adições em forma de JCP (lucro do período)	-	12.950
Adições em forma de JCP (reservas)	<u>22.014</u>	<u>7.239</u>
Em 31 de dezembro	24.481	20.189

(g) Reserva de incentivos fiscais

Consoante a Lei Complementar nº 160/2017 que alterou os requisitos dispostos no art. 30 da Lei 12.973/2014, a Companhia iniciou em julho de 2020 a apuração fiscal e registros contábeis relacionados aos benefícios fiscais de ICMS classificados como subvenções para investimentos. Conforme previsão legal, a Companhia obteve decisão favorável em 1ª instância referente a ação declaratória que determinou a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os benefícios fiscais concedidos pelo Estado de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Desta forma, o montante de subvenções para investimento do ano de 2021 no valor de R\$ 114.066 (R\$ 58.274 em 2020), foi utilizado para exclusão no cálculo de imposto de renda e contribuição social do exercício atual. Como previsto, houve a constituição da reserva de subvenções fiscais em 31 de dezembro de 2021 no mesmo valor apurado, perfazendo um saldo de R\$ 170.971 em 31 de dezembro de 2021 após reversão de reserva de incentivos fiscais já constituída em 2020 no valor de R\$ 1.369.

Através de parecer jurídico, os advogados do Grupo classificam como remota a possibilidade de reversão do direito reconhecido em primeiro grau, consistente em afastar a incidência de IRPJ e CSLL sobre os benefícios de isenção, redução de base de cálculo e de créditos presumidos de ICMS aproveitados pela Companhia.

25 Receita de vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Mercadorias vendidas	3.368.683	3.001.393	3.368.785	3.005.254
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(207.046)	(181.217)	(208.636)	(183.849)
Vendas canceladas	(5.208)	(4.292)	(5.636)	(4.516)
	<u>3.156.429</u>	<u>2.815.884</u>	<u>3.154.513</u>	<u>2.816.889</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mercadorias	2.589.898	2.287.962	2.589.480	2.283.577
Ajuste a valor presente (i)	(17.889)	(14.512)	(17.889)	(14.512)
Contratos comerciais (i)	(247.018)	(195.061)	(247.018)	(195.049)
Créditos de ICMS ST MVA não realizada (i)	(5.258)	(18.264)	(5.258)	(18.264)
Receita de contratos logísticos (ii)	(54.190)	(46.888)	(54.190)	(46.888)
Créditos de ICMS, PIS e COFINS (iii)	(20.721)	(18.084)	(21.005)	(18.284)
Fretes sobre vendas	7.780	7.906	8.854	8.217
Fretes diversos e transporte de valores	30.468	25.617	30.484	25.652
Depreciação e amortização	29.551	27.970	30.374	27.970
Depreciação arrendamento	30.599	24.501	30.599	24.501
Despesas com propaganda	32.889	28.528	32.922	28.541
Despesas com consultoria e auditoria	10.143	18.158	10.245	18.298
Despesas com pessoal	376.789	342.603	383.129	344.888
Participação dos funcionários nos resultados	9.934	13.888	9.934	13.888
Despesas com imóveis	29.972	22.398	20.453	21.586
Despesas com comunicações	2.376	2.682	2.411	2.709
Energia elétrica	43.606	34.931	44.658	35.436
Multas, impostos e taxas	2.787	1.359	2.838	1.384
Manutenção de máquinas e equipamentos	11.552	8.203	11.759	8.293
Taxa de administração de cartão	27.796	24.736	27.796	24.736
Perdas diversas	73.185	62.478	73.331	62.330
Outras despesas gerais	75.780	57.524	77.412	57.634
	<u>3.040.028</u>	<u>2.698.105</u>	<u>3.041.319</u>	<u>2.696.643</u>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas (i)	2.319.733	2.060.125	2.319.315	2.055.752
Despesas com vendas	352.269	322.456	360.262	325.290
Despesas gerais e administrativas	368.026	315.524	361.742	315.601
	<u>3.040.028</u>	<u>2.698.105</u>	<u>3.041.319</u>	<u>2.696.643</u>

- (i) O custo das mercadorias vendidas é formado pelo valor do custo subtraído o valor das verbas de acordos comerciais com fornecedores (bonificações), estabelecidas conforme os contratos de aquisição de mercadorias, menos o ajuste a valor presente dos fornecedores em consequência do giro dos estoques e subtraído ainda o valor dos créditos de ICMS Substituição Tributária (ICMS ST).
- (ii) Receita de contratos logísticos correspondem a acordos comerciais com fornecedores. O fato gerador destes acordos está relacionado a opção do fornecedor em utilizar o Centro de Distribuição como forma de realizar entrega centralizada. Desta forma o custo de distribuição para as lojas (carga e descarga, frete e armazenagem), fica por conta da Companhia, que busca compensar pelos acordos comerciais logísticos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) São créditos de ICMS, PIS e COFINS calculados sobre aluguel, energia elétrica, depreciação, fretes, manutenção de equipamentos, água e esgoto, comunicação de dados, entre outras despesas, onde se conclui que tais despesas são essenciais à operação. Os referidos créditos são apurados à luz da legislação vigente e com base na opinião legal dos seus assessores jurídicos externos.

27 Outras receitas, Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de reciclagem de produtos	4.453	3.571	4.493	3.581
Exclusão ICMS B/c Pis e Cofins	19.845	-	19.845	-
Receita de serviço de carga e descarga	5.278	3.359	5.278	3.359
Receita sobre a venda de recarga de celulares	236	358	236	358
Receita de aluguel	2.853	2.391	2.853	2.391
Ganho na venda de subsidiária (i)	-	1.877	-	1.877
Outras	404	(205)	483	(116)
	<u>33.069</u>	<u>11.351</u>	<u>33.188</u>	<u>11.450</u>

(i) A realização da venda da subsidiária Incomar (Nota 13), gerou um ganho de capital no montante de R\$ 1.877 em 2020.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesa financeira				
Juros de empréstimos bancários	(27.521)	(11.362)	(28.367)	(11.522)
Juros de financiamentos bancários	(524)	(332)	(545)	(349)
Juros e multas sobre parcelamento de impostos	(129)	(86)	(129)	(86)
Juros sobre o passivo de arrendamento (Nota 15)	(27.538)	(25.341)	(27.538)	(25.341)
Variações monetárias passivas	374	(592)	374	(592)
Ajuste a valor presente	(20.643)	(15.430)	(20.643)	(15.430)
Outras	(168)	(4.078)	(242)	(4.105)
Total das despesas financeiras	<u>(76.149)</u>	<u>(57.221)</u>	<u>(77.090)</u>	<u>(57.425)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita financeira				
Variações monetárias ativas	13.846	1.159	13.846	1.159
Juros recebidos	7.561	3.474	7.612	3.496
Outras	154	-	159	26
Total da receita financeira	<u>21.561</u>	<u>4.633</u>	<u>21.617</u>	<u>4.681</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(54.588)</u>	<u>(52.588)</u>	<u>(55.473)</u>	<u>(52.744)</u>

29 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	89.860	77.810	90.906	78.951
Alíquota do Imposto	34%	34%	34%	34%
IR/CS pela alíquota nominal	<u>30.552</u>	<u>26.455</u>	<u>30.908</u>	<u>26.843</u>
Diferenças permanentes	2.010	2.999	5.838	2.875
Subvenção para investimentos	(38.317)	(19.813)	(38.317)	(19.813)
Juros sobre capital próprio	(7.485)	(6.864)	(7.485)	(6.864)
Efeito adicional IRPJ	-	(24)	-	(24)
Diferidos de diferenças tributárias indedutíveis	19	85	19	85
Efeito da redução da base (Lucro Presumido controlada)	-	-	(4.184)	(264)
Total contabilizado controladora	<u>(13.221)</u>	<u>2.838</u>	<u>(13.221)</u>	<u>2.838</u>
Total contabilizado controlada	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.047</u>	<u>1.141</u>
Total contabilizado no exercício:				
Corrente	-	341	1.047	1.481
Diferido	<u>(13.219)</u>	<u>2.497</u>	<u>(13.219)</u>	<u>2.498</u>
Alíquota efetiva	-15%	4%	-13%	5%

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Transações com partes relacionadas

(a) Saldos, as transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Contas a receber (i)	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Argus Empr. Imobiliários Ltda.	1	-	1	-
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	32.833	30.714	32.833	30.714
Dutrigo Alimentos Ltda.	-	523	-	-
EBC - Empresa Brasileira de Com. Ltda.	-	1.018	-	-
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	16	40	16	40
Instituto Cidade Canção	2	2	2	2
Jadon Expert	593	1	593	1
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda.	32	53	32	53
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	51	54	51	54
Vinícola Intervin Ltda.	28	47	28	47
Ativo Circulante – Partes Relacionadas	33.556	32.452	33.556	30.911
Valores a ressarcir – Parcelamento REFIS/PERT	-	11.463	-	11.463
Valores a ressarcir antigos acionistas – Évora	68.502	67.217	68.502	67.217
Outros	-	-	-	2
Ativo não circulante – Partes Relacionadas	68.502	78.680	68.502	78.682

Contas a pagar - fornecedores (ii)	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Passivo circulante - fornecedores				
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	44	34	44	34
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	1.503	1.806	1.503	1.806
Cooper Cob	47	39	47	39
CTC Administradora e Participações Ltda.	64	58	64	58
Dutrigo Alimentos Ltda.	-	1.170	-	-
EBC - Empresa Brasileira de Com. Ltda.	-	2.671	-	-
GMC Administração e Participações Ltda.	27	6	27	6
Incomar Empreendimentos Imobiliários	7	6	7	6
Incopar Empreendimentos Imobiliários	90	89	90	-
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	1.177	702	1.177	702
Jadon Comércio Importação e Exp. Ltda.	1.693	43	1.693	43
Neo Comunicações e Publicidades Ltda.	1	1	1	1
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda.	733	1.319	733	1.319
Pighes Empreendimentos e Par. Ltda	741	6.572	-	-
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	312	297	312	297
Shopping Lar Center Mandacaru Boulevard	100	98	100	98
Vinícola Intervin Ltda.	472	374	472	374
	7.011	15.285	6.270	4.783
Passivo não circulante – Partes Relacionadas				
Pighes Empreendimentos e Par. Ltda (Nota 18 (v))	-	13.897	-	-
	7.011	29.182	6.270	4.783

Partes relacionadas – AFAC (iii)

	Controladora	
	2021	2020
Ativo não circulante – outros ativos		
Incopar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50.450	-
	50.450	-

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas de resultado (iv)	Controladora			
	2021			
	Receitas	Custos	Compras	Outras receitas (despesas)
Argus – Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1	(1)	-	10
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	-	-	-	(456)
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	-	-	-	(3.319)
Cooper Cob	-	-	-	(556)
CTC Administradora e Participações Ltda.	-	-	-	(658)
Dutrido Alimentos Ltda.	52	-	(109)	(236)
EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.	3	(3)	(8.690)	(392)
GMC Administração e Participações Ltda.	-	-	-	(236)
Incomar Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	(78)
Incopar Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	(952)
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	39	(24)	(2.074)	7
Instituto Cidade Canção	29	(19)	-	(299)
Jadon Comércio Importação e Exportação Ltda.	-	-	(12.396)	23
Neo Comunicações e Publicidades Ltda.	-	-	-	(11)
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda.	-	-	(5.214)	(7)
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	3	(2)	(2.585)	290
Vinícola Intervin Ltda.	19	(15)	(3.195)	158
	<u>146</u>	<u>(64)</u>	<u>(34.263)</u>	<u>(6.712)</u>
	Controladora			
	2020			
	Receitas	Custos	Compras	Outras receitas (despesas)
Argus – Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	10
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	-	-	-	(377)
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	2	(1)	-	(3.282)
Cooper Cob	-	-	-	(478)
CTC Administradora e Participações Ltda.	-	-	-	(565)
Dutrido Alimentos Ltda.	51	(44)	(12.437)	244
EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.	5	(5)	(21.243)	304
GMC Administração e Participações Ltda.	-	-	-	(57)
Incomar Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	1.079
Incopar Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	(249)
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	87	(39)	(1.878)	(286)
Instituto Cidade Canção	31	(28)	-	(471)
Jadon Comércio Importação e Exportação Ltda.	-	-	(5.688)	(202)
Neo Comunicações e Publicidades Ltda.	-	-	-	(10)
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda.	-	-	(6.228)	224
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	-	-	(1.942)	237
Shopping Lar Center Mandacaru Boulevard	2	(2)	-	(1.088)
Vinícola Intervin Ltda.	2	(2)	(3.117)	230
	<u>180</u>	<u>(121)</u>	<u>(52.533)</u>	<u>(6.040)</u>

As operações com partes relacionadas decorrem de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas. Estas operações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes. As principais operações são:

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Os valores a receber com partes relacionadas referem-se principalmente a vendas de produtos.
- O saldo do contas a receber circulante, refere-se principalmente ao meio de pagamento das vendas com o cartão da marca própria da Companhia.
- O saldo do contas a receber não circulante, refere-se aos pagamentos do parcelamento do Refis/Pert efetuado pela Companhia que é sucessora da empresa Évora, e por conseguinte será reembolsado pelos acionistas do Évora.
- A Companhia possui garantias na forma de bens imóveis no montante total de R\$ 67.217, para suportar, no caso de perda e ser executado o Auto de infração da Receita Federal relativo a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e do Programa de Integração Social - PIS ocorrida durante os anos de 2001 a 2004. (Nota 22)
- (ii) As obrigações da Companhia com partes relacionadas estão divididas em:
- Aluguel: referem-se à obrigação de aluguéis de imóveis utilizados pela Companhia com as empresas relacionadas CTC e Cardoso;
- Compra de mercadorias: Realizadas junto à Ingá Comercial estas transações são provenientes de compras de produtos de cestas básicas e cestas de natal. As compras com a Iporã, Jadon e Vinícola Intervin referem-se a aquisições de produtos no atacado para revenda..
- Taxas/Tarifas de Cartões: despesas com a CooperCard, com taxas administrativas de cartões e tarifas de cobrança relativas a essas vendas com cartões.
- (iii) Montante relativo à Futuro Aumento de Capital na controlada Incopar realizada pela controladora Companhia Sulamericana de Distribuição.
- (iv) As transações ocorridas no resultado de 2021 da Companhia com partes relacionadas estão assim discriminadas:
- Receitas - vendas de mercadorias comercializadas pela Companhia a partes relacionadas;
- Custos - custos relacionados às vendas acima descritas;
- Compras - As compras realizadas com a Ingá Comercial, são basicamente serviços de montagem de cestas básicas e cestas de natal, assim como compras de produtos no atacado.
- Outras receitas (despesas) – A receita com a Argus refere-se a receita de aluguel. As despesas com a Cardoso Administradora, CTC Administração, Easy Incorporação e GM Administração apresentadas, se referem a aluguel de lojas ou espaços utilizados pela Companhia. A despesa com a Ingá Comercial é referente a compra de cesta básica para os colaboradores da CSD. A despesa com a Cooper é referente a prestação de serviço de cobrança, e a receita com a Iporã são oriundas de acordos comerciais conforme as transações de compras de mercadorias.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo	<u>11.599</u>	<u>11.299</u>

- (i) Os pagamentos de participação nos lucros do ano de 2021 do pessoal chave da administração serão realizados em março de 2022. Portanto, nesta presente data, os valores totais de salários e outros benefícios de curto prazo para o pessoal chave da administração no ano de 2021 foram elaborados com base em estimativa.

31 Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

As bandeiras “Supermercados Cidade Canção”, “Amigão Supermercados” e “Supermercado São Francisco”, são correspondentes ao segmento de varejo. A bandeira “Stock Atacadista”, corresponde ao segmento de atacado de autosserviço.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 30 municípios, em três estados (Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul). Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente e aos diretores da Companhia.

O Diretor-presidente e seus diretores avaliam o desempenho operacional por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos. Embora o segmento de atacado de autosserviço não atinja o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis, a administração concluiu que esse segmento deveria ser reportado, uma vez que é monitorado de perto pelo Diretor-Presidente, como um segmento de crescimento potencial e com expectativa de contribuir significativamente para as receitas do Grupo no futuro.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação. A Companhia calcula os resultados e o lucro operacional de cada segmento utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro estão incluídas no quadro a seguir:

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Varejo		Atacado		Eliminações / Outros (i) (ii)		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita líquida de vendas	2.830.634	2.579.881	319.100	228.139	4.779	8.869	3.154.513	2.816.889
Custo das vendas	(2.050.082)	(1.880.118)	(275.264)	(198.058)	6.032	22.424	(2.319.315)	(2.055.752)
Lucro bruto	780.552	699.763	43.835	30.081	10.811	31.293	835.198	761.137
Depreciação e amortização	(55.214)	(48.740)	(4.936)	(3.201)	(823)	(530)	(60.973)	(52.471)
Resultado da equivalência patrimonial	(4.512)	(643)	(509)	(57)	5.020	700	-	-
Despesas e receitas operacionais	(580.489)	(521.850)	(34.282)	(24.955)	(13.073)	(30.166)	(627.843)	(576.971)
Lucro operacional	140.338	128.530	4.108	1.868	1.936	1.297	146.382	131.695
Resultado financeiro líquido	(48.562)	(48.071)	(6.023)	(4.515)	(888)	(158)	(55.473)	(52.744)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	91.776	80.459	(1.915)	(2.647)	1.048	1.139	90.909	78.951
<i>IR e CSLL</i>	12.843	(3.207)	376	368	(1.048)	(1.140)	12.171	(3.979)
Lucro (prejuízo) do exercício	104.619	77.252	(1.539)	(2.279)	(0)	(1)	103.080	74.972
Ativo circulante	365.845	333.205	173.175	111.999	335.483	438.705	904.900	883.909
Ativo não circulante	698.798	628.912	55.807	39.907	316.397	217.207	983.378	886.026
Passivo circulante	431.915	365.425	56.110	35.473	188.028	260.421	665.240	661.319
Passivo não circulante	141.363	135.515	21.826	19.340	573.482	488.657	676.951	643.512
Patrimônio Líquido	491.365	461.177	151.046	97.093	(109.630)	(93.166)	546.087	465.104

(i) Para fins de acompanhamento pelo diretor-presidente, os créditos de ICMS ST – MVA e Exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS são reconhecidos em outras despesas e receitas operacionais.

(ii) Os ativos e passivos alocados aos segmentos são aqueles que estão diretamente atrelados às lojas de varejo ou de atacado de autosserviço, principalmente representados por estoques e imobilizado das lojas e ágio (goodwill). Os ativos e passivos que não estão diretamente alocados aos segmentos, tais como equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, contas a receber, estoques que estão alocados no Centro de Distribuição, tributos entre outros, estão sendo apresentados na coluna de “Outros”.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Seguros (não auditado)

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2021, foram contratadas pelos montantes abaixo indicados:

<u>Ramos</u>	<u>Importância segurada</u>
Danos elétricos	500
D&O	15.000
Incêndio, raio e explosão (básica)	1.423.318
Lucros cessantes decorrentes da básica	16.543
Outros	1.000
Responsabilidade civil empregador	500
Responsabilidade civil operações	1.000
Seguro garantia	92.240
Veículos	Apenas terceiros
Vendaval, granizo e impacto de veículos	5.000
Vidros e anúncios luminosos	200

33 Eventos subsequentes

No dia 25 de janeiro de 2022, a Companhia inaugurou uma nova loja na cidade de Sarandi/PR no segmento de autosserviço (atacarejo), totalizando, desta maneira, 64 lojas (Não auditado).

* * *

Companhia Sulamericana de Distribuição

*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente*

Índice

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	07
Demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	1
Demonstração do resultado	2
Demonstração do resultado abrangente	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração do valor adicionado	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício de 2020 teve início com a grave crise global de saúde causada pela pandemia da COVID-19, sendo que o epicentro se instalou primeiramente na China e rapidamente se espalhou por toda a Europa, chegando a acometer o Brasil de forma mais intensa no início do mês de março. A partir de então, diversas ações do Ministério da Saúde foram implantadas em parceria com os Governos Estaduais e Municipais, sendo que as medidas mais recomendadas pelas agências de saúde mundial, em sintonia com a experiência vivida na China e Europa, foram as do isolamento e distanciamento social. Segundo essas agências, as referidas iniciativas produziriam impactos mitigatórios na propagação da doença. Assim, no início da pandemia e ao longo dos primeiros meses que se sucederam, a maioria das atividades econômicas foram suspensas, permanecendo em funcionamento somente aquelas consideradas como atividades essenciais, às quais a Companhia Sulamericana de Distribuição – CSD está incluída.

Seguramente o ano de 2020 foi desafiador, considerando o impacto causado na economia brasileira decorrente crise de saúde global, porém a CSD, apesar de toda adversidade, manteve-se firme e resiliente. A Administração da Companhia tomou diversas ações para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos, bem como manter a continuidade dos seus negócios. Dentre as ações implementadas e que no momento continuam em andamento, a Administração decidiu adotar, de forma preventiva, o afastamento dos colaboradores integrantes do grupo de risco, conforme indicação da Organização Mundial da Saúde – OMS, e optou pela modalidade de trabalho remoto para uma parcela do seu pessoal administrativo. Adicionalmente, atendendo às determinações das autoridades competentes, a Companhia continua, na data destas demonstrações financeiras, com suas operações em seus 60 pontos de vendas, centros de distribuição e escritório corporativo em pleno funcionamento.

Foram adotadas e aprimoradas, durante todo o exercício de 2020, as seguintes iniciativas de combate à pandemia do COVID-19: (i) implementação imediata de um comitê de crise, que reuniu um conjunto de medidas de segurança abrangentes, tais como instalações de pias de higienização, disponibilização de álcool em gel e termômetros de aferição de temperatura nas entradas das lojas, barreiras de sanitização, máscaras e luvas, placas de acrílico em locais de maior contato físico e distribuição de todos os EPIs para proteção de funcionários. Estas ações estão em conformidade com as políticas e procedimentos exigidos pelos órgãos de saúde pública e foram implantadas em todas as lojas, centros de distribuição e nos escritórios; (ii) rígido cumprimento dos protocolos sanitários nas lojas, incluindo a esterilização e a higienização de todos os equipamentos e dos locais com maior frequência, o apoio e a implantação de sinalização de distanciamento entre clientes, o controle de entrada nas lojas com objetivo de se evitar aglomerações no interior das mesmas, o aumento do número de caixas preferenciais dedicados a idosos e a divulgação de informações em nossas lojas e redes sociais; (iii) rígido controle de estoques, principalmente dos produtos básicos mais sensíveis e prioritários, tais como alimentos de mercearia, produtos de higiene e limpeza, carnes, frutas e verduras, garantindo o abastecimento essencial das famílias de nossos clientes; (iv) reforço da nossa força de trabalho operacional com a contratação de mais de 700 pessoas ao longo do ano, oferecendo suporte e complementação aos funcionários afastados e incluídos no grupo de risco; (v) desenvolvimento acelerado do nosso canal digital (e-commerce), o qual apresentou expressivo desempenho tanto na procura pelos clientes quanto no volume de vendas; (vi) negociações com fornecedores visando equilíbrio e contenção de aumentos de despesas causados pela implantação dos protocolos de segurança do COVID-19; e (vii) ações solidárias através do nosso Instituto CSD, objetivando o auxílio a pessoas em situação de vulnerabilidade através de doações de produtos da cesta básica, camas e colchões para hospitais públicos nas cidades em que a Companhia possui estabelecimentos.

Apesar de todos esses desafios, a CSD encerrou o exercício de 2020 com um crescimento expressivo em suas vendas, além de manter um crescimento sustentável do seu EBITDA ajustado. Consequentemente, a Companhia apresentou melhoria em sua rentabilidade, fruto do seu foco e da consistência de seu modelo de negócio, estabelecendo-se como a principal varejista regional no mercado brasileiro, aliando gestão

estratégica de posicionamento em localidades onde a Companhia possui liderança e experiência em suas operações com as bandeiras Cidade Canção, Amigão, São Francisco e Stock Atacadista.

Neste contexto, alcançamos importantes avanços, mesmo em um cenário econômico adverso com a renda das famílias fortemente impactada pelos altos índices de desemprego. A nossa receita bruta teve um crescimento de 17,9% em relação ao ano anterior, encerrando 2020 com R\$ 3,0 bilhões.

O EBITDA ajustado registrou o montante de R\$ 189,5 milhões, atingindo uma margem de 6,7% em relação à receita líquida e um crescimento de 21,8% comparado ao ano anterior. O lucro líquido foi de R\$ 75,0 milhões, um crescimento de 41,1% em relação ao ano anterior.

No ano de 2020, a Companhia apresentou um desempenho sustentável e resiliente face o momento adverso que a economia e o ambiente de negócios vivenciam globalmente, como segue:

Principais indicadores operacionais e financeiros (valores em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	Var. %
Receita bruta	3.005.254	2.548.334	17,9%
Receita líquida	2.816.888	2.408.721	16,9%
Lucro bruto	761.138	663.248	14,8%
Margem bruta	27,0%	27,5%	-0,5p.p.
Lucro líquido	74.972	53.130	41,1%
Margem líquida	2,7%	2,2%	+0,5p.p.
EBITDA	184.166	172.547	6,4%
Margem EBITDA	6,5%	7,2%	-0,7p.p.
EBITDA Ajustado	189.505	155.633	21,8%
Margem EBITDA Ajustado	6,7%	6,5%	+0,2p.p.

Resultado do EBITDA e EBITDA ajustado (valores em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	Var. %
Lucro líquido do exercício	74.972	53.130	41,1%
(+) IRPJ/CSLL corrente e diferido	3.979	18.909	-78,9%
(+) Resultado financeiro, líquido	27.781	32.567	-15,9%
(+) Resultado financeiro, arrendamentos	24.963	18.113	39,9%
(+) Depreciação e amortização	28.373	25.021	11,3%
(+) Depreciação arrendamentos	24.098	24.807	-2,8%
EBITDA¹	184.166	172.547	6,7%
Margem EBITDA	6,5%	7,2%	-0,7p.p.
Outras receitas operacionais	(14.512)	(18.009)	-19,4%
Efeitos não recorrentes	19.851	1.095	1.813%
EBITDA Ajustado²	189.505	155.633	21,8%
Margem EBITDA ajustado	6,7%	6,5%	+0,2p.p.

1) De acordo com a Instrução CVM 527; 2) o EBITDA Ajustado é uma medida não-contábil de rentabilidade, cujo cálculo exclui os resultados não-recorrentes ou extraordinários do EBITDA/LAJIDA da Companhia.

Em 2020 inauguramos quatro novas lojas, sendo (i) três no segmento de varejo em três novas cidades: São José do Rio Preto e Penápolis no estado de São Paulo e Três Lagoas no estado do Mato Grosso do Sul; e uma

nova unidade no segmento de atacarejo na cidade de Londrina, estado do Paraná. Dessa forma, encerramos o exercício com 59 lojas (55 no varejo e 4 no atacarejo) e operando em 29 municípios nos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, confirmando a assertividade da estratégia de expansão no nosso modelo de atendimento, canais de distribuição e eficiência operacional.

Nossa plataforma de e-commerce integrada com nossa rede de supermercados (lojas físicas) atende as **29 cidades que atuamos no formato delivery (entrega em domicílio) e também com o sistema “Clique e Retire”** (compra pela internet e retirada na loja), contando com equipe própria para fazer a separação e entrega dos produtos. Nossa plataforma oferece toda a variedade de produtos de nossos supermercados por meio de uma moderna interface de compras on-line e de atendimento pós-venda, além de agregar como parte da proposta de valor o atendimento através de parcerias com aplicativos para entregas rápidas, o que nos concede maior agilidade no atendimento aos nossos clientes. Em 2020, sob impacto da pandemia e do isolamento social e com a agilidade de aperfeiçoamento de nossa plataforma de e-commerce, registramos o expressivo aumento de 4,7 vezes em nossa receita bruta em relação ao mesmo período de 2019.

Nosso programa de fidelidade nos garante um conhecimento diferenciado dos hábitos de consumo de nossos clientes e nos permite atender com maior foco as suas necessidades específicas. O Clube+, nossa plataforma de vantagens, está robusta com um portfólio mais aderente às necessidades dos clientes, fortalecendo o poder de escolha dos consumidores, o que garante uma melhor oferta de produtos e serviços. Desse modo, estamos atentos, vigilantes e continuamos com o fortalecimento da nossa estratégia de transformação digital através de um processo contínuo de evolução integrada de soluções on- e offline, pois acreditamos que esse é o futuro e ainda, a tendência global do varejo alimentar.

Entendemos nossa importância e contribuição para com a sociedade e nossa gente. Sendo assim, nossas diretrizes socioambientais iniciaram com a criação do Instituto São Francisco, que ao longo dos anos cresceu com as bandeiras Cidade Canção, Amigão e Stock. Os institutos são organizações sem fins lucrativos e têm como foco principal o atendimento de necessidades e benefícios das comunidades onde a CSD atua, propiciando melhoria na qualidade de vida, inclusão social e desenvolvimento local. Nossas ações compreendem o atendimento de requisitos sociais através de desenvolvimentos internos da nossa gente, evolução na gestão das pessoas, saúde e segurança do trabalho, treinamentos através da nossa academia e universidade corporativa, programas de trainees e loja escola e programas de reconhecimento. As ações de sustentabilidade compreendem programas de reciclagem como o Recicla Óleo e a Gestão de Resíduos, além do programa Nutrindo a Vida, que tem a parceria com o programa Mesa Brasil do SESC.

Desde 2008, com a criação do Programa Recicla Óleo, temos o objetivo principal de conservação dos recursos hídricos e conscientização da importância de se preservar o meio ambiente para as gerações atual e futura. O óleo coletado é vendido e transformado em biodiesel e o montante gerado dessa negociação é utilizado para beneficiar uma entidade social. Os ecopontos estão localizados nas lojas da CSD e, desde o início do programa, já beneficiou mais de 30 entidades, e em 2020 foram recolhidos 14.210 litros de óleo. A gestão de resíduos também foi implementada desde 2008 para administrar os resíduos gerados pelas lojas através do processo de logística reversa. Sendo assim, a prática da reciclagem destina de forma correta e responsável os materiais que contaminam o ambiente, diminuindo o impacto negativo e as retiradas de matérias-primas da natureza, o que gera economia de água e energia, além de possibilitar a confecção de novos produtos. Em 2020 reciclamos através da nossa logística reversa 5.419 toneladas de embalagens.

As ações comunitárias estão entre as questões prioritárias, promovendo campanhas de conscientização sobre doação de sangue, páscoa solidária, natal solidário, dentre outras ações, bem como a campanha do agasalho. As ações envolvem pessoas do público interno (colaboradores) e externos (fornecedores, clientes e comunidade) e são pautados nos aspectos importantes que condizem com os valores da Companhia. Respeito pelas pessoas é um valor forte que resume a maneira como trabalhamos e se traduz, principalmente, com a diversidade e a nossa preocupação com a inclusão social. A maior parte dos nossos colaboradores são mulheres e evoluímos também no número de contratações de colaboradores com

deficiência e de aprendizes. Desta forma, temos a convicção de que podemos e devemos gerar impactos positivos, e, portanto, contribuir para uma sociedade mais inclusiva e representativa.

Agradecemos o extraordinário engajamento de nossos mais de 9.000 colaboradores de toda a nossa rede ao longo deste ano de 2020, um ano volátil, adverso e difícil. Porém, sem a inestimável dedicação de todos não conseguiríamos estar no patamar em que nos encontramos atualmente. Adicionalmente, agradecemos a confiança e suporte de nossos acionistas e do nosso Conselho de Administração, que, nos momentos mais difíceis, contribuíram decisivamente no processo de tomada de decisão. Aos nossos fornecedores, que em conjunto, trabalharam incansavelmente para garantirmos o abastecimento de nossas lojas, a nossa gratidão. Não poderíamos deixar de agradecer também a nossa razão de ser, os nossos clientes, que confiaram e apoiaram todas as nossas iniciativas e procedimentos para garantirmos o abastecimento de seus lares de forma segura e constante todos os dias.

Carlos Alberto Tavares Cardoso - Diretor Presidente da CSD



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Sulamericana de Distribuição

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Sulamericana de Distribuição ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Sulamericana de Distribuição e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Sulamericana de Distribuição e da Companhia Sulamericana de Distribuição e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

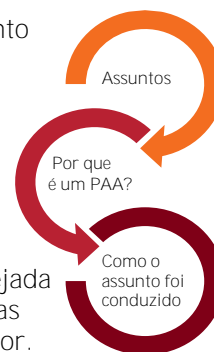
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela exclusão de PAA sobre a adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16, uma vez que a adoção inicial ocorreu no exercício anterior.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Teste de impairment de ágio (Nota 17)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o montante de R\$ 320.380 mil registrado como ágio advindo de combinações de negócios e incorporações de ações.

Consideramos o teste de impairment de ágio como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo de ágio (*goodwill*) registrado e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade desses ativos, uma vez que envolvem julgamentos significativos em relação a estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação das projeções de fluxos de caixa da Companhia.

Conferimos a coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa. Com o apoio de especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções, tais como taxas de crescimento e de desconto, mediante comparação com os orçamentos aprovados pela administração da Companhia, dados de mercado, quando disponíveis, e projeções de anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Efetuamos, ainda, análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.



Companhia Sulamericana de Distribuição

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Companhia Sulamericana de Distribuição

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



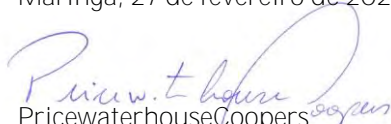
Companhia Sulamericana de Distribuição

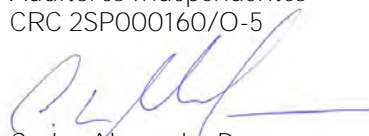
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 27 de fevereiro de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7

Companhia Sulamericana de Distribuição

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	306.969	45.749	313.026	47.721	Fornecedores	19	292.895	279.491	290.816	279.491
Contas a receber	7	211.895	180.558	210.588	181.759	Empréstimos e financiamentos	18	151.395	47.016	163.542	52.958
Estoques	8	294.246	243.648	309.692	267.657	Passivo de arrendamento	15	41.703	37.787	41.703	37.787
Adiantamentos		13.152	15.348	13.523	15.466	Salários e encargos sociais		24.868	21.744	24.598	21.745
Impostos e contribuições a recuperar		25.085	26.387	28.371	26.410	Provisões trabalhistas		40.370	32.124	40.370	32.124
Outros ativos	10	8.496	7.212	8.709	7.214	Impostos e contribuições a recolher	20	23.041	20.295	23.739	20.864
		<u>859.843</u>	<u>518.902</u>	<u>883.909</u>	<u>546.227</u>	Parcelamento de impostos	21	4.125	4.213	4.140	4.213
						Partes relacionadas	30	6.572	7.024	-	-
Não circulante						Dividendos e juros s/ cap. próprio a pagar		20.189	23.499	20.189	23.499
Realizável a longo prazo						Outros passivos circulantes	23	43.670	35.578	52.222	35.692
Depósitos judiciais	22	7.772	7.416	7.782	7.416			<u>648.828</u>	<u>508.771</u>	<u>661.319</u>	<u>508.373</u>
Partes relacionadas	30	78.680	77.014	78.682	77.014	Não circulante					
Outros ativos	10	10.918	5.566	10.961	5.569	Empréstimos e financiamentos	18	294.440	68.719	311.584	88.313
		<u>97.370</u>	<u>89.996</u>	<u>97.425</u>	<u>89.999</u>	Passivo de arrendamento	15	159.289	152.448	159.289	152.448
Investimentos	13	51.659	34.249	-	-	Parcelamento de impostos	21	2.580	4.087	2.638	4.087
Ativos de direito de uso	15	184.554	179.940	184.554	179.940	Impostos e contribuições a recolher	20	57.076	56.698	57.076	56.698
Imobilizado	16	239.856	196.136	262.482	202.662	Tributos diferidos	12	49.941	47.659	49.941	47.659
Intangível	17	322.844	312.014	341.565	312.014	Provisões	22	62.943	58.765	62.983	58.765
		<u>896.283</u>	<u>812.335</u>	<u>886.026</u>	<u>784.615</u>	Partes relacionadas	30	13.897	19.594	-	-
						Outros passivos	23	2.028	876	1	876
								<u>642.194</u>	<u>408.846</u>	<u>643.512</u>	<u>408.846</u>
Total do ativo		<u>1.756.126</u>	<u>1.331.237</u>	<u>1.769.935</u>	<u>1.330.842</u>	Total do passivo		<u>1.291.022</u>	<u>917.617</u>	<u>1.304.831</u>	<u>917.219</u>
						Patrimônio líquido	24				
						Atribuído aos acionistas da controladora					
						Capital social		355.148	344.267	355.148	344.267
						Reserva legal		12.296	8.547	12.296	8.547
						Reserva de incentivos fiscais		58.274	-	58.274	-
						Reserva de lucros		39.386	60.806	39.386	60.806
								<u>465.104</u>	<u>413.620</u>	<u>465.104</u>	<u>413.620</u>
						Participação dos não controladores		-	-	-	3
						Total do patrimônio líquido		<u>465.104</u>	<u>413.620</u>	<u>465.104</u>	<u>413.623</u>
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.756.1269</u>	<u>1.331.237</u>	<u>1.769.935</u>	<u>1.330.842</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (Representado Nota 2.1 (d))	2020	2019 (Representado Nota 2.1 (d))
Operações continuadas					
Receita	25	2.815.884	2.408.509	2.816.888	2.408.721
Custo das mercadorias vendidas	26	(2.060.125)	(1.745.473)	(2.055.752)	(1.745.473)
Lucro bruto		755.759	663.036	761.136	663.248
Despesas com vendas	26	(322.456)	(291.613)	(325.290)	(291.613)
Despesas gerais e administrativas	26	(315.524)	(265.602)	(315.601)	(264.486)
Resultado da equivalência patrimonial	13	1.268	479	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	27	11.351	15.544	11.450	15.570
Lucro operacional		130.398	121.844	131.695	122.719
Receitas financeiras		4.633	6.168	4.681	6.233
Despesas financeiras		(57.221)	(56.989)	(57.425)	(56.913)
Resultado financeiro, líquido	28	(52.588)	(50.821)	(52.744)	(50.680)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		77.810	71.023	78.951	72.039
Imposto de renda e contribuição social	29				
Corrente		(341)	(6.656)	(1.482)	(7.672)
Diferidos		(2.497)	(11.237)	(2.497)	(11.237)
Lucro líquido do exercício		74.972	53.130	74.972	53.130
Lucro líquido básico e diluído por ação	24	0,23	0,16		

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<u>74.972</u>	<u>53.130</u>	<u>74.972</u>	<u>53.130</u>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>74.972</u></u>	<u><u>53.130</u></u>	<u><u>74.972</u></u>	<u><u>53.130</u></u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

Atribuível aos acionistas da controladora									
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019		333.081	5.891	-	33.832	-	372.804	3	372.807
Integralização de capital	24	11.186	-	-	-	-	11.186	-	11.186
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	53.130	53.130	-	53.130
Constituição de reserva legal		-	2.656	-	-	(2.656)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	24	-	-	-	-	(23.499)	(23.499)	-	(23.499)
Transferência entre reservas		-	-	-	26.975	(26.975)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>344.267</u>	<u>8.547</u>	<u>-</u>	<u>60.806</u>	<u>-</u>	<u>413.620</u>	<u>3</u>	<u>413.623</u>
Integralização de capital	24	10.881	-	-	-	-	10.881	-	10.881
Dividendos a pagar ou distribuídos		-	-	-	(14.180)	-	(14.180)	-	(14.180)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.972	74.972	-	74.972
Constituição de reserva legal		-	3.749	-	-	(3.749)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	24	-	-	58.274	-	(58.274)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	24	-	-	-	(7.240)	(12.949)	(20.189)	-	(20.189)
Participação dos não Controladores		-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>355.148</u>	<u>12.296</u>	<u>58.274</u>	<u>39.386</u>	<u>-</u>	<u>465.104</u>	<u>-</u>	<u>465.104</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado		
	Notas	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		77.810	71.023	78.951	72.039
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	26	51.941	49.828	52.471	49.828
Crédito de ICMS ST MVA não realizado	26	(18.264)	(7.265)	(18.264)	(7.265)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(1.268)	(479)	-	-
Resultado de ativos baixados	16/17	(862)	390	(2.377)	390
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	22	6.145	11.353	6.185	11.353
Provisão para perda de crédito esperada	7	105	(6)	105	(6)
Provisão para perda de estoque		2.015	-	2.015	-
Ganho na venda de subsidiárias		(1.877)	-	(1.877)	-
Encargos arrendamento	15	25.341	18.113	25.341	18.113
Encargos financeiros, líquidos	18	9.222	11.268	12.858	15.015
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(31.442)	(23.790)	(28.934)	(20.492)
Estoques		(52.613)	(34.961)	(44.050)	(34.961)
Depósitos judiciais		(356)	2.714	(366)	2.714
Outros ativos circulantes e não circulantes		3.519	(7.827)	(251)	(6.607)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		13.404	36.288	11.325	36.288
Salários e encargos sociais		3.124	4.031	2.853	3.987
Impostos e contribuições a recolher		5.175	(281)	5.304	(456)
Parcelamento de impostos		(1.595)	(2.472)	(1.522)	(2.472)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(2.609)	(24.857)	6.642	(21.177)
Caixa gerado nas operações		88.792	103.070	108.286	116.291
Juros pagos	18	(6.103)	(7.714)	(8.001)	(9.605)
Imposto de renda e contribuição social pagos	29	(2.771)	(4.981)	(3.911)	(6.157)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		78.041	90.375	94.497	100.529
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Adições aos intangíveis	17	(2.861)	(3.074)	(21.595)	(3.074)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	16	(59.373)	(34.685)	(69.141)	(34.807)
Dividendos recebidos		-	3.179	-	-
Investimentos		(28.511)	-	(14.396)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(90.745)	(34.580)	(105.132)	(37.881)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		10.881	11.186	10.881	11.186
Pagamento de arrendamentos	15	(42.533)	(42.100)	(42.533)	(42.100)
Empréstimos e financiamentos obtidos	18	370.000	-	370.000	-
Aquisição de terceiros		-	-	14.174	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	(43.018)	(36.800)	(55.176)	(43.224)
Pagamento de empréstimo mútuo		-	(123)	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	24	(23.499)	(22.838)	(23.499)	(22.838)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		271.831	(90.675)	273.847	(96.976)
Caixa adquirido na combinação de negócios		2.093	-	2.093	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no exercício		261.220	(34.880)	265.305	(34.328)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.749	80.629	47.721	82.049
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		306.969	45.749	313.026	47.721

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstração do valor adicionado Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Vendas de mercadorias	2.997.101	2.543.928	3.009.428	2.543.928
Perda com créditos de liquidação duvidosa	(105)	(6)	(105)	(6)
Outras receitas	60.701	53.395	60.814	54.072
	<u>3.057.697</u>	<u>2.597.317</u>	<u>3.070.137</u>	<u>2.597.994</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas	(2.058.427)	(1.744.044)	(2.066.114)	(1.744.044)
Materiais, energia, serviços terceiros e outros	(290.207)	(247.992)	(287.069)	(246.835)
	<u>(2.348.634)</u>	<u>(1.992.036)</u>	<u>(2.353.183)</u>	<u>(1.990.879)</u>
Valor adicionado bruto	709.063	605.281	716.954	607.115
Depreciação e amortização	(51.941)	(49.828)	(52.470)	(49.828)
	<u>657.122</u>	<u>555.453</u>	<u>664.484</u>	<u>557.287</u>
Valor adicionado líquido produzido				
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	1.268	479	-	-
Receitas financeiras	5.756	6.168	5.775	6.233
Outros	2.050	2.462	2.052	2.462
	<u>666.196</u>	<u>564.562</u>	<u>672.311</u>	<u>565.982</u>
Colaboradores	(287.742)	(247.733)	(289.843)	(247.736)
Remuneração direta	(243.194)	(209.901)	(244.909)	(209.901)
Participações	(13.888)	(10.989)	(13.888)	(10.989)
Benefícios	(13.664)	(11.896)	(13.901)	(11.896)
Encargos	(16.996)	(14.947)	(17.145)	(14.950)
Impostos, taxas e contribuições	(232.784)	(196.509)	(236.522)	(198.003)
Federais	(144.383)	(140.656)	(146.631)	(142.106)
Estaduais	(86.034)	(54.036)	(87.468)	(54.037)
Municipais	(2.367)	(1.817)	(2.423)	(1.860)
Financiamentos externos	(70.698)	(67.191)	(70.974)	(67.114)
Juros	(58.894)	(57.972)	(59.093)	(57.895)
Aluguéis	(11.804)	(9.219)	(11.881)	(9.219)
Remuneração capitais próprios	(74.972)	(53.129)	(74.972)	(53.129)
Juros sobre capital próprio	(12.949)	(23.499)	(12.949)	(23.499)
Lucros retidos	(62.023)	(29.630)	(62.023)	(29.630)
Valor adicionado distribuído	<u>(666.196)</u>	<u>(564.562)</u>	<u>(672.311)</u>	<u>(565.982)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Sulamericana de Distribuição, em conjunto com as controladas diretas Incopar Empreendimentos Imobiliários Ltda., EBC -Empresa Brasileira de Comercialização Ltda., Dutrigo Alimentos Ltda. e a controlada indireta Pighes Empreendimentos e Participações Ltda. (a “Companhia” ou “CSD” ou “Grupo”) com sede na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, é uma sociedade por ações de capital fechado.

A CSD tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar, eletroeletrônicos e outros produtos, atuando através do formato de supermercados. A CSD possui em seu portfólio as bandeiras “Cidade Canção”, “São Francisco”, “Amigão” e “Stock”. A Incopar possui como atividade a incorporação de imóveis, construção de imóveis, compra e venda de imóveis prontos ou a construir, sejam eles residenciais ou comerciais, terrenos ou frações ideais, locação e administração de bens imóveis. As companhias EBC -Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. e Dutrigo Alimentos Ltda têm como objeto social a fabricação e comercialização de produtos industriais de panificação assados e congelados. A Pighes tem como objeto social a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza e aluguel de imóveis próprios, residenciais e não residenciais.

A Companhia foi constituída em 30 de dezembro de 2009, com capital social de R\$ 10.

Em 26 de fevereiro de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da totalidade das ações representativas do capital social das empresas Évora Comercial de Gêneros Alimentícios S.A. (“Évora”) e Supermercados Cidade Canção S.A. (“Cidade Canção”). Em 30 de junho de 2010, ocorreu a incorporação das então subsidiárias integrais Évora e Cidade Canção pela CSD.

Em 09 de setembro de 2020, a CSD adquiriu 100% das quotas das empresas Dutrigo Alimentos Ltda (“Dutrigo”) e EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. (“EBC”) (Notas 13,14, 16, 17 e 30).

Em 25 de setembro de 2020, a CSD realizou a cisão parcial de sua subsidiária Incomar com redução do capital social, mediante transferência de parcela do patrimônio para a empresa em constituição denominada Incopar Empreendimentos Imobiliários (“Incopar”). (Notas 13,14, 16, 17 e 30).

A nova subsidiária Incopar, tem por objetivo a prática das atividades de incorporação de imóveis, construção de imóveis, compra e venda de imóveis prontos ou a construir, residenciais e comerciais, terrenos e frações ideais, locação e administração de bens imóveis, bem como a participação em outras sociedades.

Em 25 de setembro de 2020, a Companhia realizou a venda da sua subsidiária denominada Incomar mediante transferência das ações para os acionistas do Grupo. (Notas 13,14, 16, 17 e 30).

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía 8.590 funcionários (não auditado), 59 lojas (não auditado) e atuava em 29 cidades do interior dos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul (não auditado), utilizando uma infraestrutura logística formada pelo Centro de Distribuição de Paçandu de 30 mil metros quadrados (não auditado), o Centro de Distribuição na cidade de Lins com 5 mil metros quadrados (não auditado) e Centro de Distribuição na cidade de Maringá com 9 mil metros quadrados (não auditado).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2021.

1.1 Impactos COVID 19

Em 2020, devido a situação sem precedentes com a disseminação do COVID-19, a Companhia atribuiu como prioridade máxima e imediata, a segurança e a saúde de seus funcionários e clientes. Ao mesmo tempo, possui a responsabilidade e o papel fundamental de garantir o fornecimento de alimentos para a comunidade em que atua nos estados do Paraná, de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Os impactos financeiros destas medidas abrangeram períodos da competência de 2020 e posteriores aos destas informações financeiras e a Administração estima que estes impactos não são significativos.

Dentre as ações implementadas em 2020 relacionadas ao COVID-19, destacam-se a criação de um comitê de crise, cumprimento aos protocolos sanitários, controle de estoques elegidos como sensíveis e prioritários, incremento ao quadro de funcionários nas lojas, matriz e centro de distribuição, desenvolvimento do e-commerce, negociações pontuais para conter os aumentos e despesas causados pelo COVID 19 e por fim, ações humanitárias via Instituto Cidade Canção.

O cenário revelou padrões atípicos de compras no segmento de varejo que observou um aumento do valor do ticket médio e uma redução no número de quantidade de tickets, reflexo da estocagem de alimentos e compras mais concentradas. Já no segmento de atacado de autosserviço percebeu-se uma queda nas vendas para os transformadores e pequenos comércios, as quais foram gradualmente compensadas pelo aumento nas vendas para consumidores finais e revendedores produtos alimentares.

Apesar de todos os desafios constatados e comentados, a Administração entende que não houve a necessidade de reavaliação de estimativas contábeis, com a evidencia de que foram mantidos os acordos comerciais e compras com fornecedores, os contratos de arrendamento e alugueis com os proprietários dos imóveis onde estão instaladas nossas lojas e as políticas de provisão e estimativas contábeis.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.21.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga espontaneamente a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, conforme requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, e portanto essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações e reapresentação

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 “**Apresentação das Demonstrações Contábeis**” e IAS 8/CPC 23 “**Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**”
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 “**Combinação de Negócios**”
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - “**Instrumentos Financeiros**”
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: **alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) “Arrendamentos”**

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

Adicionalmente, a administração alterou a forma de apresentação das receitas relacionadas a contratos logísticos e créditos tributários que estavam sendo apresentadas como Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 27) e foram reclassificadas como redutoras das Despesas com vendas (Nota 26). Conforme requerido pelas normas contábeis, os saldos comparativos foram alterados e estão sendo reapresentados para garantir a comparabilidade. Essa mudança visa prover uma informação mais consistente para os usuários das demonstrações financeiras, bem como permitir a comparação com outras empresas do setor.

2.3 Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob a categoria mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.2 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir:

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

2.5.3 *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes e de administradores de cartões pela venda de mercadorias no curso normal de suas atividades. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber oriundas de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre o volume de compra, ações de *marketing*, reembolso de custos, dentre outros.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor de venda e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperado (PCE) ou *impairment*.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, sendo ajustado por provisão para realização de bonificações nos estoques e para perdas e quebras, as quais são periodicamente revisadas e avaliadas quanto à sua suficiência. Na controlada Incomar, os estoques compreendem os terrenos e imóveis destinados à venda.

2.8 Títulos públicos estaduais – precatórios

A Companhia classifica os precatórios adquiridos como instrumentos financeiros na categoria de mensurados pelo custo amortizado, ajustados por provisão para impairment quando a administração possui dúvidas quanto a sua recuperabilidade (Nota 11).

2.9 Ativos intangíveis

(a) Ágio

Atualmente a Companhia possui ágios decorrentes das seguintes operações:

Como resultado da incorporação da totalidade das ações da Évora e Cidade Canção, gerou diferença positiva entre o valor do patrimônio líquido daquelas empresas e o valor justo dos ativos e passivos das mesmas no momento de sua avaliação. O ágio de incorporação das ações de controladas é registrado como "Ativo intangível", sua amortização para fins fiscais foi esgotada em 2017. Para o registro contábil da formação da Joint Venture CSD em 2010, quando da associação das duas redes varejistas, a administração definiu a política contábil de registrar os ativos e passivos ao valor justo.

Foi apurado ágio na aquisição da rede Amigãolins Supermercado S.A. decorrente da aquisição de participação de 100% do capital desta empresa em 18 de agosto de 2014. O goodwill foi registrado por expectativa de rentabilidade futura de acordo com os laudos contábeis considerando o valor justo do patrimônio líquido da controlada.

Adicionalmente, houve as aquisições de 100% dos capitais da EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda e da Dutrigo Alimentos Ltda. em 09 de setembro de 2020. O ágio registrado por expectativa de rentabilidade futura em ambas operações de aquisições estão subsidiados por laudos contábeis considerando o valor justo dos patrimônios líquidos das companhias.

Os ágios são testados anualmente para verificar perdas, sendo este contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Marcas registradas

As marcas registradas adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor justo na aquisição e são consideradas como intangível de vida útil indefinida.

(c) *Softwares*

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(d) Fundos de comércio

Os fundos de comércio adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, são avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos fundos de comércio durante sua vida útil conforme prazo de duração do contrato de aluguel dos negócios adquiridos.

(e) Direitos sobre pontos comerciais (“**Luvás**”)

Os direitos sobre pontos comerciais (luvas) adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, são avaliados com vida útil definida e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos direitos sobre as luvas durante sua vida útil conforme prazo de duração do contrato de aluguel dos negócios adquiridos.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de benfeitorias em propriedades de terceiros é efetuada de acordo com o período dos contratos de locação dos imóveis onde estão localizadas as lojas da CSD. Quanto a depreciação dos outros ativos, calcula-se usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil média estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em propriedades de terceiros (conforme prazos contratuais)	8
Máquinas e equipamentos	15
Veículos	10
Computadores e periféricos	5
Edificação	25
Móveis e utensílios	15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Verbas comerciais de fornecedores

As verbas comerciais recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados entre a Companhia e os fornecedores, registradas ao resultado quando os correspondentes estoques são recebidos no Centro de Distribuição ou Lojas. Outros tipos de verbas comerciais são levadas a resultado quando da venda das respectivas mercadorias, momento em que as margens dos produtos vendidos são apuradas.

Verbas comerciais podem ser relativas ao volume de compras, logística e à negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros. As verbas de rebaixa de custo atreladas ao pedido de compra e as verbas de rebaixa de preço, são reconhecidas como redutoras dos custos da Companhia. As verbas de logística, ponto extra, marketing, inauguração e reinauguração são reconhecidas como redutoras das despesas com vendas. Todos os tipos de verbas comerciais são registradas como contas a receber de fornecedores.

Contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber das verbas, depósito em conta corrente e ou pela bonificação de mercadorias.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após o reconhecimento inicial, o passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e impostos indiretos) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida, mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo e atacado para a comercialização de produtos alimentícios. As vendas de mercadorias são reconhecidas quando é vendido um produto para o cliente, ou seja, quando o controle sobre os produtos é transferido ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de débito ou crédito ou ainda, por meio de cheques. Além do varejo, a Companhia também atua nos segmentos de atacado de autosserviço e vendas Web.

A Companhia possui um programa de fidelidade no qual os clientes de varejo ganham descontos diretamente no momento da realização da compra, não possuindo nenhuma regra comercial ou de pontuação pré-estabelecida para a concessão de descontos nas compras dos produtos nos canais de vendas. A receita da venda já é reconhecida líquida do desconto dado ao cliente.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Arrendamentos

Em 2019, o Grupo adotou a política contábil para arrendamentos conforme as normas contábeis definidas no IFRS 16/CPC 6 (R2). A nova política está descrita na Nota 15.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 Benefícios a empregados - participação dos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma estimativa e cálculos que levam em consideração o resultado atribuível aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.21 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na (Nota 2.11).

Durante o exercício de 2020, e com base nas estimativas da administração, não houve determinação de valores de perdas imputáveis ao ágio (Nota 17 (b)).

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos os custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, ainda, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(b) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(c) Créditos tributários

O Grupo reconhece créditos tributários principalmente relacionados a ICMS, ICMS Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS baseadO na análise da legislação vigente e da jurisprudência atualizada, reforçada pela opinião legal dos seus assessores jurídicos externos.

(d) Determinação do prazo de arrendamento e da taxa incremental

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de lojas de varejo e atacado, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

A taxa incremental foi mensurada levando-se em consideração o custo de captação ponderado da Companhia em janeiro de 2019, o qual era de 145% do CDI. O CDI futuro, baseando-se no prazo contratual remanescente de cada contrato, foi extraído oficialmente da Bolsa Mercantil de Futuros, BMF. A taxa incremental mínima apurada foi de 9,37% a.a. para contratos de 12 meses e a taxa incremental máxima foi de 14,14% a.a. para o prazo de 240 meses.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la).

2.22 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.23 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 **“Instrumentos Financeiros”**: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2021.

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- **Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- **Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.

- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (iv) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Gestão de risco

3.1 Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas à diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de taxa de juros

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros. O resultado e seus fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter o maior número possível de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e com administradoras de cartões. Este risco é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia serem realizadas em dinheiro e por meio de cartões de débito e crédito. Com relação aos cheques pré-datados, são considerados os indicativos de perdas históricas no estabelecimento de uma provisão para perdas (*impairment*).

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos e mensurados ao custo amortizado do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	292.895	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	151.395	173.453	120.987	-
Passivo de arrendamento	41.703	35.019	63.157	61.113
Partes relacionadas	6.572	13.897	-	-
Outras contas a pagar	43.670	2.028	-	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	279.491	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	47.016	67.685	1.033	-
Passivo de arrendamento	37.787	32.165	63.038	57.245
Partes relacionadas	7.024	13.572	6.022	-
Outras contas a pagar	35.578	876	-	-
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	290.816	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	163.542	190.597	120.987	-
Passivo de arrendamento	41.703	35.019	63.157	61.113
Outras contas a pagar	52.222	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	279.491	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	52.958	81.257	7.056	-
Passivo de arrendamento	37.787	32.165	63.038	57.245
Outras contas a pagar	35.692	876	-	-

3.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, a análise de sensibilidade realizada pelo grupo, foi desenvolvida considerando a taxa de juros ponderada de 5,10% ao ano.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo.

Transações	Taxa de juros	Saldo em 31.12.2020	Projeção de mercado
			Cenário provável
CRI – Certificados de recebíveis imobiliários	IPCA + 7,1%	(20.469)	(22.852)
Debêntures	214% do CDI	(129.035)	(134.551)
Finame	TLP + CDI	(6.779)	(7.484)
Empréstimos bancários (capital de giro)	247% do CDI	(310.021)	(325.315)
		(466.304)	(490.202)
Equivalência de caixa	98% do CDI	313.026	330.720
Exposição líquida		(153.278)	(159.482)
Efeito líquido - perda			(6.204)

3.3 Gestão de risco de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira no Consolidado podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 18)	475.126	141.271
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(313.026)	(47.721)
Dívida líquida	162.100	93.550
Total do patrimônio líquido	465.104	413.623
Total do capital	627.204	507.173
Índice de alavancagem financeira - %	26	18

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Instrumentos financeiros por categoria – consolidado

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes	210.588	181.760
Depósitos judiciais	7.772	7.416
Partes relacionadas	78.680	77.014
Caixa e equivalentes de caixa	313.026	47.721
	<u>610.066</u>	<u>313.910</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	475.126	141.271
Passivo de arrendamento	200.992	190.235
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	290.816	279.491
	<u>966.934</u>	<u>610.997</u>

5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes (menos a perda (*impairment*)), partes relacionadas, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

As presentes demonstrações financeiras não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	1.363	1.860	1.376	1.860
Numerários em trânsito	16.717	11.675	16.717	11.675
Bancos conta movimento	56.204	6.489	56.573	6.781
Aplicações financeiras (i)	232.685	25.724	238.360	27.405
	<u>306.969</u>	<u>45.749</u>	<u>313.026</u>	<u>47.721</u>

- (i) São aplicações em renda fixa indexadas pela variação média de 50% a 98% do CDI, estão sujeitas a variações insignificantes de valor justo e podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, cuja intenção da administração é fazer uso destes recursos no curto prazo, ou seja, menos de 90 dias.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Administradoras de cartões (i)	78.235	47.108	78.235	47.108
Administradoras de cartões – partes relacionadas	28.512	36.613	28.512	36.613
Cheques pré-datados	27.046	26.994	27.046	26.994
Cheques pré-datados – partes relacionadas	12	-	12	-
Contas a receber de fornecedores (ii)	46.174	39.222	46.180	39.222
Contas a receber de fornecedores – relacionadas	1.736	347	195	347
Cartão - alimentação	24.743	19.525	24.743	19.525
Cartão – alimentação – partes relacionadas	2.190	9.111	2.190	9.111
Contas a receber de clientes	566	-	2.237	-
Outros	1.672	1.440	1.672	2.641
Outros – partes relacionadas	2	529	2	529
Valores a receber Dutriço e EBC	1.443	-	-	-
Subtotal	212.331	180.889	211.024	182.090
Provisão para devedores duvidosos	(436)	(331)	(436)	(331)
	<u>211.895</u>	<u>180.558</u>	<u>210.588</u>	<u>181.759</u>

- (i) Administradoras de cartões: As operações de cartão de crédito são recebidas normalmente dentro de um prazo de 30 dias.
- (ii) Contas a receber de fornecedores: este saldo é proveniente de acordos comerciais gerados através de transações correntes entre o Grupo e seus fornecedores e baseadas, principalmente, no volume de compras.

As contas a receber têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	202.266	160.166	200.959	161.368
Vencidos até 30 dias	6.349	4.915	6.349	4.915
Vencidos de 31 a 60 dias	1.680	1.847	1.680	1.847
Vencidos de 61 a 90 dias	1.006	484	1.006	484
Vencidos de 91 a 120 dias	87	33	87	33
Vencidos acima de 121 dias	943	13.444	943	13.444
	<u>212.331</u>	<u>180.889</u>	<u>211.024</u>	<u>182.090</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Em 1º de janeiro	(331)	(325)	(331)	(325)
Constituição de provisão	(105)	(6)	(105)	(6)
Reversão de provisão	-	-	-	-
Em 31 de dezembro	<u>(436)</u>	<u>(331)</u>	<u>(436)</u>	<u>(331)</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "outras despesas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercadorias para revenda	298.370	245.518	299.608	245.518
Ajuste a valor presente	(4.555)	(3.934)	(4.555)	(3.934)
Mercadorias em trânsito	3.832	2.440	3.832	2.440
Terrenos (i)	-	-	13.917	24.009
Outros	579	1.589	870	1.589
Provisões para perdas nos estoques (ii)	<u>(3.980)</u>	<u>(1.965)</u>	<u>(3.980)</u>	<u>(1.965)</u>
	<u>294.246</u>	<u>243.648</u>	<u>309.692</u>	<u>267.657</u>

- (i) Em 2019, houve na controlada Incomar, a reclassificação do saldo de construção em andamento da Loja de Paiçandu do grupo de imobilizado para o grupo de estoque, uma vez que a intenção da administração desta controlada é vender o ativo assim que finalizado.
- (ii) As provisões para perdas nos estoques são compostas pela estimativa de perda por diferenças de inventário.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Em 1º de janeiro	(1.965)	(2.939)	(1.965)	(2.939)
Constituição de provisão	(2.015)	-	(2.015)	-
Reversão de provisão	-	974	-	974
Em 31 de dezembro	<u>(3.980)</u>	<u>(1.965)</u>	<u>(3.980)</u>	<u>(1.965)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ramo de atividade varejista, está sujeito a um processo de perdas de estoque provenientes de sua operação, seja por furtos, deterioração ou perecibilidade, dentre outras. Este processo é previsto e reconhecido inclusive pela RFB (Receita Federal do Brasil) que prevê um percentual aceitável para dedutibilidade deste tipo de perdas. Baseado no histórico dessas perdas, a Companhia constitui provisão, a qual, em média, está abaixo do patamar reconhecido pela RFB para o varejo.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 2.060.125 (2019 - R\$ 1.745.473).

Os terrenos registrados na subsidiária integral Incopar, estão diretamente relacionados a imóveis para comercialização com investidores dentro do padrão usual de negociações do setor imobiliário e encontram-se registrados pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor.

Não há ônus ou gravames sobre os estoques.

9 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adiantamento a funcionários	3.045	2.664	3.113	2.680
Adiantamento a fornecedores	10.106	673	10.409	774
Adiantamento para aquisição de novas Lojas (i)	-	12.000	-	12.000
Outros adiantamentos	1	12	1	12
	<u>13.152</u>	<u>15.349</u>	<u>13.523</u>	<u>15.466</u>

- (i) Trata-se de adiantamento para a compra de duas lojas na cidade de Votuporanga-SP, o qual foi alocado aos ativos adquiridos quando da finalização da aquisição.

10 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Valores a ressarcir (i)	921	1.500	921	1.500
Despesas do exercício seguinte	2.444	2.445	2.604	2.445
Ressarcimento de terceiros	313	1.682	347	1.682
Operações bancárias cessões de créditos	24	1.073	24	1.073
Aluguéis a receber	525	453	525	453
Títulos de capitalização	3.500	-	3.500	-
Outros	769	59	788	61
	<u>8.496</u>	<u>7.212</u>	<u>8.709</u>	<u>7.214</u>
Não circulante				
Adiantamento de aluguéis	1.388	1.525	1.388	1.525
Títulos de capitalização	3.500	-	3.500	-
Impostos a recuperar	3.072	2.869	3.072	2.872
Despesas antecipadas	891	-	891	-
Seguros a apropriar	724	69	724	69
Consórcios	802	626	802	626
Investimentos bancários – (cotas de capital) (ii)	541	477	584	477
	<u>10.918</u>	<u>5.566</u>	<u>10.961</u>	<u>5.569</u>
	<u>19.414</u>	<u>12.778</u>	<u>19.670</u>	<u>12.783</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Referem-se a desembolsos por pagamentos de despesas pertencentes aos antigos acionistas da rede adquirida Amigão, que serão amortizados com os valores retidos para pagamento conforme descrito na (Nota 23).

11 Títulos públicos estaduais

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Valor de face dos precatórios adquiridos	12.165	12.165
(-) Deságio obtido na aquisição dos precatórios	(6.976)	(6.976)
(-) Provisão para perdas na realização dos precatórios	(5.189)	(5.189)
	-	-

Para os títulos precatórios detidos pela Companhia, cuja administração possui dúvidas sobre sua recuperabilidade, é constituída provisão para perda da totalidade do seu valor.

12 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto diferido ativos – Prejuízo fiscal e Base negativa				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	181	5.952	181	5.952
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	19.849	14.235	19.849	14.235
	20.030	20.187	20.030	20.187
Imposto diferido ativos – Diferenças temporárias				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	8.581	11.553	8.581	11.553
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	17.635	12.617	17.635	12.617
	26.216	24.170	26.216	24.170
	46.246	44.357	46.246	44.357
Imposto diferido passivos				
Passivo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses	(1.770)	(1.850)	(1.770)	(1.850)
Passivo de imposto diferido (ágio)	(94.417)	(90.166)	(94.417)	(90.166)
	(96.187)	(92.016)	(96.187)	(92.016)
	(49.941)	(47.659)	(49.941)	(47.659)

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas realizáveis não circulantes têm as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2021	-	8.560	-	8.560
2022	6.919	9.963	6.919	9.963
2023	8.769	4.686	8.769	4.686
Após 2023	21.796	3.643	21.796	3.643
Total	37.484	26.852	37.484	26.852

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções que os suportam são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções.

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Provisões	Prejuízos fiscais	Total	
Ativo de imposto diferido				
Em 1º de dezembro de 2019	(27.500)	(23.091)	(50.591)	
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	3.330	2.905	6.234	
Em 31 de dezembro de 2019	(24.170)	(20.186)	(44.357)	
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	(2.046)	157	(1.889)	
Em 31 de dezembro de 2020	(26.216)	(20.030)	(46.246)	
	Controladora e Consolidado			
	Amortização fiscal do ágio	Ajuste ao valor justo	Outros	Total
Passivo de imposto diferido				
Em 1º de dezembro de 2019	84.497	1.538	978	87.013
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	5.669	(530)	(136)	5.003
Em 31 de dezembro de 2019	90.166	1.008	842	92.016
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	4.251	(244)	164	4.171
Em 31 de dezembro de 2020	94.417	764	1.006	96.187

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Investimentos

	Percentual de participação	Saldo em 31/12/2019	Aquisição	Valor do Agio	Equiv. Patrimonial	Cisão Parcial	Venda	Saldo em 31/12/2020	Passivo Descoberto	Total
Incomar Emp. Imobiliários	99,99%	34.249	-	-	605	(22.550)	(12.304)	-	-	-
Incomar Emp. Imobiliários	100,00%	-	22.550	-	192	-	-	22.742	-	22.742
Dutrigo Alimentos Ltda.	100,00%	-	938	10.969	106	-	-	12.013	(2.027)	9.986
EBC – Empresa Brasileira de Comercialização	100,00%	-	9.787	6.752	365	-	-	16.904	-	16.904
Total		34.249	33.275	17.721	1.268	(22.550)	(12.304)	51.659	(2.027)	49.632

Em 6 de agosto de 2020, a Companhia decidiu criar a sociedade Incomar Empreendimentos Imobiliários (“**Incomar**”), a qual possui atividade de prática das atividades de incorporação de imóveis, construção de imóveis, compra e venda de imóveis prontos ou a construir, residenciais e comerciais, terrenos e frações ideais, locação e administração de bens imóveis, bem como a participação em outras sociedades. A Incomar Empreendimentos Imobiliários é resultante da cisão parcial da sua controlada Incomar Empreendimentos Imobiliários (“**Incomar**”). **Esta cisão parcial está em consonância com o plano de expansão e controle de ativos da Companhia para os próximos anos em termos imobiliários, segundo entendimento da alta administração.** O total dos ativos líquidos cindidos que somam à Incomar são de R\$ 22.550.

Posteriormente, em 11 de setembro de 2020 foi deliberado e aprovado pela Assembleia Geral de acionistas a transferência, em favor dos acionistas e proporcionalmente à participação de cada um deles na Companhia, as ações e componentes do capital social da sociedade Incomar Empreendimentos Imobiliários ao custo histórico de R\$ 12.304. A transferência foi realizada para quitação parcial dos dividendos propostos no valor de R\$ 14.180 (Nota 24 (f)), gerando, portanto, um ganho de R\$ 1.876 reconhecido em contrapartida de Outras receitas, Líquidas. Essa transação não afetou o caixa da Companhia.

No dia 9 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social das panificadoras industriais EBC – **Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. (“EBC”)** e a **Dutrigo Alimentos Ltda. (“Dutrigo”)**, com o objetivo de integrar a participação da CSD na produção de assados e congelados, ampliar sua base de produtos para distribuição em sua rede de mercados e aumentar a eficiência das atividades por meio da sinergia entre as empresas. O valor pago na aquisição das cotas da EBC foi de R\$ 16.538 (Nota 14). Para a Dutrigo, o valor pago foi de R\$ 9.880 (Nota 14).

As movimentações ocorridas durante o ano de 2020 e 2019 na conta de investimentos da controladora estão abaixo apresentadas:

	Controladora	
	2020	2019
Em 1º de janeiro	34.249	36.949
Equivalência patrimonial	1.268	479
Recebimento de dividendos - controladas	-	(3.179)
Combinação de negócios – EBC e Dutrigo	28.446	-
Venda de parcela cindida da subsidiária Incomar	(12.304)	-
Em 31 de dezembro	51.659	34.249

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas (principais e com participação não controladora relevante).

	Direta Incopar		Direta Dutrigo		Direta EBC		Controladas Indireta Pighes	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Circulante								
Ativo	17.308	-	2.306	-	11.908	-	6.849	6.335
Passivo	(8.572)	-	(3.771)	-	(7.651)	-	(6.849)	(6.329)
Ativo (passivo) circulante líquido	8.736	-	(1.465)	-	4.257	-	-	6
Não circulante								
Ativo	14.018	-	2.829	-	4.258	-	16.836	22.534
Passivo	-	-	(3.306)	-	-	-	(13.897)	(19.594)
Ativo não circulante líquido	14.018	-	(477)	-	4.258	-	2.939	2.939
Patrimônio líquido	22.754	-	(1.942)	-	8.515	-	2.939	2.945
Participação %	100%		100%		100%		99,99%	

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Combinação de negócios

Em 9 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Dutrigo Alimentos Ltda. (“**Dutrigo**”) por R\$ 9.880 e 100% do capital social da EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. (“**EBC**”) por R\$ 16.538. O montante envolvido foi liquidado via transferências bancárias. A tabela a seguir resume a contraprestação paga pelas aquisições e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição.

	Valor contábil			Ajuste a <i>Fair Value</i> (PPA)			Valor justo			
	Dutrigo	EBC	Total	Dutrigo	EBC	Total	Dutrigo	EBC	Total	
ATIVO										
Circulante	4.425	13.972	18.397	-	-	-	4.425	13.972	18.397	
Outros ativos não circulantes	2	51	53	-	-	-	2	51	53	
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Imobilizado	3.013	4.837	7.850	404	1.265	1.669	3.417	6.102	9.519	
Intangível - Outros	7	98	105	-	-	-	7	98	105	
Cláusula de não competição	-	-	-	143	372	515	143	372	515	
Carteira de clientes	-	-	-	391	-	391	391	-	391	
Total do ativo	7.447	18.958	26.405	938	1.637	2.575	8.385	20.595	28.980	
PASSIVO										
Circulante	4.948	10.808	15.756	-	-	-	4.948	10.808	15.756	
Não Circulante	4.526	-	4.526	-	-	-	4.526	-	4.526	
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Capital realizado e atualizado	4.246	41.617	45.863	-	-	-	4.246	41.617	45.863	
Lucros / (Prejuízos) acumulados	(6.273)	(33.467)	(39.740)	938	1.637	2.575	(5.335)	(31.830)	(37.165)	
Total do passivo	7.447	18.958	26.405	938	1.637	2.575	8.385	20.595	28.980	
							Ativos líquidos ao valor justo	(1.089)	9.786	8.697
							Ágio (goodwill)	10.969	6.752	17.721
							Total Contraprestação	9.880	16.538	26.418

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2019
Ativos de direito de uso		
Edificações	184.554	179.940
	<u>184.554</u>	<u>179.940</u>
Passivos de arrendamentos		
Circulante	41.703	37.787
Não circulante	159.289	152.448
	<u>200.992</u>	<u>190.235</u>

As adições aos ativos de direito de uso durante o exercício de 2020 totalizaram R\$ 20.128. Os valores apresentados na tabela acima são líquidos da depreciação.

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

As demonstrações do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2020	2019
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas - encargo total de depreciação - Nota 26)	(24.098)	(24.807)
Edificações		
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 28)	(24.964)	(18.113)
Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos em passivos de arrendamentos (incluídas em despesas operacionais - Nota 26)	(6.135)	(4.927)

Os pagamentos de arrendamentos em 2020 juntamente com os juros, totalizaram R\$ 42.521.

O Grupo aluga prédios comerciais para sua área administrativa, lojas de varejo e atacado. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 1 ano a 20 anos e podem incluir opções de prorrogação, conforme descrito no item (iv) a seguir.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desde 1ª de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente utilizando a taxa implícita do arrendamento ou uma taxa incremental.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- . pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- . o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo:

- . sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros. As taxas refletem as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- . usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e
- . faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- . quaisquer custos diretos iniciais; e
- . custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo contratual de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

(iii) Pagamentos de arrendamentos variáveis

Alguns arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, como por exemplo, minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

(iv) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador.

(v) Divulgações adicionais

A Companhia divulga espontaneamente os requerimentos Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019. A taxa incremental foi mensurada levando-se em consideração o custo de captação ponderado da Companhia em janeiro de 2019, o qual era de 145% do CDI. O CDI futuro, baseando-se no prazo contratual remanescente de cada contrato, foi extraído oficialmente da Bolsa Mercantil de Futuros, BMF. A taxa incremental mínima apurada foi de 9,37% a.a. para contratos de 12 meses e a taxa incremental máxima foi de 14,14% a.a. para o prazo de 240 meses.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos por prazo e taxa de desconto

<u>Prazos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
1 ano	9,37%
3 anos	11,01%
5 anos	12,42%
10 anos	13,69%
15 anos	13,96%
20 anos	14,14%

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo no início do exercício	190.235	160.228
Transferência	-	3.632
Juros provisionados	25.341	18.113
Adição por novos contratos	20.128	32.728
Pagamentos	(18.931)	(19.356)
Juros	(23.602)	(17.817)
Baixa	(5.733)	-
Outros	(972)	4.160
Ajuste de remensuração de arrendamentos baseados em índices ou taxas médias	14.526	8.547
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro	<u>200.992</u>	<u>190.235</u>

O Grupo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

<u>Vencimento das prestações</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Menos de 1 ano	41.703	37.787
Entre 1 e 2 anos	35.019	32.165
Entre 2 e 5 anos	63.157	63.038
Acima de 5 anos	<u>61.113</u>	<u>57.245</u>
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro	200.992	190.235

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	179.940	160.228
Adição por novos contratos	20.128	32.728
Ajustes por remensuração baseados em índices ou taxas	14.526	8.547
Baixa	(5.524)	-
Outros	(418)	3.244
Despesa de depreciação	(24.098)	(24.807)
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro	184.554	179.940

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	2020		2019	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	303.193	168.928	308.848	164.705
PIS/COFINS potencial (9,25%)	28.045	15.626	28.568	15.235
	<u>331.238</u>	<u>184.554</u>	<u>337.416</u>	<u>179.940</u>

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta espontaneamente os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2020	2021	2022	2023	Após 2024
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	201.697	198.466	175.841	156.944	155.512
Fluxo com projeção de inflação	248.370	204.472	187.651	171.766	170.395
Variação	23,14%	3,03%	6,72%	9,44%	9,57%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	184.554	175.470	147.739	125.199	123.514
Fluxo com projeção de inflação	227.260	181.345	158.987	138.900	137.227
Variação	23,14%	3,35%	7,61%	10,94%	11,10%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	(25.090)	(26.276)	(24.409)	(21.785)	(116.386)
Fluxo com projeção de inflação	(30.896)	(26.625)	(25.650)	(23.554)	(129.929)
Variação	23,14%	1,33%	5,08%	8,12%	11,64%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	(24.098)	(28.013)	(27.732)	(22.540)	(125.199)
Fluxo com projeção de inflação	(29.674)	(28.448)	(29.462)	(24.781)	(144.651)
Variação	23,14%	1,55%	6,24%	9,94%	15,54%

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2018										
Saldo inicial	3.894	19.153	44.032	36.967	626	9.729	44.919	25.060	3.031	187.411
Aquisições	-	2.617	7.136	-	-	2.692	986	-	647	14.078
Projetos em andamento	-	-	-	-	-	-	-	18.632	-	18.632
Baixas	-	(16)	(139)	-	-	(234)	-	-	-	(389)
Transferências	-	1.102	4.524	-	-	547	16.871	(23.044)	-	-
Depreciação	-	(2.902)	(6.320)	(1.633)	(353)	(3.300)	(8.738)	-	(350)	(23.596)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>19.954</u>	<u>49.233</u>	<u>35.334</u>	<u>273</u>	<u>9.434</u>	<u>54.038</u>	<u>20.648</u>	<u>3.328</u>	<u>196.136</u>
Em 31 de dezembro de 2019										
Custo	3.894	42.625	97.698	44.239	6.787	22.783	111.758	20.648	5.718	356.150
Depreciação acumulada	-	(22.671)	(48.465)	(8.905)	(6.514)	(13.349)	(57.720)	-	(2.390)	(160.014)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>19.954</u>	<u>49.233</u>	<u>35.334</u>	<u>273</u>	<u>9.434</u>	<u>54.038</u>	<u>20.648</u>	<u>3.328</u>	<u>196.136</u>
Em 1º de janeiro de 2020										
Saldo inicial	3.894	19.954	49.233	35.334	273	9.434	54.038	20.648	3.328	196.136
Aquisições	11.318	5.156	19.478	-	3.022	3.531	17.437	-	888	60.830
Projetos em andamento (i)	-	-	-	-	-	-	-	9.392	-	9.392
Baixas	-	(225)	(599)	-	-	(24)	(14)	-	-	(862)
Transferências	-	2.013	9.566	-	-	379	4.993	(17.602)	651	-
Depreciação	-	(2.790)	(6.150)	(1.633)	(354)	(3.458)	(10.853)	-	(402)	(25.640)
Saldo contábil, líquido	<u>15.212</u>	<u>24.108</u>	<u>71.528</u>	<u>33.701</u>	<u>2.941</u>	<u>9.862</u>	<u>65.601</u>	<u>12.438</u>	<u>4.465</u>	<u>239.856</u>
Em 31 dezembro de 2020										
Custo	15.212	49.558	125.920	44.239	9.809	26.662	134.173	12.438	7.258	425.269
Depreciação acumulada	-	(25.450)	(54.392)	(10.538)	(6.868)	(16.800)	(68.572)	-	(2.793)	(185.413)
Saldo contábil, líquido	<u>15.212</u>	<u>24.108</u>	<u>71.528</u>	<u>33.701</u>	<u>2.941</u>	<u>9.862</u>	<u>65.601</u>	<u>12.438</u>	<u>4.465</u>	<u>239.856</u>
Taxa média de depreciação % ao ano		7	7	4	10	20	12		6	

(i) Trata-se de projetos em andamento que serão capitalizados após a entrada em operação.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2018										
Saldo inicial	10.419	19.153	44.032	36.967	626	9.729	44.919	32.710	3.031	201.586
Aquisições	-	2.617	7.136	-	-	2.692	986	121	647	14.199
Projetos em andamento	-	-	-	-	-	-	-	18.633	-	18.633
Baixas	-	(16)	(139)	-	-	(234)	-	-	-	(389)
Transferências (i)	-	1.102	4.524	-	-	547	16.871	(30.815)	-	(7.771)
Depreciação	-	(2.902)	(6.320)	(1.633)	(353)	(3.300)	(8.738)	-	(350)	(23.596)
Saldo contábil, líquido	10.419	19.954	49.233	35.334	273	9.434	54.038	20.649	3.328	202.662
Em 31 de dezembro de 2019										
Custo	10.419	42.625	97.698	44.239	6.787	22.783	111.758	20.649	5.718	362.676
Depreciação acumulada	-	(22.671)	(48.465)	(8.905)	(6.514)	(13.349)	(57.720)	-	(2.390)	(160.014)
Saldo contábil, líquido	10.419	19.954	49.233	35.334	273	9.434	54.038	20.649	3.328	202.662
Em 1º de janeiro de 2020										
Saldo inicial	10.419	19.954	49.233	35.334	273	9.434	54.038	20.649	3.328	202.662
Aquisições	19.932	6.097	25.177	-	4.268	3.566	18.382	-	1.553	78.975
Projetos em Andamento	-	-	-	-	-	-	-	9.392	-	9.392
Baixas	(1.123)	(257)	(798)	-	(30)	(33)	(14)	-	(122)	(2.377)
Transferências (i)	-	2.013	9.566	-	-	379	4.993	(17.602)	651	-
Depreciação	-	(2.833)	(6.540)	(1.633)	(385)	(3.460)	(10.913)	-	(406)	(26.170)
Saldo contábil, líquido	29.228	24.974	76.638	33.701	4.126	9.886	66.486	12.439	5.004	262.482
Em 31 de dezembro de 2020										
Custo	29.228	51.188	137.952	44.239	12.755	26.820	139.151	12.439	7.876	461.648
Depreciação acumulada	-	(26.214)	(61.314)	(10.538)	(8.629)	(16.934)	(72.665)	-	(2.872)	(199.166)
Saldo contábil, líquido	29.228	24.974	76.638	33.701	4.126	9.886	66.486	12.439	5.004	262.482
Taxa média de depreciação % ao ano		7	7	4	10	20	12		6	

(i) Saldo remanescente trata-se da reclassificação de imobilizado em andamento para estoque na controlada Incomar Empreendimentos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de R\$ 25.640 registrado na controladora e R\$ 26.183 no consolidado R\$ (2019 - R\$ 23.596 controladora), referente à despesa de depreciação, foi reconhecido no resultado em "Despesas com vendas" e "**Despesas gerais e administrativas**".

O montante de R\$ 12.438 registrados como imobilizado em andamento refere-se a investimentos que ainda não entraram em operação, que dentre outros projetos mais relevantes tem-se a nova loja na Av. Guaiapó na cidade de Maringá/PR com um total de imobilizado em andamento de R\$ 4.366 e as reformas **dos CD's de Paiçandu/PR** e Lins/SP no valor de R\$ 5.215.

O CD de Paiçandu inclui o seguinte valor, no caso em que a Companhia é arrendatária em uma operação de arrendamento financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	46.488	46.488	46.488	46.488
Depreciação acumulada	(12.615)	(10.222)	(12.615)	(10.222)
Saldo contábil, líquido	<u>33.873</u>	<u>36.266</u>	<u>33.873</u>	<u>36.266</u>

17 Intangível

(a) Composição e movimentação

Intangível	Controladora						
	Ágio (i) (ii)	Marcas registradas	Softwares	Fundo de comércio	Luvas	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2018	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>1.139</u>	<u>1.689</u>	<u>4.309</u>	<u>293</u>	<u>310.365</u>
Adições	-	-	3.074	-	-	-	3.074
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	(592)	(149)	(391)	(293)	(1.425)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>3.621</u>	<u>1.540</u>	<u>3.918</u>	<u>-</u>	<u>312.014</u>
Adições	-	-	2.861	10.172	-	-	13.033
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	(1.208)	(592)	(403)	-	(2.203)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>5.274</u>	<u>11.120</u>	<u>3.515</u>	<u>-</u>	<u>322.844</u>
Taxa média de amortização % ao ano		-	20	5	5	20	

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Intangível	Consolidado						Total
	Ágio (i)	Marcas registradas	Softwares	Fundo de comércio	Luvas	Outros	
Em 31 de dezembro de 2018	302.658	277	1.139	1.689	4.309	293	310.365
Adições	-	-	3.074	-	-	-	3.074
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	(592)	(149)	(391)	(293)	(1.425)
Em 31 de dezembro de 2019	302.658	277	3.621	1.540	3.918	-	312.014
Adições	-	1	2.861	10.172	-	-	13.034
Adições - combinação de negócios (Nota 14)	17.721	40	66	-	-	906	18.733
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(13)	-	-	-	(13)
Amortização	-	-	(1.208)	(592)	(403)	-	(2.203)
Em 31 de dezembro de 2020	320.379	318	5.327	11.120	3.515	906	341.565
Taxa média de amortização % ao ano			20	5	5	20	

O montante de R\$ 2.202 (2019 – R\$ 1.425) referente à despesa de amortização foi reconhecido no resultado em “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”.

- (i) Em 2010, a Companhia incorporou a totalidade das ações da Cidade Canção e da Évora, em que a relação de troca foi realizada a valores de mercado. A CSD apurou um ágio, cujo fundamento econômico foi pautado com base na expectativa de rentabilidade futura da união do Cidade Canção e da Évora. O fundamento econômico do ágio foi mensurado por empresa independente e refletido por meio de laudos de avaliação elaborados com base no fluxo de caixa descontado projetado ao longo de um período de sete anos. Esta incorporação proporcionou a expansão conjunta das operações da Cidade Canção e Évora, aumentando sua relevância e consolidação no mercado brasileiro, além de importantes ganhos em eficiência administrativa, maior flexibilidade no gerenciamento dos negócios e a centralização no gerenciamento das incorporadas. Foi efetuado registro de ativos intangíveis gerados por intermédio do relacionamento com os clientes de cada uma das marcas. Este ativo intangível foi amortizado linearmente entre o período de 4 a 9 anos, de acordo com o laudo de avaliação e estudo efetuado.

Em 2014, a Companhia adquiriu a rede de Supermercados Amigão apurando um ágio gerado pela expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 73.861, decorrente da aquisição de participação do capital do AMIGÃO.

Em 09 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social das panificadoras industriais EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. e a Dutrigo Alimentos Ltda, com o objetivo de integrar a participação da CSD na produção de assados e congelados, ampliar sua base de produtos para distribuição em sua rede de mercados e aumentar a eficiência das atividades por meio da sinergia entre as empresas. Suportado pelo CPC 15, o fundamento econômico do ágio foi mensurado por empresa

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

independente e refletido por meio de laudos de avaliação. Estes laudos evidenciaram um ágio gerado pela expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 6.752 para a EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. e R\$ 10.970 para a Dutrigo, totalizando desta maneira um ágio total de R\$ 17.721.

(b) Testes do ágio para verificação de *impairment*

Anualmente, a CSD efetua a avaliação do valor recuperável do ágio contabilizado, de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 01 / IAS 36. Dessa forma, a administração avalia o valor recuperável do ágio no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC) - Varejo, que é determinado com base nas projeções **das Lojas que utilizam as bandeiras “Supermercados Cidade Canção”, “Amigão Supermercados” e “Supermercado São Francisco”** que também corresponde ao segmento reportado. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor.

O modelo econômico-financeiro calcula as receitas por meio das principais linhas de negócios, ou seja, faturamento das lojas atuais, considerando as premissas de crescimento, custos e despesas operacionais, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovadas pela Alta Administração para os próximos 5 anos e incluem o valor de perpetuidade. As receitas projetadas para o período de 5 anos (2021 – 2025) consideram o crescimento histórico de vendas em volume e as projeções de inflação, sem considerar a expansão da base de lojas. A taxa de desconto aplicada para todos os períodos do modelo econômico – financeiro é de 15,19% e considera um crescimento de 4% para os fluxos de caixa que excedem o período de 5 anos.

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

Foram construídas duas análises de sensibilidade: a) variação positiva de até 10% na taxa de desconto utilizada e demais variáveis constantes; b) variação positiva de até 10% na taxa de desconto utilizada, decréscimo de até 10% no resultado do Ebitda projetado e demais variáveis constantes; e c) taxa de crescimento para o período explícito de 5 anos considerando apenas o crescimento pela inflação projetada, sem considerar qualquer crescimento orgânico incremental. Como resultados dessas duas análises de sensibilidade, não foram identificadas necessidades de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, a administração preparou teste de *impairment* para o ágio gerado na aquisição das padarias industriais EBC e Dutrigo com as projeções de fluxos de caixa elaborados quando da aquisição das participações societárias e não foi identificada necessidade de registro de provisão para *impairment*.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Empréstimos bancários (i)	108.869	22.303	114.445	22.303
FINAME - Financiamento industrial (ii)	3.793	3.659	3.793	3.659
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)	-	-	6.572	5.942
Debêntures (v)	38.733	21.054	38.732	21.054
	<u>151.395</u>	<u>47.016</u>	<u>163.542</u>	<u>52.958</u>
Não circulante				
Empréstimos bancários (i)	201.152	25.387	204.400	25.387
FINAME - Financiamento industrial (ii)	2.986	6.024	2.986	6.023
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)	-	-	13.897	19.595
Debêntures (v)	90.302	37.308	90.301	37.308
	<u>294.440</u>	<u>68.719</u>	<u>311.584</u>	<u>88.313</u>
Total dos empréstimos e financiamentos	<u>445.835</u>	<u>115.735</u>	<u>475.126</u>	<u>141.271</u>

Mapa de Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora						
	2019	Captação	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	Despesas Contratuais	2020
Empréstimos bancários (i)	47.690	280.000	3.086	(3.357)	(17.028)	(370)	310.021
FINAME - Financiamento industrial (ii)	9.682	-	-	-	(2.903)	-	6.779
Debêntures (iv)	58.362	90.000	6.136	(2.746)	(21.538)	(1.179)	129.035
	<u>115.734</u>	<u>370.000</u>	<u>9.222</u>	<u>(6.103)</u>	<u>(41.469)</u>	<u>(1.549)</u>	<u>445.835</u>
	Consolidado						
	Combinação 2019 de Negócios	Captação	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	Despesas Contratuais	2020
Empréstimos bancários (i)	47.690	14.174	280.000	3.320	(3.713)	(22.258)	(370)
FINAME - Financiamento industrial (ii)	9.682	-	-	-	(2.903)	-	6.779
CRI - Certificado de recebíveis imobiliários (iii)	25.537	-	-	3.402	(1.542)	(6.298)	-
Debêntures (iv)	58.362	-	90.000	6.136	(2.746)	(21.538)	(1.179)
	<u>141.271</u>	<u>14.174</u>	<u>370.000</u>	<u>12.858</u>	<u>(8.001)</u>	<u>(53.627)</u>	<u>(1.549)</u>
							<u>475.126</u>

- (i) Os empréstimos bancários têm vencimento máximo até 2025, sendo garantidos por avalistas acionistas e por carteira de recebíveis de cheques. No 1º trimestre de 2020 houve captação de R\$30.000 no Banco do Brasil a taxa de CDI + 1,95% a.a. pelo prazo de 1 ano. Em outubro/2020 nova captação no Banco do Brasil no valor de R\$ 30.000 a taxa de CDI + 2,22% com prazo de 2 anos e carência de 1 ano e uma captação adicional de R\$ 20.000 a taxa de CDI +2,01% com prazo de 1 ano. Em dezembro/2020, houveram 3 novas captações: a primeira no Citibank no valor de R\$ 100.000, com prazo de 5 anos e carência de 1 ano, à taxa de CDI + 2,50%, a segunda no Banco Safra no valor de R\$ 50.000, prazo de 4

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) anos e carência de 1 ano, à taxa de CDI 2,50% e a terceira no Banco Itaú no valor de R\$ 50.000, prazo de 4 anos com carência de 1 ano, à taxas CDI +2,50%.
- (iii) Os financiamentos na modalidade FINAME têm como garantias dadas as máquinas e equipamentos financiados.
- (iii) Em 21 novembro 2013, a controlada Pighes Empreendimentos Imobiliários Ltda emitiu certificados de recebíveis imobiliários no valor de R\$ 34.000, garantidos na sua totalidade pela controladora CSD. Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para a construção de seu Centro de Distribuição localizado na cidade de Paçandu Estado do Paraná. Os certificados são atualizados monetariamente pela variação acumulada do índice de preço ao consumidor amplo (IPCA). O pagamento da primeira parcela ocorreu em 7 de outubro de 2014, no total de 110 parcelas mensais a findarem em 10 de novembro de 2023
- (iv) Em fevereiro de 2020, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em serie única, com valor total de R\$ 90 milhões com prazo de 7 anos e carência de 12 meses. Os recursos serão utilizados para suportar o crescimento da operação da Companhia através da construção de novas lojas e um novo centro de distribuição. Os juros serão pagos trimestralmente com a mesma carência da amortização. As debêntures terão remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,98% ao ano.

Controladora

	2018	Trans-ferência	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	2019
Empréstimos bancários (i)	66.492	-	4.848	(1.907)	(21.743)	47.690
FINAME - Financiamento industrial (ii)	13.970	-	-	-	(4.288)	9.682
Obrigações de arrendamento financeiro	3.632	(3.632)	-	-	-	-
Debêntures (iv)	68.521	-	6.417	(5.807)	(10.769)	58.362
	152.615	(3.632)	11.268	(7.714)	(36.800)	115.737

Consolidado

	2018	Trans-ferência	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	2019
Empréstimos bancários (i)	66.492	-	4.848	(1.907)	(21.743)	47.690
FINAME - Financiamento industrial (ii)	13.970	-	-	-	(4.288)	9.682
Obrigações de arrendamento financeiro	3.632	(3.632)	-	-	-	-
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iii)	30.104	-	3.747	(1.891)	(6.423)	25.537
Debêntures (iv)	68.521	-	6.417	(5.807)	(10.769)	58.362
	182.719	(3.632)	15.015	(9.605)	(43.224)	141.273

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Certificados de recebíveis imobiliários	20.467	25.537
Juros sobre CRI	1.432	2.972
Total	21.899	28.509
Circulante	6.571	5.942
Não circulante	13.896	19.595
	20.467	25.537

As parcelas dos empréstimos e financiamentos registradas no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2021	-	42.366	-	49.180
2022	106.160	25.319	116.433	32.077
2023	67.293	1.033	74.164	7.056
Após 2024	120.987	-	120.987	-
Total	294.440	68.718	311.584	88.313

Em conexão com as emissões de debêntures, certificados de recebíveis imobiliários e parte das operações de empréstimos, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados anualmente com base nas informações contábeis consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: índice de dívida líquida (dívida menos disponibilidades)/EBITDA menor ou igual a 3. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices.

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores de mercadorias	272.895	265.576	270.816	265.576
Fornecedores de hortifrutigranjeiros	14.607	11.570	14.607	11.570
Fornecedores de produtos de consumo	6.942	4.192	6.942	4.192
Ajuste a valor presente	(1.549)	(1.847)	(1.549)	(1.847)
	292.895	279.491	290.816	279.491

O contas a pagar corresponde principalmente ao saldo em aberto com fornecedores. Neste grupo de contas, incluem as contas a pagar que os fornecedores têm transferidas para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso, inclusive. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios. O Grupo intermedia entre os fornecedores e as instituições financeiras a antecipação das faturas do contas a receber dos fornecedores com o Grupo decorrentes da venda de mercadorias e serviços. Os convênios com os bancos são formalizados através de contratos e a opção pela indicação de determinada instituição financeira se dá pelas melhores ofertas de taxas e custos convênios.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por esta intermediação financeira, a Companhia recebe uma comissão pré estabelecida pelos bancos referenciada ao CDI. A receita obtida com estas operações com os bancos em 2020 foi de R\$ 2.072 (2019 – R\$ \$ 4.171) e o montante das operações em aberto em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 417 (2019 – R\$ 51.862).

No mês de junho de 2020, a Companhia iniciou as operações de antecipação direta a fornecedores com recursos próprios. A receita obtida com estas operações em 2020 foi de R\$ 2.828 e o montante antecipado aos fornecedores em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 27.793. Os títulos antecipados são registrados em conta redutora do passivo. Os limites e linhas de crédito são definidos pela diretoria da Companhia e a rentabilidade da operação gira em torno de 105% do CDI a.m.

O valor total de receitas obtidas em ambas operações somaram em 2020 R\$ 4.900 (2019 - R\$ 4.171).

20 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
ICMS a recolher	22.025	17.162	22.148	17.162
PIS e COFINS sobre faturamento a recolher	-	-	169	165
IRPJ e CSLL a recolher	-	2.430	357	2.788
IRRF de terceiros a recolher	175	102	175	102
INSS s/ serviços de terceiros a recolher	82	8	82	8
Outros tributos a recolher	759	593	808	639
	<u>23.041</u>	<u>20.295</u>	<u>23.739</u>	<u>20.864</u>
Não circulante				
IRPJ e CSLL - Autos de infração (i)	57.076	56.698	57.076	56.698
	<u>80.117</u>	<u>76.993</u>	<u>80.815</u>	<u>77.562</u>

- (i) Com a adoção do IFRIC 23 / ICPC 22, os saldos relacionados à autuação referente inadequação na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL da incorporada Évora, foram reclassificados para a rubrica de Obrigações Tributárias. Vide Nota 22 (a).

21 Parcelamento de impostos

O quadro abaixo indica os saldos de parcelamentos dos impostos estaduais e federais da Companhia

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Principal	2.805	2.866	2.817	2.866
Multa e juros	1.320	1.347	1.323	1.347
	<u>4.125</u>	<u>4.213</u>	<u>4.140</u>	<u>4.213</u>
Não circulante				
Principal	2.099	3.325	2.144	3.325
Multa e juros	481	762	494	762
	<u>2.580</u>	<u>4.087</u>	<u>2.638</u>	<u>4.087</u>
Total de parcelamento de impostos	<u>6.705</u>	<u>8.300</u>	<u>6.778</u>	<u>8.300</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Provisões

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários em andamento, originários de casos em que o risco de perda foi considerado provável, como segue:

									Controladora
	Autos de infração	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Subtotal provisões	Depósitos judiciais precatórios	Demais depósitos judiciais	Subtotal depósitos judiciais	Total
Em 1º de janeiro de 2019	63.441	40.151	305	15.319	119.216	(5.115)	(5.015)	(10.130)	109.086
Adições	-	11.218	183	7.865	19.266	-	(1.263)	(1.263)	18.004
Baixas	-	(7.410)	(234)	(10.792)	(18.436)	1.047	3.398	4.445	(13.991)
Transferência (i)	(53.870)	-	-	-	(53.870)	-	-	-	(53.870)
Variação monetária	502	2.124	-	190	2.816	-	(468)	(468)	2.348
Reversão	-	(4.781)	-	(5.446)	(10.227)	-	-	-	(10.227)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>10.073</u>	<u>41.302</u>	<u>254</u>	<u>7.136</u>	<u>58.765</u>	<u>(4.068)</u>	<u>(3.348)</u>	<u>(7.416)</u>	<u>51.349</u>
Em 1º de janeiro de 2020	10.073	41.302	254	7.136	58.765	(4.068)	(3.348)	(7.416)	51.349
Adições	-	8.767	524	4.363	13.654	(1.801)	(2.665)	(4.466)	9.188
Baixas	-	-	(436)	(1.598)	(2.034)	954	3.307	4.261	2.227
Transferência	-	-	-	-	-	723	(723)	-	-
Variação monetária	67	1.121	-	10	1.198	(65)	(86)	(151)	1.047
Reversão	-	(7.165)	-	(1.475)	(8.640)	-	-	-	(8.640)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>10.140</u>	<u>44.025</u>	<u>342</u>	<u>8.436</u>	<u>62.943</u>	<u>(4.257)</u>	<u>(3.515)</u>	<u>(7.772)</u>	<u>55.171</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Trata-se da adoção inicial do IFRIC 23 / ICPC 22.

									Consolidado
	Autos de infração	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Subtotal provisões	Depósitos judiciais precatórios	Demais depósitos judiciais	Subtotal depósitos judiciais	Total
Em 1º de janeiro de 2019	63.441	40.151	305	15.319	119.216	(5.115)	(5.015)	(10.130)	109.086
Adições	-	11.218	183	7.865	19.266	-	(1.263)	(1.263)	18.004
Baixas	-	(7.410)	(234)	(10.792)	(18.436)	1.047	3.398	4.445	(13.991)
Transferência	(53.870)	-	-	-	(53.870)	-	-	-	(53.870)
Variação monetária	502	2.124	-	190	2.816	-	(468)	(468)	2.348
Reversão	-	(4.781)	-	(5.446)	(10.227)	-	-	-	(10.227)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>10.073</u>	<u>41.302</u>	<u>254</u>	<u>7.136</u>	<u>58.765</u>	<u>(4.068)</u>	<u>(3.348)</u>	<u>(7.416)</u>	<u>51.349</u>
Em 1º de janeiro de 2020	10.073	41.302	254	7.137	58.766	(3.345)	(4.071)	(7.416)	51.350
Adições	-	8.767	524	4.402	13.693	(1.801)	(2.675)	(4.476)	9.217
Baixas	-	-	(436)	(1.598)	(2.034)	954	3.307	4.261	2.227
Variação monetária	67	1.121	-	10	1.198	(65)	(86)	(151)	1.047
Reversão	-	(7.165)	-	(1.475)	(8.640)	-	-	-	(8.640)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>10.140</u>	<u>44.025</u>	<u>342</u>	<u>8.476</u>	<u>62.983</u>	<u>(4.257)</u>	<u>(3.525)</u>	<u>(7.782)</u>	<u>55.201</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Tributárias

As demandas tributárias são substancialmente indexadas pela SELIC, cuja taxa aproximada durante o ano de 2020 foi de 2,71% (4,68% em 2019) e estão sujeitas, quando aplicável, a multas.

Abaixo destacamos os principais processos tributários provisionados pela Companhia:

Durante o ano de 2005, a Évora, incorporada pela CSD em julho de 2010, foi atuada pela Receita Federal sobre inadequação na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social- COFINS ocorrida durante os anos de 2001 a 2004.

Conforme adoção do IFRIC 23 / ICPC 22 (Nota 2.1 (d)), em 2019, ocorreu a reclassificação do montante de R\$ 53.870 relativo à autuação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para o grupo de contas Impostos a Recolher de longo prazo (Nota 20). O saldo remanescente de R\$ 10.073 referente à autuação do PIS - Programa de Integração Social continua sendo apresentado na rubrica de Provisões.

A Companhia está questionando este auto na esfera administrativa. O entendimento dos advogados externos responsáveis pelo acompanhamento deste processo é de que a forma de lavratura do auto de infração emitido pela Receita Federal não está adequada, pois a fonte de informação adotada pelo auditor fiscal foram livros fiscais não relacionados aos impostos autuados, assim como margens de contribuição não aplicáveis ao ramo de atividade da Companhia.

Esses processos estão sendo provisionados em sua totalidade pela Companhia, assim como seu respectivo valor a ressarcir, registrado no grupo de contas a receber longo prazo - garantias a receber (Nota 30(a)), uma vez que em caso de perda, há imóveis hipotecados fornecidos pelos antigos acionistas da Évora no mesmo montante da causa.

Lastreados pelo Medida Provisória expedida pelo Governo Federal MP 783/2017 de 31 de maio de 2017 e Lei 13.496/2017 a qual instituiu o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, a Companhia utilizou o parecer de seus advogados para abdicar da discussão administrativa no caso da dívida federal COFINS pertencente a empresa EVORA, autuação de 2001 a 2004, sendo todo o desembolso classificado no contas a receber de Partes relacionadas Nota 30, já que a mesma será reembolsada pelos sócios. O saldo da dívida relacionada ao PERT EVORA em 31 de dezembro era de R\$ 10.971 (R\$ 11.962, 2019). No caso da dívida da empresa **adquirida em 2014 “AMIGÃO”**, a Companhia desistiu da adesão a Lei 12.996/2014 e aderiu a Lei 13.496/2017 (PERT 2017). O saldo do PERT Amigão em 31 de dezembro foi de R\$ 3.530 (R\$ 3.849, 2019).

Compõem as provisões tributárias valores relativos aos riscos tributários sobre perdas de estoques que correspondem a R\$ 24.678 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 22.647 em 31 de dezembro de 2019), autuações de ICMS no estado do PR no montante de R\$ 6.543 (R\$ 6.368 em 2019), contingências sobre acordos comerciais R\$ 12.209 (R\$ 7.637 em 2019) e riscos tributários originários da aquisição dos Supermercados Amigão de R\$ 263 (R\$ 4.822 em 2019).

Há também outros processos ou autuações fiscais que ocorreram no curso normal dos negócios. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível e, portanto, não constituiu provisão para perdas deste montante. O total desses processos é de R\$ 38.978 (2019 – R\$ 27.298).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia discute judicialmente processos no montante de R\$ 1.809 (2019 - R\$ 3.973) onde seus assessores jurídicos reconhecem que os mesmos possuem risco de perda possível.

c) Trabalhistas

O Grupo responde por ações de natureza trabalhista e com base em decisões judiciais desfavoráveis históricas, estima com segurança, as prováveis perdas futuras de processos trabalhistas não transitados e julgados na qual a Companhia é reclamada, a qual em 31/12/2020 é de 21,02% sobre o total de pedidos dos reclamantes. A quantidade de processos de pequeno valor, os quais, podem ainda possuir diversos pedidos distintos em um único processo, e a não padronização dos julgamentos, torna a tarefa de classificação de chance de ocorrência complexa e arbitrária por parte de advogados ou peritos judiciais. A Companhia possui R\$ 2.051 (2019 – R\$ 3.548), cujo risco de perda foi considerado como possível.

23 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Contas a pagar - diversos (i)	21.544	17.877	21.719	17.990
Contas a pagar imobilizado	8.972	7.515	17.349	7.515
Aluguéis a pagar	4.843	3.981	4.843	3.981
Honorários e serviços terceirizados	5.114	3.085	5.114	3.085
Fretes a pagar	2.039	1.990	2.039	1.990
Cooper Card - Multi benefícios	1.158	1.130	1.158	1.130
	<u>43.670</u>	<u>35.578</u>	<u>52.222</u>	<u>35.692</u>
Não circulante				
Passivo a descoberto	2.027	-	-	-
Hold Back	1	876	1	876
	<u>2.028</u>	<u>876</u>	<u>1</u>	<u>876</u>
	<u>45.698</u>	<u>36.454</u>	<u>52.223</u>	<u>36.567</u>

(i) Trata-se de contas a pagar referente as despesas gerais da Companhia.

24 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o Capital Social da Controladora era de R\$ 344.267 dividido em 329.979 mil ações ordinárias. Em 13 de agosto de 2020, os acionistas integralizaram na sua proporção R\$ 10.881 no capital social, desta forma seu montante em 31 de dezembro de 2020 passou a ser de R\$ 355.148 dividido em 338.649 mil ações ordinárias.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária por meio de emissão de até 10.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. A propriedade dessas ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de Registro de Ações Nominativas.

(b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	Consolidado	
	2020	2019
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	74.972	53.130
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	332.996	323.832
	<u>0,23</u>	<u>0,16</u>

Não há outros instrumentos conversíveis em ações. Por essa razão o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva legal acumulada em 31 dezembro de 2020 é de R\$ 12.296. (R\$ 8.547 em 31 de dezembro 2019).

(d) Dividendos propostos

Os dividendos mínimos obrigatórios são representados por 25% do lucro líquido ajustado, alinhado com os termos da Lei das Sociedades por Ações, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	<u>74.972</u>	<u>53.130</u>
Base para cálculo da reserva legal	74.972	53.130
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(3.749)</u>	<u>(2.656)</u>
Constituição da reserva de investimentos	<u>(58.274)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>12.949</u>	<u>50.474</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>(3.237)</u>	<u>(12.619)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2018</u>
Dividendos propostos no exercício (i)		
Na forma de JCP (lucro do exercício)	(12.949)	(23.499)
Na forma de JCP (reservas de lucro)	(7.240)	-
	<u>(20.189)</u>	<u>(23.499)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>27%</u>	<u>44%</u>

- (i) Durante o exercício de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração, a distribuição de dividendos propostos na forma de juros sobre capital próprio aos acionistas, no montante total de R\$ 12.949 referente ao exercício de 2020 e R\$ 7.240 referente aos lucros acumulados (R\$ 23.499 referente a 2019) e tendo por base o patrimônio líquido da Companhia, e portanto, acima do valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

- (e) Reserva de lucros a distribuir

Com o advento da Lei nº 11.638 promulgada em 28 de dezembro de 2007, deve ocorrer a destinação integral do lucro do exercício, sendo assim o saldo do lucro do exercício 2012, após a constituição obrigatória da Reserva Legal e a distribuição de dividendos prevista em Estatuto foi transferido para a conta de reserva de lucros a distribuir, até a data da Assembleia e reunião do Conselho de Administração, onde será definida a destinação efetiva do valor.

Conforme prevê Estatuto, artigo 40 item (iii) até 70% do lucro líquido do exercício poderá compor reserva de Investimentos, inclusive em Expansão, visando assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.

As reservas de lucros a distribuir até 31 dezembro 2020 é de \$ 39.386 (R\$ 60.806 em 31 de dezembro de 2019).

- (f) Juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, aprovou a distribuição aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor total de R\$ 20.189 (R\$ 23.499 em 2019), equivalente ao valor bruto de R\$ 0,06 por ação. Sobre esse valor incide Imposto de Renda com alíquota de 15%, exceto para os acionistas imunes ou com tributação diferenciada, conforme documentação comprobatória. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2020 e submetidos à deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações ocorridas durante o ano de 2020 e 2019 na conta de juros sobre capital próprio da controladora estão abaixo apresentadas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Em 1º de janeiro	23.499	22.838
Adições em forma de dividendos	14.180	-
Pagamento em forma de dividendos (i)	(14.180)	-
Pagamento em forma de JCP	(23.499)	(22.838)
Adições em forma de JCP (lucro do período)	12.950	-
Adições em forma de JCP (reservas)	<u>7.239</u>	<u>23.499</u>
Em 31 de dezembro	20.189	23.499

(i) Os pagamentos, em forma de dividendos no valor de R\$ 14.180, foram aprovados no dia 11 de setembro de 2020, conforme ata de assembleia geral e extraordinária (AGE) e foram distribuídos proporcionalmente à respectiva participação de cada acionista na Companhia, por meio da transferência de titularidade das quotas da empresa Incomar Empreendimentos imobiliários (Nota 13). Ressalta-se que esta transação não afetou o caixa da Companhia.

(g) Reserva de investimentos

Consoante a Lei Complementar nº 160/2017 que alterou os requisitos dispostos no art. 30 da Lei 12.973/2014, a Companhia iniciou em julho de 2020 a apuração fiscal e registros contábeis relacionados aos benefícios fiscais de ICMS classificados como subvenções para investimentos. Conforme previsão legal, a Companhia obteve decisão favorável em 1ª instância referente a ação declaratória que determinou a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os benefícios fiscais concedidos pelo Estado de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Desta forma, o montante de subvenções para investimento no valor de R\$ 58.274, foi utilizado para exclusão no cálculo de imposto de renda e contribuição social do exercício atual. Como previsto, houve a constituição da reserva de subvenções fiscais em 31 de dezembro de 2020 no mesmo valor apurado.

Através de parecer jurídico, os advogados do Grupo classificam como remota a possibilidade de reversão do direito reconhecido em primeiro grau, consistente em afastar a incidência de IRPJ e CSLL sobre os benefícios de isenção, redução de base de cálculo e de créditos presumidos de ICMS aproveitados pela Companhia.

25 Receita de vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mercadorias vendidas	3.001.393	2.547.688	3.005.254	2.548.334
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(181.217)	(135.419)	(183.849)	(135.854)
Vendas canceladas	(4.292)	(3.760)	(4.516)	(3.759)
	<u>2.815.884</u>	<u>2.408.509</u>	<u>2.816.889</u>	<u>2.408.721</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Mercadorias	2.287.962	1.945.808	2.283.577	1.945.808
Ajuste a valor presente (i)	(14.512)	(18.009)	(14.512)	(18.009)
Contratos comerciais (i)	(195.061)	(175.061)	(195.049)	(175.061)
Créditos de ICMS ST MVA não realizada (i)	(18.264)	(7.265)	(18.264)	(7.265)
Receita de contratos logísticos (ii)	(46.888)	(37.081)	(46.888)	(37.081)
Créditos de ICMS, PIS e COFINS (iii)	(18.084)	(16.147)	(18.284)	(16.147)
Fretes s/ vendas	7.906	6.012	8.217	6.012
Fretes diversos e transporte de valores	25.617	20.776	25.652	20.776
Depreciação e amortização	27.843	25.021	28.373	25.021
Depreciação arrendamento	24.098	24.807	24.098	24.807
Despesas com propaganda	28.528	27.013	28.541	27.013
Despesas com consultoria e auditoria	18.158	7.759	18.298	7.786
Despesas com pessoal	342.603	295.896	344.888	295.885
Participação dos funcionários nos resultados	13.888	10.989	13.888	10.989
Despesas com imóveis	22.398	18.899	21.586	19.001
Despesas com comunicações	2.682	2.385	2.709	2.385
Energia elétrica	34.931	30.937	35.436	30.937
Multas, impostos e taxas	1.359	1.635	1.384	1.644
Manutenção de máquinas e equipamentos	8.203	8.151	8.293	8.151
Taxa de administração de cartão	24.736	20.241	24.736	20.241
Perdas diversas	62.478	58.371	62.330	58.371
Outras despesas gerais	57.524	51.551	57.634	50.308
	<u>2.698.105</u>	<u>2.302.688</u>	<u>2.696.643</u>	<u>2.301.572</u>
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
		(Reapresentado Nota 2.1 (d))		(Reapresentado Nota 2.1 (d))
Custo das mercadorias vendidas (i)	2.060.125	1.745.473	2.055.752	1.745.473
Despesas com vendas	322.456	291.613	325.290	291.613
Despesas gerais e administrativas	315.524	265.602	315.601	264.486
	<u>2.698.105</u>	<u>2.302.688</u>	<u>2.696.643</u>	<u>2.301.572</u>

- (i) O custo das mercadorias vendidas é formado pelo valor do custo subtraído o valor das verbas de acordos comerciais com fornecedores (bonificações), estabelecidas conforme os contratos de aquisição de mercadorias, menos o ajuste a valor presente dos fornecedores em consequência do giro dos estoques e subtraído ainda o valor dos créditos de ICMS Substituição Tributária (ICMS ST).
- (ii) Receita de contratos logísticos correspondem a acordos comerciais com fornecedores. O fato gerador destes acordos está relacionado a opção do fornecedor em utilizar o Centro de Distribuição como forma de realizar entrega centralizada. Desta forma o custo de distribuição para as lojas (carga e descarga, frete e armazenagem), fica por conta da Companhia, que busca compensar pelos acordos comerciais logísticos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) São créditos de ICMS, PIS e COFINS calculados sobre aluguel, energia elétrica, depreciação, fretes, manutenção de equipamentos, água e esgoto, comunicação de dados, entre outras despesas, onde se conclui que tais despesas são essenciais à operação. Os referidos créditos são apurados à luz da legislação vigente e com base na opinião legal dos seus assessores jurídicos externos.

Conforme mencionado na Nota 2.1 (d), os saldos de Receitas de contratos logísticos e Créditos de ICMS, PIS e Cofins passaram a ser apresentados como redutora das Despesas com vendas e Despesas gerais e administrativas com o objetivo de fornecer informação mais relevante aos usuários das demonstrações financeiras, bem como permitir a comparação com outras empresas do setor. Os saldos de 2019 estão sendo reapresentados para garantir a comparabilidade.

27 Outras receitas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.1 (d))	2020	2019 (Reapresentado Nota 2.1 (d))
Receita de reciclagem de produtos	3.571	3.887	3.581	3.887
Receita de serviço de carga e descarga	3.359	-	3.359	-
Receita sobre a venda de recarga de celulares	358	407	358	407
Receita de aluguel	2.391	3.299	2.391	3.321
Ganho na venda de subsidiária (i)	1.877	-	1.877	-
Outras	(205)	7.951	(116)	7.955
	<u>11.351</u>	<u>15.544</u>	<u>11.450</u>	<u>15.570</u>

(i) A realização da venda da subsidiária Incomar (Nota 13), gerou um ganho de capital no montante de R\$ 1.877.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesa financeira				
Juros de empréstimos bancários	(11.362)	(11.923)	(11.522)	(11.823)
Juros de financiamentos bancários	(332)	(1.224)	(349)	(1.224)
Juros e multas sobre parcelamento de impostos (i)	(86)	(456)	(86)	(456)
Juros sobre o passivo de arrendamento (Nota 15)	(25.341)	(18.113)	(25.341)	(18.113)
Variações monetárias passivas	(592)	(1.853)	(592)	(1.853)
Ajuste a valor presente	(15.430)	(18.380)	(15.430)	(18.380)
Outras	(4.078)	(5.040)	(4.105)	(5.064)
Total das despesas financeiras	<u>(57.221)</u>	<u>(56.989)</u>	<u>(57.425)</u>	<u>(56.913)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita financeira				
Variações monetárias ativas	1.159	4.572	1.159	4.572
Juros recebidos	3.474	1.715	3.496	1.780
Outras	-	(119)	26	(119)
Total da receita financeira	<u>4.633</u>	<u>6.168</u>	<u>4.681</u>	<u>6.233</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(52.588)</u>	<u>(50.821)</u>	<u>(52.744)</u>	<u>(50.680)</u>

29 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	77.810	71.023	78.951	72.039
Alíquota do Imposto	34%	34%	34%	34%
IR/CS pela alíquota nominal	<u>26.455</u>	<u>24.148</u>	<u>26.843</u>	<u>24.493</u>
Diferenças permanentes	2.999	1.826	2.875	1.827
Subvenção para investimentos	(19.813)	-	(19.813)	-
Juros sobre capital próprio	(6.864)	(7.990)	(6.864)	(7.990)
Efeito adicional IRPJ	(24)	(24)	(24)	(24)
PAT/Lei Rouanet	-	(97)	-	(97)
Diferidos de diferenças tributárias indedutíveis	85	30	85	30
Efeito da redução da base (Lucro Presumido controlada)	-	-	(264)	(345)
Total contabilizado controladora	2.838	17.894	2.838	17.894
Total contabilizado controlada	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.141</u>	<u>1.015</u>
Total contabilizado no exercício:				
Corrente	341	6.656	1.481	7.672
Diferido	<u>2.497</u>	<u>11.237</u>	<u>2.498</u>	<u>11.237</u>
Alíquota efetiva	4%	25%	5%	26%

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Transações com partes relacionadas

(a) Saldos, as transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Contas a receber (i)	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Argus Empr. Imobiliários Ltda.	-	2	-	2
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	30.714	45.723	30.714	45.723
Cooper Cob	-	214	-	214
CTC Administradora e Participações Ltda.	-	1	-	1
Dutrigó Alimentos Ltda.	523	107	-	107
EBC - Empresa Brasileira de Com. Ltda.	1.018	175	-	175
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	40	17	40	17
Instituto Cidade Canção	2	1	2	1
Jadon Expert	1	166	1	166
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda.	53	34	53	34
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	54	21	54	21
Shopping Lar Center Mandacaru Boulevard	-	1	-	1
Vinícola Intervin Ltda.	47	14	47	14
Ativo Circulante – Partes Relacionadas	32.452	46.476	30.911	46.476
Valores a ressarcir – Parcelamento REFIS/PERT	11.463	10.243	11.463	10.243
Valores a ressarcir antigos acionistas – Évora	67.217	66.771	67.217	66.771
Outros	-	-	2	-
Ativo não circulante – Partes Relacionadas	78.680	77.014	78.682	77.014
Contas a pagar - fornecedores (ii)	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Passivo circulante - fornecedores				
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	34	31	34	31
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	1.806	1.794	1.806	1.794
Cooper Cob	39	37	39	37
CTC Administradora e Participações Ltda.	58	52	58	52
Dutrigó Alimentos Ltda.	1.170	1.968	-	1.968
EBC - Empresa Brasileira de Com. Ltda.	2.671	4.289	-	4.289
GMC Administração e Participações Ltda.	6	5	6	5
Incomar Empreendimentos Imobiliários	6	-	6	-
Incopar Empreendimentos Imobiliários	89	-	-	-
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	702	1.013	702	1.013
Jadon Comércio Importação e Exp. Ltda.	43	874	43	874
Neo Comunicações e Publicidades Ltda.	1	1	1	1
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda.	1.319	709	1.319	709
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	297	158	297	158
Shopping Lar Center Mandacaru Boulevard	98	94	98	94
Vinícola Intervin Ltda.	374	384	374	384
	8.713	11.315	4.783	11.315
Passivo circulante - Partes Relacionadas				
Pighes Empreendimentos e Par. Ltda. (Nota 18 (v))	6.572	5.942	-	-
Passivo não circulante – Partes Relacionadas				
Pighes Empreendimentos e Par. Ltda. (Nota 18 (v))	13.897	19.954	-	-
	29.182	37.211	4.783	11.315

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Partes relacionadas – mútuo (iii)	Controladora	
	2020	2019
Ativo não circulante – outros ativos		
Incomar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	1.083
	<u>-</u>	<u>1.083</u>

Contas de resultado (iv)	Controladora			
	2020			
	Receitas	Custos	Compras	Outras receitas (despesas)
Argus – Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	10
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	-	-	-	(377)
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	2	(1)	-	(3.282)
Cooper Cob	-	-	-	(478)
CTC Administradora e Participações Ltda.	-	-	-	(565)
Dutriigo Alimentos Ltda.	51	(44)	(12.437)	244
EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.	5	(5)	(21.243)	304
GMC Administração e Participações Ltda.	-	-	-	(57)
Incomar Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	1.079
Incopar Empreendimentos Imobiliários	-	-	-	(249)
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	87	(39)	(1.878)	(286)
Instituto Cidade Canção	31	(28)	-	(471)
Jadon Comércio Importação e Exportação Ltda.	-	-	(5.688)	(202)
Neo Comunicações e Publicidades Ltda.	-	-	-	(10)
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda.	-	-	(6.228)	224
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	-	-	(1.942)	237
Shopping Lar Center Mandacaru Boulevard	2	(2)	-	(1.088)
Vinícola Intervin Ltda.	2	(2)	(3.117)	230
	<u>180</u>	<u>(121)</u>	<u>(52.533)</u>	<u>(6.040)</u>
	Controladora			
	2019			
	Receitas	Custos	Compras	Outras receitas (despesas)
Argus - Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	9
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	-	-	-	(344)
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	-	-	-	(1.355)
CTC Administradora e Participações Ltda.	-	-	-	(544)
Dutriigo Alimentos Ltda.	42	(32)	(12.395)	531
EBC - Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.	59	(49)	(28.259)	1.050
GMC Administração e Participações Ltda.	-	-	-	(54)
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	64	(52)	(1.493)	(280)
Jadon Comércio Importação e Exportação Ltda.	-	-	(1.749)	327
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda.	-	-	(4.652)	198
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	2	(2)	(1.338)	130
Vinícola Intervin Ltda.	1	(1)	(1.677)	85
	<u>168</u>	<u>(136)</u>	<u>(51.563)</u>	<u>(247)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações com partes relacionadas decorrem de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantém entre si e com outras entidades relacionadas. Estas operações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes. As principais operações são:

- (i) Os valores a receber com partes relacionadas referem-se principalmente a vendas de produtos.

O saldo do contas a receber circulante, refere-se principalmente ao meio de pagamento das vendas com o cartão da marca própria da Companhia.

O saldo do contas a receber não circulante, refere-se aos pagamentos do parcelamento do Refis/Pert efetuado pela Companhia que é sucessora da empresa Évora, e por conseguinte será reembolsado pelos acionistas do Évora.

Companhia possui garantias na forma de bens imóveis no montante total de R\$ 67.217, para suportar, no caso de perda e ser executado o Auto de infração da Receita Federal relativo a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e do Programa de Integração Social - PIS ocorrida durante os anos de 2001 a 2004. (Nota 22)

- (ii) As obrigações da Companhia com partes relacionadas estão divididas em:

Aluguel: referem-se à obrigação de aluguéis de imóveis utilizados pela Companhia com as empresas relacionadas CTC e Cardoso;

Compra de mercadorias: Realizadas junto à EBC e a Ingá Comercial estas transações são provenientes de compras de produtos de cestas básicas e cestas de natal. As compras com a Iporã, Jadon e Vinícola Intervin referem-se a aquisições de produtos no atacado para revenda. Já as compras com a Dutrigo se referem aos produtos de panificação comercializados nas lojas da Companhia.

Taxas/Tarifas de Cartões: despesas com a CooperCred, com taxas administrativas de cartões e tarifas de cobrança relativas a essas vendas com cartões.

Leasing financeiro: contas a pagar com a Controlada indireta Pighes Empreendimentos relacionada a operação de aquisição e construção do Centro de Distribuição localizado no município de Paiçandu-PR.

- (iii) Os empréstimos com partes relacionadas possuem taxa média de juros de CDI + 0,25% a. m. e vencimentos até 31 de dezembro de 2020.

- (iv) As transações ocorridas no resultado de 2020 da Companhia com partes relacionadas estão assim discriminadas:

Receitas - vendas de mercadorias comercializadas pela Companhia a partes relacionadas;

Custos - custos relacionados às vendas acima descritas;

Compras - As compras realizadas com a EBC e a Ingá Comercial, são basicamente serviços de montagem de cestas básicas e cestas de natal, assim como compras de produtos no atacado. As compras com a Dutrigo se referem aos produtos de panificação comercializados nas lojas da Companhia; e

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras receitas (despesas) – A receita com a Argus refere-se a receita de aluguel. As despesas com a Cardoso Administradora, CTC Administração, Easy Incorporação e GM Administração apresentadas, se referem a aluguel de lojas ou espaços utilizados pela Companhia. A despesa com a Ingá Comercial é referente a compra de cesta básica para os colaboradores da CSD. A despesa com a Cooper é referente a prestação de serviço de cobrança, e a receita com a Dutrigo, EBC e Iporã são oriundas de acordos comerciais conforme as transações de compras de mercadorias.

A Companhia é avalista apenas da controlada Pighes conforme a operação de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e não possui qualquer vínculo de avalista com as demais partes relacionadas.

A Companhia realizou a cisão parcial de sua subsidiária Incomar, transferindo assim em favor dos acionistas proporcionalmente à participação de cada um deles na Companhia, as ações e componentes do capital social da sociedade ao custo histórico de R\$ 12.304. A transferência foi realizada para quitação parcial dos dividendos propostos no valor de R\$ 14.180. Foi apurado ganho de capital de R\$ 1.877.

Conforme demonstrado nas Notas 13 e 14, no dia 9 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social das panificadoras industriais EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda. (“EBC”) e a Dutrigo Alimentos Ltda. (“Dutrigo”), com o objetivo de integrar a participação da CSD na produção de assados e congelados, ampliar sua base de produtos para distribuição em sua rede de mercados e aumentar a eficiência das atividades por meio da sinergia entre as empresas. O valor pago na aquisição das cotas da EBC foi de R\$ 16.538 (Nota 14). Para a Dutrigo, o valor pago foi de R\$ 9.880 (Nota 14). A EBC e Dutrigo eram, até então, controladas por acionistas da Companhia.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, está apresentada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo	<u>9.684</u>	<u>9.608</u>

- (i) Os pagamentos de participação nos lucros do ano de 2020 do pessoal chave da administração serão realizados em março de 2021. Portanto, nesta presente data, os valores totais de salários e outros benefícios de curto prazo para o pessoal chave da administração no ano de 2020 foram elaborados com base em estimativa.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

As bandeiras “Supermercados Cidade Canção”, “Amigão Supermercados” e “Supermercado São Francisco”, são correspondentes ao segmento de varejo. A bandeira “Stock Atacadista”, corresponde ao segmento de atacado de autosserviço.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 29 municípios em três estados (Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul). Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente e aos diretores da Companhia.

O Diretor-presidente e seus diretores avaliam o desempenho operacional por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos. Embora o segmento de atacado de autosserviço não atinja o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis, a administração concluiu que esse segmento deveria ser reportado, uma vez que é monitorado de perto pelo Diretor-Presidente, como um segmento de crescimento potencial e com expectativa de contribuir significativamente para as receitas do Grupo no futuro.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação. A Companhia calcula os resultados e o lucro operacional de cada segmento utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro estão incluídas no quadro a seguir:

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Varejo		Atacado		Eliminações / Outros (i) (ii)		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas	2.579.881	2.262.571	228.139	138.414	8.869	7.736	2.816.889	2.408.721
Custo das vendas	(1.880.118)	(1.631.113)	(198.058)	(119.858)	22.424	5.498	(2.055.752)	(1.745.473)
Lucro bruto	699.763	631.458	30.081	18.556	31.293	13.234	761.137	663.248
Depreciação e amortização	(48.740)	(47.297)	(3.201)	(2.531)	(530)	-	(52.471)	(49.828)
Resultado da equivalência patrimonial	(643)	451	(57)	28	700	(479)	-	-
Despesas e receitas operacionais	(521.850)	(458.215)	(24.955)	(15.677)	(30.166)	(16.809)	(576.971)	(490.701)
Lucro operacional	128.530	126.397	1.868	376	1.297	(4.054)	131.695	122.719
Resultado financeiro líquido	(48.071)	(52.540)	(4.515)	(3.208)	(158)	5.068	(52.744)	(50.680)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	80.459	73.857	(2.647)	(2.832)	1.139	1.014	78.951	72.039
<i>IR e CSLL</i>	(3.207)	(18.680)	368	786	(1.140)	(1.015)	(3.979)	(18.909)
Lucro (prejuízo) do exercício	77.252	55.177	(2.279)	(2.046)	(1)	(1)	74.972	53.130
Ativo circulante	333.205	323.592	111.999	29.258	438.705	193.377	883.909	546.227
Ativo não circulante	628.912	421.375	39.907	9.841	217.207	353.399	886.026	784.615
Passivo circulante	365.425	246.745	35.473	22.799	260.421	238.829	661.319	508.373
Passivo não circulante	135.515	2.366	19.340	483	488.657	405.997	643.512	408.846
Patrimônio Líquido	461.177	495.856	97.093	15.817	(93.166)	(98.050)	465.104	413.623

(i) Para fins de acompanhamento pelo diretor-presidente, os créditos de ICMS ST – MVA e Exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS são reconhecidos em outras despesas e receitas operacionais.

(ii) Os ativos e passivos alocados aos segmentos são aqueles que estão diretamente atrelados às lojas de varejo ou de atacado de autosserviço, principalmente representados por estoques e imobilizado das lojas e ágio (goodwill). Os ativos e passivos que não estão diretamente alocados aos segmentos, tais como equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, contas a receber, estoques que estão alocados no Centro de Distribuição, tributos entre outros, estão sendo apresentados na coluna de “Outros”.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2020, foram contratadas pelos montantes abaixo indicados:

<u>Ramos</u>	<u>Importância segurada</u>
Danos elétricos	300
D&O	15.000
Incêndio, raio e explosão (básica)	1.214.774
Lucros cessantes decorrentes da básica	11.795
Outros	1.000
Responsabilidade civil empregador	500
Responsabilidade civil operações	1.000
Seguro garantia	91.573
Veículos	Apenas terceiros
Vendaval, granizo e impacto de veículos	5.000
Vidros e anúncios luminosos	360

33 Eventos subsequentes

No dia 29 de janeiro de 2021, a Companhia efetuou a antecipação do CRI - Certificado de recebíveis imobiliários no valor de R\$ 20.235 quitando todas as parcelas vincendas desta operação de financiamento que somavam R\$ 22.017.

No dia 18 de fevereiro de 2021, a Companhia inaugurou uma nova loja na cidade de Maringá/PR no segmento de varejo, totalizando, desta maneira, 60 lojas (Não auditado).

* * *

Companhia Sulamericana de Distribuição

*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente*

Índice

Relatório da administração	04
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	07
Demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	1
Demonstração do resultado	2
Demonstração do resultado abrangente	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Demonstração do valor adicionado	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	7
1 – Informações gerais	7
2 – Resumo das principais políticas contábeis	7
2.1 – Base de preparação	7
2.2 – Adoção inicial IFRS 16 CPC 06(R2)	9
2.3 – Consolidação	10
2.4 – Caixa e equivalentes de caixa	10
2.5 – Ativos financeiros	10
2.5.1 – Classificação	10
2.5.2 – Reconhecimento e mensuração	11
2.5.3 – Impairment de ativos financeiros	11
2.5.3 – Compensação de instrumentos financeiros	11
2.6 – Contas a receber	11
2.7 – Estoques	12
2.8 – Títulos públicos estaduais - precatórios	12
2.9 – Ativos intangíveis	12
2.10 – Imobilizado	13
2.11 – Impairment de ativos não financeiros	14
2.12 – Contas a pagar aos fornecedores	14
2.13 – Verbas comerciais de fornecedores	14
2.14 – Empréstimos	15
2.15 – Provisões	15
2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	16
2.17 – Capital social	16
2.18 – Reconhecimento da receita	16
2.19 – Arrendamento	17
2.20 – Benefícios a empregados - participação dos lucros	18
2.21 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos	18
2.22 – Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	20
2.23 – Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor	20
3 – Gestão de risco	21
3.1 – Gestão de risco financeiro	21
3.2 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros	22
3.3 – Gestão de risco de capital	23
4 – Instrumentos financeiros por categoria – consolidado	24
5 – Estimativa do valor justo	24
6 – Caixa e equivalentes de caixa	24
7 – Contas a receber	25
8 – Estoques	26
9 – Adiantamentos	27
10 – Outros ativos	28
11 – Títulos públicos estaduais	28
12 – Tributos diferidos	28

13 – Investimentos	30
14 – Arrendamentos	31
15 – Imobilizado	37
16 – Intangível	39
17 – Empréstimos e financiamentos	41
18 – Fornecedores	44
19 – Impostos e contribuições a recolher	44
20 – Parcelamento de impostos	45
21 – Provisões para contingências	46
22 – Outros passivos	48
23 – Patrimônio líquido	49
24 – Receita de vendas	51
25 – Despesa por natureza	51
26 - Outras receitas, líquidas	52
27 – Resultado financeiro	53
28 – Despesa de imposto de renda e contribuição social	53
29 – Transações com partes relacionadas	54
30 – Informações sobre os segmentos	57
31 – Seguros	59
32 – Eventos subsequentes	59

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia Sulamericana de Distribuição (“CSD”) encerrou o exercício de 2019 com um crescimento de dois dígitos nas vendas e no seu EBITDA ajustado. Conseqüentemente, apresentou uma melhor rentabilidade, fortalecida pela sua presença e consistência, estabelecida como o principal varejista regional no mercado brasileiro, através de uma gestão estratégica de posicionamento em localidades onde a Companhia possui liderança e experiência em suas operações através das bandeiras Cidade Canção, Amigão, São Francisco e Stock Atacadista.

Neste contexto, fizemos importantes avanços, apesar de um cenário econômico que continua desafiador e ainda de um consumo das famílias fortemente impactado pelos altos índices de desemprego. A nossa receita bruta teve um crescimento de 11,6% em relação ao ano anterior, encerrando 2019 com R\$ 2,5 bilhões.

Registramos um crescimento do EBITDA ajustado da ordem de R\$ 155,6 milhões representando uma margem de 6,5% da receita líquida, com crescimento de 55,9% comparado ao ano anterior. O lucro líquido foi de R\$ 53,1 milhões, com crescimento de 14,0% em relação ao ano anterior.

Principais Indicadores Operacionais e Financeiros (valores em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	Δ%
Receita bruta	2.548.334	2.283.779	11,6%
Receita líquida de vendas	2.408.721	2.160.321	11,5%
Lucro bruto	663.248	588.879	12,6%
Margem bruta	27,5%	27,3%	+0,02pp
Lucro líquido	53.130	46.607	14,0%
Margem líquida	2,2%	2,2%	-
EBITDA	172.547	121.035	42,6%
Margem EBITDA	7,2%	5,6%	+1,6pp
EBITDA Ajustado	155.633	99.830	55,9%
Margem EBITDA Ajustado	6,5%	4,6%	+1,9pp

Resultado do EBITDA e EBITDA ajustado (valores em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	Δ%
Lucro líquido do exercício	53.130	46.607	14,0%
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	18.909	16.255	16,3%
(+) Resultado financeiro, líquido	32.567	35.524	-8,3%
(+) Resultado financeiro, arrendamentos	18.113	-	100%
(+) Depreciação e amortização	25.021	22.649	10,5%
(+) Depreciação arrendamentos	24.807	-	100%
EBITDA	172.547	121.035	42,6%
Margem EBITDA	7,2%	5,6%	+1,6pp
Outras receitas operacionais ¹	(18.009)	(16.946)	6,3%
Efeitos não recorrentes ²	1.095	(4.259)	125,7%
EBITDA Ajustado	155.633	99.830	55,9%
Margem EBITDA ajustado	6,5%	4,6%	+1,9pp

Neste exercício de 2019 adicionamos à nossa base de lojas cinco novas unidades, sendo quatro no segmento de varejo, e uma no segmento de atacarejo, perfazendo assim 55 lojas (52 no varejo e 3 no atacarejo) operando em 26 municípios nos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, confirmando a assertividade da estratégia de expansão no nosso modelo de atendimento, canais de distribuição e eficiência operacional. Adicionalmente e seguindo nossa proposta de renovação e reforma ampla de lojas, revitalizamos completamente duas de nossas lojas, o que nos garante melhoria na qualidade e na apresentação dos nossos produtos e serviços.

Desde 2017, desenvolvemos uma plataforma de e-commerce integrada com nossa rede de supermercados, atuando no formato delivery (entrega à domicílio), atendendo 9 cidades e também com o sistema de **“Clique e Retire”** (compra pela internet e retirada na loja), com equipe própria para fazer a separação e entrega dos produtos. Nossa plataforma oferece toda a variedade de produtos de nossos supermercados por meio de uma moderna interface de compras on-line e de atendimento pós compra. Estamos implementando ainda um projeto piloto em parceria com aplicativo para entregas, o que nos dará maior agilidade também para atendimento aos nossos clientes.

Nos orgulhamos do desenvolvimento do nosso programa de fidelidade que nos garante um conhecimento diferenciado dos hábitos de consumo de nossos clientes e nos permite atender com maior foco as suas necessidades específicas. O Clube+, nossa plataforma de vantagens, já está robusto e assim demos um grande passo na construção de um portfólio mais aderente às necessidades dos clientes, além de fortalecer o poder de escolha dos consumidores, o que garante uma melhor oferta de produtos e serviços. Deste modo, estamos atentos e continuaremos a fortalecer e progredir em nossa estratégia de transformação digital em um processo contínuo de evolução integrada de soluções online e offline, pois, entendemos que esse é o futuro e ainda a tendência global do varejo alimentar.

Entendemos nossa importância e contribuição para com a sociedade, e assim nossas diretrizes socioambientais iniciaram com a criação do Instituto São Francisco que ao longo dos anos cresceu com as bandeiras Cidade Canção, Amigão e Stock. Os institutos são organizações sem fins lucrativos e têm como foco principal o atendimento de necessidades e benefícios das comunidades onde a CSD atua, propiciando melhoria na qualidade de vida, inclusão social e desenvolvimento local.

A CSD tem a meta de cumprir seu compromisso como uma organização socialmente responsável, fundamentada em padrões de excelência em suas relações com colaboradores, clientes e fornecedores. Como contribuição para o meio ambiente, os institutos da CSD se dedicam aos projetos pontuais que contribuem para a sustentabilidade, atuando em frentes que fazem a gestão de resíduos e trabalham o tema do consumo consciente. Desde 2008, com a criação do Programa Recicla Óleo, temos o objetivo principal de conservação dos recursos hídricos e conscientização da importância de se preservar o meio ambiente para a geração atual e futuras. O óleo coletado é vendido e transformado em biodiesel e o montante gerado dessa negociação é utilizado para beneficiar uma entidade social. Os ecopontos estão localizados nas lojas da CSD e, desde o início do programa, já beneficiou mais de 30 entidades.

A gestão de resíduos também foi implementada desde 2008 para administrar os resíduos gerados pelas lojas através do processo de logística reversa. Sendo assim, a prática da reciclagem destina de forma correta e responsável os materiais que contaminam o ambiente, diminuindo o impacto negativo e as retiradas de matérias-primas da natureza, o que gera economia de água e energia, além de possibilitar a confecção de novos produtos.

As ações que envolvem pessoas englobam o público interno (colaboradores) e externo (fornecedores, clientes e comunidade) são pautados nos aspectos importantes que condizem com os valores da

companhia. Respeito pelas pessoas é um valor forte que resume a maneira como trabalhamos e se traduz, principalmente, com a diversidade e a nossa preocupação com a inclusão social. Em 2019, contabilizamos que a maior parte dos nossos colaboradores são mulheres e evoluímos também no número de contratações de colaboradores com deficiência e de aprendizes. Desta forma, temos a convicção de que podemos e devemos gerar impactos positivos, e, portanto, contribuir para uma sociedade mais inclusiva e representativa.

O ano de 2020 iniciou-se com uma grave crise global de saúde causada pela doença COVID-19, sendo que o epicentro se instalou primeiramente na China e rapidamente se espalhou por toda a Europa, chegando a acometer o Brasil de forma mais intensa no início do mês de março. A partir de então, diversas ações do Ministério da Saúde foram implantadas em parcerias com os Governos Estaduais e Municipais, sendo que as medidas mais recomendadas pelas agências de saúde mundial, em sintonia com a experiência vivida na China e Europa, foi o do isolamento social total. Segundo essas agências, estas iniciativas produzem impacto severo na ruptura de propagação da doença. Assim, a maioria das atividades econômicas foram suspensas, ficando em funcionamento aquelas consideradas como atividades essenciais, em que a CSD está incluída.

Os impactos financeiros e operacionais futuros provocados pelo COVID – 19 na economia em geral e na Companhia são, neste momento, de difícil mensuração. A Administração tem tomado ações para preservar a integridade de pessoas e ativos, bem como manter a continuidade dos seus negócios em plena atividade. Entre as ações em andamento, a administração decidiu adotar temporariamente e de forma preventiva o afastamento dos colaboradores integrantes do grupo de risco, conforme indicação da Organização Mundial da Saúde – OMS e optou pela modalidade de trabalho remoto para uma parcela do seu pessoal administrativo. Adicionalmente, atendendo às determinações das autoridades competentes, a Companhia continua, na data destas demonstrações financeiras, com suas operações em seus 55 pontos de vendas, centros de distribuição e escritório em pleno funcionamento, uma vez que está incluída nos decretos federais e municipais como atividade essencial.

No decorrer do ano de 2020, a CSD avaliará com maiores detalhes e previsão os efeitos da COVID-19 na economia e em nossos negócios. Sabemos que esses efeitos trarão um impacto significativo, mas temos a convicção que nossa sociedade poderá sair mais fortalecida e assim continuaremos com nosso empenho e estratégia para executar nosso plano de expansão para 2020.

Contamos com uma equipe extremamente engajada, com mais de 8.000 funcionários, e com a confiança e apoio de nossos acionistas e Conselho de Administração, bem como, e mais do que nunca, com a nossa constante parceria com nossos fornecedores.

Enfatizamos principalmente o nosso especial agradecimento aos nossos clientes, por confiar todos os dias em nossa Companhia.

Carlos Alberto Tavares Cardoso - Diretor Presidente da CSD



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Sulamericana de Distribuição

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Sulamericana de Distribuição ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Sulamericana de Distribuição e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Sulamericana de Distribuição e da Companhia Sulamericana de Distribuição e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

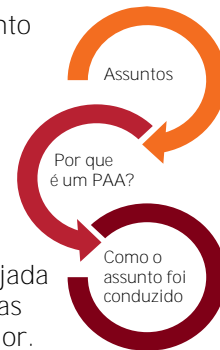
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela inclusão de PAA sobre a adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16, que mereceu maior foco em nossa auditoria do exercício corrente.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Teste de impairment de ágio (Nota 16)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o montante de R\$ 302.658 mil registrado como ágio advindo de combinação de negócios e incorporação de ações quando da criação da Companhia, ocorridas em anos anteriores.

Consideramos o teste de impairment de ágio como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo de ágio (*goodwill*) registrado e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade desses ativos, uma vez que envolvem julgamentos significativos em relação a estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação das projeções de fluxos de caixa da Companhia.

Conferimos a coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa. Com o apoio de especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções, tais como taxas de crescimento e de desconto, mediante comparação com os orçamentos aprovados pela administração da Companhia, dados de mercado, quando disponíveis, e projeções de anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Efetuamos, ainda, análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas.



Companhia Sulamericana de Distribuição

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Adoção inicial do pronunciamento contábil CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

Conforme divulgado nas notas 2.2 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui contratos de arrendamento de terrenos, imóveis e lojas na sua região de atuação, que foram caracterizados dentro do escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A adoção dessa nova norma resultou no reconhecimento contábil de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento nos montantes de R\$ 160.228 mil no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019, data da adoção inicial.

Devido ao julgamento significativo envolvido na definição dos prazos de arrendamento e a complexidade envolvida na determinação das premissas utilizadas para determinação da taxa incremental de juros, assim como a relevância das divulgações dos efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria de 2019.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação dos controles internos e processos implementados pela administração para adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos.

Procedemos, por amostragem, à leitura dos termos dos contratos para confirmarmos a avaliação da administração quanto à identificação de contratos que contêm arrendamento.

Obtivemos a planilha de cálculo dos impactos iniciais da adoção da norma e, com base em uma amostra de contratos, avaliamos as premissas utilizadas para mensuração dos arrendamentos identificados, os expedientes práticos adotados permitidos pela norma, bem como avaliamos a taxa de desconto utilizada e testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos.

Avaliamos a contabilização do ativo de direito de uso dos imóveis e do passivo de arrendamento, bem como efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas sobre o assunto.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração na mensuração do ativo de direito de uso dos imóveis e do passivo de arrendamento são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidas.



Companhia Sulamericana de Distribuição

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Companhia Sulamericana de Distribuição

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Companhia Sulamericana de Distribuição

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 31 de março de 2020



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Maurício Colombari
Contador CRC 1SP195838/O-3

Companhia Sulamericana de Distribuição

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.749	80.629	47.721	82.049	Fornecedores	18	279.491	243.203	279.491	243.203
Contas a receber	7	180.558	156.761	181.759	161.261	Empréstimos e financiamentos	17	47.016	38.280	52.958	43.646
Estoques	8	243.648	208.687	267.657	224.926	Passivos de arrendamento	14	37.787		37.787	
Adiantamentos		15.348	3.492	15.466	3.623	Salários e encargos sociais		21.744	18.235	21.745	18.265
Impostos e contribuições a recuperar		26.387	28.089	26.410	28.121	Provisões trabalhistas		32.124	31.602	32.124	31.616
Outros ativos	10	7.689	5.193	7.691	5.194	Impostos e contribuições a recolher	19	20.295	18.901	20.864	19.805
		<u>519.379</u>	<u>482.851</u>	<u>546.704</u>	<u>505.174</u>	Parcelamento de impostos	20	4.213	4.554	4.213	4.554
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Partes relacionadas	29	7.024	6.571	-	-
Contas a receber					1.200	Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar		23.499	22.838	23.499	22.838
Depósitos judiciais	21	7.416	10.130	7.416	10.130	Outros passivos circulantes	22	35.578	42.238	35.692	43.243
Partes relacionadas		77.014	72.367	77.014	72.367			<u>508.771</u>	<u>426.422</u>	<u>508.373</u>	<u>427.170</u>
Outros ativos	10	5.089	3.965	5.092	3.967	Não circulante					
		<u>89.519</u>	<u>86.462</u>	<u>89.522</u>	<u>87.664</u>	Empréstimos e financiamentos	17	68.719	114.335	88.313	139.073
Investimentos	13	34.249	36.949		-	Passivos de arrendamento	14	152.448		152.448	
Ativos de direito de uso	14	179.940		179.940	-	Parcelamento de impostos	20	4.087	6.218	4.087	6.218
Imobilizado	15	196.136	187.411	202.662	201.586	Impostos e contribuições a recolher	19	56.698		56.698	
Intangível	16	312.014	310.365	312.014	310.365	Tributos diferidos	12	47.659	36.422	47.659	36.422
		<u>811.858</u>	<u>621.187</u>	<u>784.138</u>	<u>599.615</u>	Provisões	21	58.765	119.216	58.765	119.216
Total do ativo						Total do passivo					
		<u>1.331.237</u>	<u>1.104.038</u>	<u>1.330.842</u>	<u>1.104.789</u>	Outros passivos	22	876	3.884	876	3.883
								<u>408.846</u>	<u>304.812</u>	<u>408.846</u>	<u>304.812</u>
								<u>917.617</u>	<u>731.234</u>	<u>917.219</u>	<u>731.982</u>
						Patrimônio líquido	23				
						Atribuído aos acionistas da controladora					
						Capital social		344.267	333.081	344.267	333.081
						Reserva legal		8.547	5.891	8.547	5.891
						Reserva de lucros		60.806	33.832	60.806	33.832
								<u>413.620</u>	<u>372.804</u>	<u>413.620</u>	<u>372.804</u>
						Participação dos não controladores		-	-	3	3
						Total do patrimônio líquido		<u>413.620</u>	<u>372.804</u>	<u>413.623</u>	<u>372.807</u>
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.331.237</u>	<u>1.104.038</u>	<u>1.330.842</u>	<u>1.104.789</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações continuadas					
Receita	24	2.408.509	2.157.796	2.408.721	2.160.321
Custo das mercadorias vendidas	25	(1.745.473)	(1.569.572)	(1.745.473)	(1.571.442)
Lucro bruto		<u>663.036</u>	<u>588.224</u>	<u>663.248</u>	<u>588.879</u>
Despesas com vendas	25	(344.841)	(280.927)	(344.841)	(280.927)
Despesas gerais e administrativas	25	(265.602)	(270.195)	(264.486)	(269.224)
Resultado da equivalência patrimonial	13	479	909	-	-
Outras receitas operacionais líquidas	26	<u>68.772</u>	<u>59.658</u>	<u>68.798</u>	<u>59.658</u>
Lucro operacional		<u>121.844</u>	<u>97.669</u>	<u>122.719</u>	<u>98.386</u>
Receitas financeiras		6.168	11.318	6.233	11.402
Despesas financeiras		(56.989)	(47.018)	(56.913)	(46.926)
Resultado financeiro, líquido	27	<u>(50.821)</u>	<u>(35.700)</u>	<u>(50.680)</u>	<u>(35.524)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>71.023</u>	<u>61.969</u>	<u>72.039</u>	<u>62.862</u>
Imposto de renda e contribuição social	28				
Corrente		(6.656)	(5.275)	(7.672)	(6.168)
Diferidos		(11.237)	(10.087)	(11.237)	(10.087)
Lucro líquido do exercício		<u>53.130</u>	<u>46.607</u>	<u>53.130</u>	<u>46.607</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação	23	0,16	0,15		

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	<u>53.130</u>	<u>46.607</u>	<u>53.130</u>	<u>46.607</u>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>53.130</u></u>	<u><u>46.607</u></u>	<u><u>53.130</u></u>	<u><u>46.607</u></u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Notas	Atribuível aos acionistas da controladora					Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2018		326.163	3.560	12.393	-	342.116	3	342.119
Integralização de capital	23	6.918	-	-	-	6.918	-	6.918
Lucro líquido do exercício		-	-	-	46.607	46.607	-	46.607
Constituição de reserva legal		-	2.331	-	(2.330)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	23	-	-	-	(22.838)	(22.838)	-	(22.838)
Transferência entre reservas		-	-	21.439	(21.439)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>333.081</u>	<u>5.891</u>	<u>33.832</u>	<u>-</u>	<u>372.804</u>	<u>3</u>	<u>372.807</u>
Integralização de capital	23	11.186	-	-	-	11.186	-	11.186
Lucro líquido do exercício		-	-	-	53.130	53.130	-	53.130
Constituição de reserva legal		-	2.656	-	(2.656)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	23	-	-	-	(23.499)	(23.499)	-	(23.499)
Transferência entre reservas		-	-	26.975	(26.975)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>344.267</u>	<u>8.547</u>	<u>60.806</u>	<u>-</u>	<u>413.620</u>	<u>3</u>	<u>413.623</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstração dos fluxos de caixa Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		71.023	61.969	72.039	62.862
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	25	49.828	22.649	49.828	22.649
Crédito de ICMS ST MVA não realizado	25	(7.265)	(13.161)	(7.265)	(13.161)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(479)	(909)	-	-
Resultado de ativos baixados	15/16	390	800	390	802
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	21	11.353	2.640	11.353	2.640
Provisão para perda de crédito esperada	7	(6)	(625)	(6)	(625)
Encargos arrendamento	14	18.113	-	18.113	-
Encargos financeiros, líquidos	17	11.268	17.871	15.015	23.323
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(23.790)	(29.044)	(20.492)	(28.544)
Estoques		(34.961)	(12.429)	(34.961)	(10.769)
Depósitos judiciais		2.714	(2.339)	2.714	(2.339)
Outros ativos circulantes e não circulantes		(7.827)	(9.693)	(6.607)	(4.694)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		36.288	37.830	36.288	37.830
Salários e encargos sociais		4.031	886	3.987	831
Impostos e contribuições a recolher		(281)	(103)	(456)	(1.076)
Parcelamento de impostos		(2.472)	(63)	(2.472)	(63)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(24.857)	(558)	(21.177)	3.265
Caixa gerado nas operações					
Juros pagos	17	103.070	75.721	116.291	92.931
Imposto de renda e contribuição social pagos	28	(7.714)	(17.095)	(9.605)	(19.229)
		(4.981)	(4.520)	(6.157)	(4.895)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
		90.375	54.106	100.529	68.807
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Adições aos intangíveis	16	(3.074)	(182)	(3.074)	(182)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	15	(34.685)	(32.435)	(34.807)	(40.085)
Dividendos recebidos		3.179	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento					
		(34.580)	(32.617)	(37.881)	(40.267)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		11.186	6.918	11.186	6.918
Pagamento de arrendamentos	14	(42.100)	-	(42.100)	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	17	-	123.539	-	123.539
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(36.800)	(113.873)	(43.224)	(120.759)
Pagamento de empréstimo mútuo		(123)	-	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	23	(22.838)	(10.826)	(22.838)	(10.826)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento					
		(90.675)	5.758	(96.976)	(1.128)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa no exercício					
		(34.880)	27.247	(34.328)	27.412
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
		80.629	53.382	82.049	54.637
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício					
		45.749	80.629	47.721	82.049

Companhia Sulamericana de Distribuição

Demonstração do valor adicionado

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Vendas de mercadorias	2.543.928	2.277.796	2.543.928	2.280.596
Perda com créditos de liquidação duvidosa	(6)	656	(6)	656
Outras receitas	53.395	55.352	54.072	55.478
	<u>2.597.317</u>	<u>2.333.804</u>	<u>2.597.994</u>	<u>2.336.730</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas	(1.744.044)	(1.581.211)	(1.744.044)	(1.582.435)
Materiais, energia, serviços terceiros e outros	(247.992)	(224.935)	(246.835)	(223.918)
	<u>(1.992.036)</u>	<u>(1.806.146)</u>	<u>(1.990.879)</u>	<u>(1.806.353)</u>
Valor adicionado bruto	605.281	527.658	607.115	530.377
Depreciação e amortização	(49.828)	(22.649)	(49.828)	(22.649)
	<u>555.453</u>	<u>505.009</u>	<u>557.287</u>	<u>507.728</u>
Valor adicionado líquido produzido				
Equivalência patrimonial	479	909	-	-
Receitas financeiras	6.168	11.318	6.233	11.402
Outros	2.462	2.154	2.462	2.155
	<u>564.562</u>	<u>519.390</u>	<u>565.982</u>	<u>521.285</u>
Colaboradores	(247.733)	(216.869)	(247.736)	(217.413)
Remuneração direta	(209.901)	(189.138)	(209.901)	(189.629)
Participações	(10.989)	(3.554)	(10.989)	(3.554)
Benefícios	(11.896)	(10.775)	(11.896)	(10.771)
Encargos	(14.947)	(13.402)	(14.950)	(13.459)
Impostos, taxas e contribuições	(196.509)	(167.776)	(198.003)	(169.219)
Federais	(140.656)	(120.702)	(142.106)	(122.099)
Estaduais	(54.036)	(45.042)	(54.037)	(45.042)
Municipais	(1.817)	(2.032)	(1.860)	(2.078)
Financiamentos externos	(67.191)	(88.138)	(67.114)	(88.046)
Juros	(57.972)	(48.310)	(57.895)	(48.218)
Aluguéis	(9.219)	(39.828)	(9.219)	(39.828)
Remuneração capitais próprios	(53.129)	(46.607)	(53.129)	(46.607)
Juros sobre capital próprio	(23.499)	(22.838)	(23.499)	(22.838)
Lucros retidos	(29.630)	(23.769)	(29.630)	(23.769)
Valor adicionado distribuído	<u>(564.562)</u>	<u>(519.390)</u>	<u>(565.982)</u>	<u>(521.285)</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Sulamericana de Distribuição, em conjunto com a controlada direta Incomar Empreendimentos Imobiliários Ltda. e controlada indireta Pighes Empreendimentos e Participações Ltda. (a “Companhia” ou “CSD” ou “Grupo”) com sede na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, é uma sociedade por ações de capital fechado.

A CSD tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar, eletroeletrônicos e outros produtos, atuando através do formato de supermercados. A CSD possui em seu portfólio as bandeiras “Cidade Canção”, “São Francisco”, “Amigão” e “Stock”. A Incomar possui como atividade a incorporação de imóveis, construção de imóveis, compra e venda de imóveis prontos ou a construir, sejam eles residenciais ou comerciais, terrenos ou frações ideais, locação e administração de bens imóveis. A Pighes tem como objeto social a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza e aluguel de imóveis próprios, residenciais e não residenciais.

A Companhia foi constituída em 30 de dezembro de 2009, com capital social de R\$ 10.

Em 26 de fevereiro de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da totalidade das ações representativas do capital social das empresas Évora Comercial de Gêneros Alimentícios S.A. (“Évora”) e Supermercados Cidade Canção S.A. (“Cidade Canção”). Em 30 de junho de 2010, ocorreu a incorporação das então subsidiárias integrais Évora e Cidade Canção pela CSD.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possuía 8.289 funcionários (não auditado), 55 lojas (não auditado) e atuava em 26 cidades do interior dos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul (não auditado), utilizando uma infraestrutura logística formada pelo Centro de Distribuição de Paiçandu de 30 mil metros quadrados (não auditado) e o Centro de Distribuição na cidade de Lins com 5 mil metros quadrados (não auditado).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.21.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

(c) Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga espontaneamente a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, conforme requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, e, portanto, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A seguir, indicamos as alterações de políticas contábeis que foram adotadas pela primeira vez para o exercício de 2019.

IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados na Nota 2.2.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras, exceto pela reclassificação de passivos já registrados em Provisões para litígios para a Obrigações tributários no passivo não circulante no montante de R\$ 53.870 em 1º de janeiro de 2019. As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionadas a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro, estão divulgados nas Notas 2.21, 19 e 21, respectivamente.

Não há outras normas que entraram em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e que tiveram impactos nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.2 Adoção inicial IFRS 16 / CPC 06(R2)

O Grupo adotou o IFRS 16/CPC 6 (R2) de forma retrospectiva simplificada a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentou as informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimos do Grupo, na data da aplicação inicial, e (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado pelo valor do passivo de arrendamento. As reclassificações e os ajustes decorrentes da nova norma de arrendamento foram, portanto, reconhecidos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019. As novas políticas contábeis estão divulgadas nas Notas 14 e 2.19.

Na adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), o Grupo reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" seguindo os princípios do IAS 17 - "Arrendamentos". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados por meio da taxa incremental sobre empréstimo da arrendatária e utilizando-se o prazo de cada contrato remanescente para identificar as taxas utilizadas. A taxa incremental sobre empréstimos foi mensurada levando-se em consideração o custo de captação ponderado do Grupo em janeiro de 2019, o qual era de 145% do CDI. O CDI futuro, baseando-se no prazo remanescente de cada contrato, foi extraído oficialmente da Bolsa Mercantil de Futuros, BMF. A taxa incremental mínima apurada foi de 9,37% a.a. para contratos de 12 meses e a taxa incremental máxima foi de 14,14% a.a. para o prazo de 240 meses.

Para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros, o Grupo reconheceu o valor contábil do ativo e do passivo de arrendamento imediatamente antes da transição ao valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento na data da aplicação inicial. Os princípios de mensuração do IFRS 16/CPC 06 (R2) aplicam-se apenas após esta data. As remensurações dos passivos de arrendamentos foram reconhecidas como ajustes nos respectivos ativos de direito de uso imediatamente após a data da aplicação inicial.

(a.1) Expedientes práticos aplicados

Na adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2), o Grupo utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- uso de uma taxa única de desconto durante a vigência de um contrato em uma carteira de

9 de 59

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

arrendamentos com características razoavelmente similares;

- . contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1^a de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;
- . exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial; e
- . utilização de análises retrospectivas para se determinar o período do arrendamento, quando o contrato incluir opções de prorrogação ou de rescisão do arrendamento.

2.3 Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob a categoria mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.2 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as categorias de mensuração a seguir:

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

2.5.3 *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes e de administradores de cartões pela venda de mercadorias no curso normal de suas atividades. O Grupo mantém as contas a receber de

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber oriundas de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre o volume de compra, ações de *marketing*, reembolso de custos, dentre outros.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor de venda e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperado (PCE) ou *impairment*.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, sendo ajustado por provisão para realização de bonificações nos estoques e para perdas e quebras, as quais são periodicamente revisadas e avaliadas quanto à sua suficiência. Na controlada Incomar, os estoques compreendem os terrenos e imóveis destinados à venda.

2.8 Títulos públicos estaduais – precatórios

A Companhia classifica os precatórios adquiridos como instrumentos financeiros na categoria de mensurados pelo custo amortizado, ajustados por provisão para *impairment* quando a administração possui dúvidas quanto a sua recuperabilidade (Nota 11).

2.9 Ativos intangíveis

(a) Ágio

Atualmente a Companhia possui ágios decorrentes das seguintes operações:

Como resultado da incorporação da totalidade das ações da Évora e Cidade Canção, gerou diferença positiva entre o valor do patrimônio líquido daquelas empresas e o valor justo dos ativos e passivos das mesmas no momento de sua avaliação. O ágio de incorporação das ações de controladas é registrado como "Ativo intangível", sua amortização para fins fiscais foi esgotada em 2017. Para o registro contábil da formação da Joint Venture CSD em 2010, quando da associação das duas redes varejistas, a administração definiu a política contábil de registrar os ativos e passivos ao valor justo.

Adicionalmente, foi apurado ágio na aquisição da rede AmigãoLins Supermercado S.A. decorrente da aquisição de participação de 100% do capital desta empresa em 18 de agosto de 2014. O goodwill foi registrado por expectativa de rentabilidade futura de acordo com os laudos contábeis considerando o valor justo do patrimônio líquido da controlada.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas, sendo este contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*.

(b) Marcas registradas

As marcas registradas adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor justo na aquisição e são consideradas como intangível de vida útil indefinida

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) *Softwares*

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(d) Fundos de comércio

Os fundos de comércio adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, são avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos fundos de comércio durante sua vida útil conforme prazo de duração do contrato de aluguel dos negócios adquiridos.

(e) Direitos sobre pontos comerciais (“**Luvas**”)

Os direitos sobre pontos comerciais (luvas) adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, são avaliados com vida útil definida e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos direitos sobre as luvas durante sua vida útil conforme prazo de duração do contrato de aluguel dos negócios adquiridos.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de benfeitorias em propriedades de terceiros é efetuada de acordo com o período dos contratos de locação dos imóveis onde estão localizadas as lojas da CSD. Quanto a depreciação dos outros ativos, calcula-se usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil média estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em propriedades de terceiros (conforme prazos contratuais)	9
Máquinas e equipamentos	15
Veículos	10
Computadores e periféricos	5
Edificação	20
Móveis e utensílios	15

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Verbas comerciais de fornecedores

As verbas comerciais recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados entre a Companhia e os fornecedores, registradas ao resultado quando os correspondentes estoques são recebidos no Centro de Distribuição ou Lojas. Outros tipos de verbas comerciais são levadas a resultado quando da venda das respectivas mercadorias, momento em que as margens dos produtos vendidos são apuradas.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Verbas comerciais podem ser relativas a volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros. As verbas de rebaixa de custo atreladas ao pedido de compra e as verbas de rebaixa de preço são reconhecidas como redutoras do custos da Companhia. As verbas de logística, ponto extra, marketing, inauguração e reinauguração são reconhecidas como outras receitas. Todos os tipos de verbas comerciais são registradas como contas a receber de fornecedores.

Contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber das verbas, depósito em conta corrente e ou pela bonificação de mercadorias.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após o reconhecimento inicial, o passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e impostos indiretos) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida, mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo e atacado para a comercialização de produtos alimentícios. As vendas de mercadorias são reconhecidas quando é vendido um produto para o cliente, ou seja, quando o controle sobre os produtos é transferido ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de débito ou crédito ou ainda, por meio de cheques. Além do varejo, a Companhia também atua nos segmentos de atacarejo e vendas Web.

(b) Venda de mercadorias - programa de fidelidade de clientes

A Companhia opera um programa de fidelidade no qual os clientes de varejo ganham descontos diretamente no momento da realização da compra, não possuindo nenhuma regra comercial ou de pontuação pré-estabelecida para a concessão de descontos nas compras dos produtos nos canais de vendas. A receita da venda já é reconhecida líquida do desconto dado ao cliente.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Arrendamentos

O Grupo adotou a política contábil para arrendamentos nos quais o Grupo é o arrendatário em 2019. A nova política está descrita na Nota 14 e o impacto da mudança na Nota 2.2.

Até 31 de dezembro de 2018, os arrendamentos nos quais o Grupo detinha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade eram classificados como arrendamentos financeiros. Estes eram capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento era alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, fosse obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, eram incluídas em empréstimos e por sua vez, os juros das despesas financeiras eram reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento. O ativo imobilizado adquirido em arrendamentos financeiros era depreciado ao longo da vida útil do ativo ou ao longo do prazo do arrendamento, dos dois o menor, caso não houvesse certeza razoável de que o grupo iria obter a posse sobre o ativo ao final do prazo do arrendamento.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais, quando o Grupo não detinha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita com arrendamentos de arrendamentos operacionais, quando o Grupo atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza. O Grupo não identificou a necessidade de ajustes na contabilização dos seus ativos arrendados a terceiros como resultado da adoção da nova norma para arrendamentos.

2.20 Benefícios a empregados - participação dos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma estimativa e cálculos que levam em consideração o resultado atribuível aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.21 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na (Nota 2.11). Durante o exercício de 2019, e com base nas estimativas da administração, não houve determinação de valores de perdas imputáveis ao ágio (Nota 16 (b)).

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos os custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, ainda, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(c) Créditos tributários

O Grupo reconhece créditos tributários principalmente relacionados a ICMS, ICMS Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS baseada na análise da legislação vigente e da jurisprudência atualizada, reforçada pela opinião legal dos seus assessores jurídicos externos.

(d) Determinação do prazo de arrendamento e da taxa incremental

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de lojas de varejo e atacado, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.
- Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

A taxa incremental foi mensurada levando-se em consideração o custo de captação ponderado da Companhia em janeiro de 2019, o qual era de 145% do CDI. O CDI futuro, baseando-se no prazo contratual remanescente de cada contrato, foi extraído oficialmente da Bolsa Mercantil de Futuros, BMF. A taxa incremental mínima apurada foi de 9,37% a.a. para contratos de 12 meses e a taxa incremental máxima foi de 14,14% a.a. para o prazo de 240 meses.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.22 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, no caso de dividendos ou pelo Conselho de Administração, no caso de juros sobre capital próprio.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.23 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Estrutura Conceitual: em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram:

- aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
- restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
- definição de entidade;
- revisão das definições de ativo e passivo;
- remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento;
- inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
- afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

Nenhuma mudança será feita nas normas atuais. Contudo, as entidades que utilizarem a Estrutura Conceitual para determinar suas políticas contábeis para transações, eventos ou condições que não sejam abordados por nenhuma norma específica, deverão aplicar a Estrutura Conceitual revisada a partir de 1º de janeiro de 2020. As entidades devem considerar se suas políticas contábeis continuam adequadas e de acordo com a Estrutura Conceitual revisada.

- Alterações ao IAS 1 "*Presentation of Financial Statements*" e IAS 8 "*Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*": em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

. Alterações ao IFRS 3 "*Business Combinations*": em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1^a de janeiro de 2020. A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir *inputs* e processos relevantes que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de *outputs*; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de *outputs*, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3 Gestão de risco

3.1 Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas à diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de taxa de juros

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros. O resultado e seus fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter o maior número possível de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e com administradoras de cartões. Este risco é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia serem realizadas em dinheiro e por meio de cartões de débito e crédito. Com relação aos cheques pré-datados, são considerados os indicativos de perdas históricas no estabelecimento de uma provisão para perdas (*impairment*).

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	279.491	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	47.016	67.685	1.033	
Passivo de arrendamento	37.787	32.165	63.038	57.245
Partes relacionadas	7.024	13.572	6.022	
Outras contas a pagar	35.578	876	-	
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	243.203	-	-	
Empréstimos e financiamentos	38.280	45.249	69.086	
Outras contas a pagar	42.238	3.884	-	-
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	279.491	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	52.958	81.257	7.056	
Passivo de arrendamento	37.787	32.165	63.038	57.245
Outras contas a pagar	35.704	863	-	-
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	243.203	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	43.646	50.956	88.117	
Outras contas a pagar	43.243	3.883	-	-

3.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros. Para o cenário provável a taxa de juros ponderada foi de 5,95% ao ano.

O Grupo divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações	Risco Variação do CDI	Saldo em 31.12.2019	Projeção de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
CRI – Certificados de recebíveis imobiliários	172% do CDI	(25.536)	(28.079)	(28.715)	(29.033)
Debêntures	140% do CDI	(58.362)	(63.093)	(64.276)	(64.868)
Finame	152% do CDI	(11.853)	(12.896)	(13.157)	(13.288)
Empréstimos bancários (capital de giro)	148% do CDI	(47.691)	(51.778)	(52.800)	(53.311)
		(143.442)	(155.846)	(158.948)	(160.500)
Equivalência de caixa	74% do CDI	47.721	49.766	50.277	50.533
Exposição líquida		(95.721)	(106.080)	(108.671)	(109.967)
Efeito líquido - perda		-	(10.359)	(12.950)	(14.246)

3.3 Gestão de risco de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira no Consolidado podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 17)	141.271	182.719
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(47.721)	(82.049)
Dívida líquida	93.550	100.670
Total do patrimônio líquido	413.623	372.807
Total do capital	507.173	473.477
Índice de alavancagem financeira - %	18	21

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Instrumentos financeiros por categoria – consolidado

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Classificados como Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	181.760	161.261
Depósitos judiciais	7.416	10.130
Partes relacionadas	77.014	72.367
Caixa e equivalentes de caixa	47.721	82.049
	<u>313.910</u>	<u>325.807</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Classificados como Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	141.271	182.719
Passivo de arrendamento	190.235	-
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	279.491	243.203
	<u>610.997</u>	<u>425.922</u>

5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes (menos a perda (*impairment*)), partes relacionadas, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

As presentes demonstrações financeiras não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	1.860	2.017	1.860	2.017
Numerários em trânsito	11.675	17.575	11.675	17.575
Bancos conta movimento	6.489	4.202	6.781	4.301
Aplicações financeiras (i)	25.724	56.835	27.405	58.156
	<u>45.749</u>	<u>80.629</u>	<u>47.721</u>	<u>82.049</u>

- (i) São aplicações em renda fixa indexadas pela variação média de 50% a 98% do CDI, estão sujeitas a variações insignificantes de valor justo e podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, cuja intenção da administração é fazer uso destes recursos no curto prazo, ou seja, menos de 90 dias.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Administradoras de cartões (i)	83.721	70.143	83.721	70.143
Administradoras de cartões – partes relacionadas	36.613	32.447	36.613	32.447
Cheques pré-datados	26.994	27.315	26.994	27.315
Contas a receber de fornecedores (ii)	39.569	39.761	39.569	39.761
Contas a receber de fornecedores – relacionadas	347	347	347	347
Cartão - alimentação	28.636	18.367	28.636	18.367
Cartão – alimentação – partes relacionadas	9.111	8.652	9.111	8.652
Contas a receber de clientes	834	470	2.036	4.970
Contas a receber de clientes – relacionadas	247	-	257	-
Outros	1.135	1.030	1.135	1.030
Outros – partes relacionadas	282	-	282	-
Subtotal	180.889	157.086	182.091	161.586
Provisão para devedores duvidosos	(331)	(325)	(331)	(325)
	<u>180.558</u>	<u>156.761</u>	<u>181.760</u>	<u>161.261</u>

Não circulante

	Consolidado	
	2019	2018
Contas a receber de clientes (iii)	-	1.200

- (i) Administradoras de cartões: As operações de cartão de crédito são recebidas normalmente dentro de um prazo de 30 dias.
- (ii) Contas a receber de fornecedores: este saldo é proveniente de acordos comerciais gerados através de transações correntes entre o Grupo e seus fornecedores e baseadas, principalmente, no volume de compras.
- (iii) Relativo a venda à terceiros do imóvel da controlada Incomar, concluída em 12 de dezembro de 2017 onde foi estabelecido nova loja da Companhia, localizada na Av. Arquiteto Nildo Ribeiro, Maringá-PR.

As contas a receber têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	160.166	137.499	161.368	141.999
Vencidos até 30 dias	4.915	17.097	4.915	17.097
Vencidos de 31 a 60 dias	1.847	1.322	1.847	1.322
Vencidos de 61 a 90 dias	484	763	484	763
Vencidos de 91 a 120 dias	33	34	33	34
Vencidos acima de 121 dias	13.444	371	13.444	371
	<u>180.889</u>	<u>157.086</u>	<u>182.091</u>	<u>161.586</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	(325)	(950)	(325)	(950)
Constituição de provisão	(6)		(6)	
Reversão de provisão		625		625
Em 31 de dezembro	<u>(331)</u>	<u>(325)</u>	<u>(331)</u>	<u>(325)</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "outras despesas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

A administração da Companhia decidiu não constituir provisão para PCE para a modalidade de contas a receber referente a venda com cartões, sendo que parcela substancial do saldo de contas a receber vencido a mais de 121 refere-se a esta modalidade e tem como contraparte uma parte relacionada. Conforme documento assinado entre as partes, os pagamentos dos títulos vencidos serão realizados ao longo do ano de 2020.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercadorias para revenda	245.518	209.876	245.518	209.876
Ajuste a valor presente	(3.934)	(2.982)	(3.934)	(2.982)
Mercadorias para trocas	799	1.121	799	1.121
Mercadorias em trânsito	2.440	2.754	2.440	2.754
Estoque imobiliário – Incomar (i)	-	-	24.009	16.239
Outros	790	857	790	857
Provisões para perdas nos estoques (ii)	<u>(1.965)</u>	<u>(2.939)</u>	<u>(1.965)</u>	<u>(2.939)</u>
	<u>243.648</u>	<u>208.687</u>	<u>267.657</u>	<u>224.926</u>

(i) Em 2019, houve na Controlada Incomar, a reclassificação do saldo de construção em andamento da Loja de Paiçandu do grupo de imobilizado para o grupo de estoque, uma vez que a intenção da administração desta controlada é vender o ativo assim que finalizado.

(ii) As provisões para perdas nos estoques são compostas pela estimativa de perda por diferenças de inventário.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	(2.939)	(1.936)	(2.939)	(1.936)
Constituição de provisão		(1.003)		(1.003)
Reversão de provisão	974		974	
Em 31 de dezembro	<u>(1.965)</u>	<u>(2.939)</u>	<u>(1.965)</u>	<u>(2.939)</u>

O ramo de atividade varejista, está sujeito a um processo de perdas de estoque provenientes de sua operação, seja por furtos, deterioração ou perecibilidade, dentre outras. Este processo é previsto e reconhecido inclusive pela RFB (Receita Federal do Brasil) que prevê um percentual aceitável para dedutibilidade deste tipo de perdas. Baseado no histórico dessas perdas, a Companhia constitui provisão, a qual, em média, está abaixo do patamar reconhecido pela RFB para o varejo.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das mercadorias vendidas" totalizou R\$ 1.745.473 (2018 - R\$ 1.569.572).

Os terrenos registrados na subsidiária integral Incomar, estão diretamente relacionados a imóveis para comercialização com investidores dentro do padrão usual de negociações do setor imobiliário e encontram-se registrados pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor.

Não há ônus ou gravames sobre os estoques.

9 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento a funcionários	2.664	1.649	2.680	1.672
Adiantamento a fornecedores	673	1.834	774	1.942
Adiantamento para aquisição de novas Lojas (i)	12.000	-	12.000	-
Outros adiantamentos	12	9	12	10
	<u>15.349</u>	<u>3.492</u>	<u>15.466</u>	<u>3.624</u>

(i) Trata-se de adiantamento para a compra de duas lojas na cidade de Votuporanga-SP.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Valores a ressarcir (i)	1.500	2.575	1.500	2.575
Despesas do exercício seguinte	2.445	1.699	2.445	1.699
Ressarcimento de terceiros - seguros	1.682	-	1.682	-
Operações bancárias cessões de créditos	1.073	-	1.073	-
Aluguéis a receber	453	458	453	458
Investimentos bancários (cotas de capital)	477	456	477	456
Outros	59	5	61	5
	<u>7.689</u>	<u>5.193</u>	<u>7.691</u>	<u>5.194</u>
Não circulante				
Adiantamento de aluguéis	1.525	1.675	1.525	1.675
Impostos a recuperar	2.869	1.153	2.872	1.153
Empréstimos a receber	-	-	-	2
Seguros a apropriar	69	714	69	714
Consórcios	626	423	626	423
	<u>5.089</u>	<u>3.965</u>	<u>5.092</u>	<u>3.967</u>
	<u>12.778</u>	<u>9.158</u>	<u>12.783</u>	<u>9.161</u>

- (i) Referem-se a desembolsos por pagamentos de despesas pertencentes aos antigos acionistas da rede adquirida Amigão, que serão amortizados com os valores retidos para pagamento conforme descrito na (Nota 22).

11 Títulos públicos estaduais

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Valor de face dos precatórios adquiridos	12.165	12.165
(-) Deságio obtido na aquisição dos precatórios	(6.976)	(6.976)
(-) Provisão para perdas na realização dos precatórios	(5.189)	(5.189)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Para os títulos precatórios detidos pela Companhia, cuja administração possui dúvidas sobre sua recuperabilidade, é constituída provisão para perda da totalidade do seu valor.

12 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto diferido ativos – Prejuízo fiscal e Base negativa				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	5.952	4.787	5.952	4.787
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	14.235	18.304	14.235	18.304
	<u>20.187</u>	<u>23.091</u>	<u>20.187</u>	<u>23.091</u>
Imposto diferido ativos – Diferenças temporárias				
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	11.553	12.275	11.553	12.275
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	12.617	15.225	12.617	15.225
	<u>24.170</u>	<u>27.500</u>	<u>24.170</u>	<u>27.500</u>
	<u>44.357</u>	<u>50.591</u>	<u>44.357</u>	<u>50.591</u>
Imposto diferido passivos				
Passivo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses	(1.850)	(2.516)	(1.850)	(2.516)
Passivo de imposto diferido (ágio)	(90.166)	(84.497)	(90.166)	(84.497)
	<u>(92.016)</u>	<u>(87.013)</u>	<u>(92.016)</u>	<u>(87.013)</u>
	<u>(47.659)</u>	<u>(36.422)</u>	<u>(47.659)</u>	<u>(36.422)</u>

As parcelas registradas no não circulante tem as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020		10.689		10.689
2021	8.560	9.963	8.560	9.963
2022	9.963	8.328	9.963	8.328
Após 2023	8.328	4.549	8.328	4.549
Total	<u>26.851</u>	<u>33.529</u>	<u>26.851</u>	<u>33.529</u>

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções que os suportam são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		
	Provisões	Prejuízos fiscais	Total
Ativo de imposto diferido			
Em 1º de dezembro de 2018	(29.030)	(26.380)	(55.410)
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	1.530	3.289	4.819
Em 31 de dezembro de 2018	(27.500)	(23.091)	(50.591)
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	3.330	2.905	6.234
Em 31 de dezembro de 2019	<u>(24.170)</u>	<u>(20.186)</u>	<u>(44.357)</u>

	Controladora e Consolidado			
	Amortização fiscal do ágio	Ajuste ao valor justo	Outros	Total
Passivo de imposto diferido				
Em 1º de dezembro de 2018	78.829	2.068	848	81.745
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	5.668	(530)	130	5.268
Em 31 de dezembro de 2018	84.497	1.538	978	87.013
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	5.669	(530)	(136)	5.003
Em 31 de dezembro de 2019	<u>90.166</u>	<u>1.008</u>	<u>842</u>	<u>92.016</u>

13 Investimentos

	Percentual de participação	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Distribuição de lucros	Saldo em 31/12/2019
Incomar Empreendimentos Imobiliários	99,99%	36.949	479	(3.179)	34.249
Total		<u>36.949</u>	<u>479</u>	<u>(3.179)</u>	<u>34.249</u>

As movimentações ocorridas durante o ano de 2019 e 2018 na conta de investimentos da controladora estão abaixo apresentadas:

	Controladora	
	2019	2018
Em 1º de janeiro	36.949	36.040
Equivalência patrimonial	479	909
Recebimento de dividendos - controladas	(3.179)	-
Em 31 de dezembro	<u>34.249</u>	<u>36.949</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas (principais e com participação não controladora relevante).

Balanço patrimonial sintético

	Controladas			
	Direta Incomar		Indireta Pighes	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Ativo	28.015	23.311	6.335	5.583
Passivo	(310)	(1.710)	(6.329)	(5.611)
Ativo (passivo) circulante líquido	27.705	21.601	6	(28)
Não circulante				
Ativo	6.534	15.349	22.534	27.677
Passivo	-	-	(19.594)	(24.737)
Ativo não circulante líquido	6.534	15.349	2.940	2.940
Patrimônio líquido	34.239	36.950	2.946	2.912
Participação %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

14 Arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2019	
	31 de dezembro	1º de janeiro
Ativos de direito de uso		
Edificações	179.940	160.228
	179.940	160.228
Passivos de arrendamentos		
Circulante	37.787	19.927
Não circulante	152.448	140.301
	190.235	160.228

As adições aos ativos de direito de uso durante o exercício de 2019 totalizaram R\$ 32.728. Os valores apresentados na tabela acima são líquidos da depreciação.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Saldos reconhecidos na
demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	<u>2019</u>
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas - encargo total de depreciação - Nota 25)	
Edificações	(24.807)
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 27)	(18.113)
Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos em passivos de arrendamentos (incluídas em despesas operacionais - Nota 25)	<u>(4.927)</u>
	47.847

Os pagamentos de arrendamentos em 2019 juntamente com os juros, totalizaram R\$ 42.100.

O Grupo aluga prédios comerciais para sua área administrativa, lojas de varejo e atacado. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 1 ano a 20 anos e podem incluir opções de prorrogação, conforme descrito no item (iv) a seguir.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1ª de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente utilizando a taxa implícita do arrendamento ou uma taxa incremental.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- . pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- . o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo:

- . sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros. As taxas refletem as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- . usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e
- . faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- . quaisquer custos diretos iniciais; e
- . custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo contratual de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Pagamentos de arrendamentos variáveis

Alguns arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, como por exemplo, minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

(iv) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador.

(v) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

A Companhia divulga espontaneamente os requerimentos do Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019. A taxa incremental foi mensurada levando-se em consideração o custo de captação ponderado da Companhia em janeiro de 2019, o qual era de 145% do CDI. O CDI futuro, baseando-se no prazo contratual remanescente de cada contrato, foi extraído oficialmente da Bolsa Mercantil de Futuros, BMF. A taxa incremental mínima apurada foi de 9,37% a.a. para contratos de 12 meses e a taxa incremental máxima foi de 14,14% a.a. para o prazo de 240 meses.

Contratos por prazo e taxa de desconto

<u>Prazos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
1 ano	9,37%
3 anos	11,01%
5 anos	12,42%
10 anos	13,69%
15 anos	13,96%
20 anos	14,14%

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	160.228
Transferência	3.632
Juros provisionados	18.113
Adição por novos contratos	32.728
Pagamentos	(24.283)
Juros Pagos	(17.817)
Arrendamento variável	4.927
Outros	4.160
Ajuste de remensuração de arrendamentos baseados em índices ou taxas médias	8.547

Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019 190.235

O Grupo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações

Menos de 1 ano	37.787
Entre 1 e 2 anos	32.165
Entre 2 e 5 anos	63.038
Acima de 5 anos	<u>57.245</u>
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019	190.235

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	160.228
Adição por novos contratos	32.728
Ajustes por remensuração	8.547
Outros	3.244
Despesa de depreciação	<u>(24.807)</u>
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019	<u><u>179.940</u></u>

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	308.848	164.705
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>28.568</u>	<u>15.235</u>
	<u><u>337.416</u></u>	<u><u>179.940</u></u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta espontaneamente os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Após 2022</u>
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	190.235	174.635	157.442	139.219	137.774
Fluxo com projeção de inflação	197.844	179.857	166.891	151.631	150.247
Variação	4,00%	2,99%	5,66%	8,19%	8,30%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	179.940	159.005	136.219	114.399	112.722
Fluxo com projeção de inflação	187.138	164.096	145.196	125.899	124.244
Variação	4,00%	3,20%	6,18%	9,13%	9,27%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	17.817	18.802	17.066	15.189	80.476
Fluxo com projeção de inflação	18.463	19.076	17.838	16.318	87.981
Variação	4,00%	1,46%	4,52%	7,43%	9,33%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	24.807	27.037	26.488	25.483	114.349
Fluxo com projeção de inflação	25.799	27.488	27.872	27.725	160.541
Variação	4,00%	1,67%	5,22%	8,80%	11,22%

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15

Imobilizado

Controladora

	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2017										
Saldo inicial	3.894	20.919	47.270	38.600	1.142	7.165	45.367	9.069	3.305	176.731
Aquisições	-	1.347	3.427	-	-	5.103	6.516	-	51	16.444
Projetos em andamento	-	-	-	-	-	-	-	15.991	-	15.991
Baixas	-	(251)	(518)	-	-	(33)	-	-	-	(802)
Transferências	-	-	-	-	-	102	-	-	-	102
Depreciação	-	(2.862)	(6.147)	(1.633)	(516)	(2.608)	(6.964)	-	(325)	(21.055)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>19.153</u>	<u>44.032</u>	<u>36.967</u>	<u>626</u>	<u>9.729</u>	<u>44.919</u>	<u>25.060</u>	<u>3.031</u>	<u>187.411</u>
Em 31 de dezembro de 2018										
Custo	3.894	39.051	86.680	44.239	6.787	20.669	93.901	25.060	5.073	325.354
Depreciação acumulada	-	(19.898)	(42.648)	(7.272)	(6.161)	(10.940)	(48.982)	-	(2.042)	(137.943)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>19.153</u>	<u>44.032</u>	<u>36.967</u>	<u>626</u>	<u>9.729</u>	<u>44.919</u>	<u>25.060</u>	<u>3.031</u>	<u>187.411</u>
Em 1º de janeiro de 2019										
Saldo inicial	3.894	19.153	44.032	36.967	626	9.729	44.919	25.060	3.031	187.411
Aquisições	-	2.617	7.136	-	-	2.692	986	-	647	14.078
Projetos em andamento (i)	-	-	-	-	-	-	-	18.632	-	18.632
Baixas	-	(16)	(139)	-	-	(234)	-	-	-	(389)
Transferências	-	1.102	4.524	-	-	547	16.871	(23.044)	-	-
Depreciação	-	(2.902)	(6.320)	(1.633)	(353)	(3.300)	(8.738)	-	(350)	(23.596)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>19.954</u>	<u>49.233</u>	<u>35.334</u>	<u>273</u>	<u>9.434</u>	<u>54.038</u>	<u>20.648</u>	<u>3.328</u>	<u>196.136</u>
Em 31 de dezembro de 2019										
Custo	3.894	42.625	97.698	44.239	6.787	22.783	111.758	20.648	5.718	356.150
Depreciação acumulada	-	(22.671)	(48.465)	(8.905)	(6.514)	(13.349)	(57.720)	-	(2.390)	(160.014)
Saldo contábil, líquido	<u>3.894</u>	<u>19.954</u>	<u>49.233</u>	<u>35.334</u>	<u>273</u>	<u>9.434</u>	<u>54.038</u>	<u>20.648</u>	<u>3.328</u>	<u>196.136</u>
Taxa média de depreciação % ao ano		16	8	4	25	25	7		6	

(i) Trata-se de projetos em andamento que serão capitalizados após a entrada em operação.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado									
	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Edificações	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2017										
Saldo inicial	10.419	20.919	47.270	38.600	1.142	7.165	45.367	9.069	3.305	183.256
Aquisições	-	1.347	3.427	-	-	5.103	6.516	-	51	16.444
Projetos em andamento	-	-	-	-	-	-	-	23.641	-	23.641
Baixas	-	(251)	(518)	-	-	(33)	-	-	-	(802)
Transferências	-	-	-	-	-	102	-	-	-	102
Depreciação	-	(2.862)	(6.147)	(1.633)	(516)	(2.608)	(6.964)	-	(325)	(21.055)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>19.153</u>	<u>44.032</u>	<u>36.967</u>	<u>626</u>	<u>9.729</u>	<u>44.919</u>	<u>32.710</u>	<u>3.031</u>	<u>201.586</u>
Em 31 de dezembro de 2018										
Custo	10.419	39.051	86.680	44.239	6.787	20.669	93.901	32.710	5.073	339.529
Depreciação acumulada	-	(19.898)	(42.648)	(7.272)	(6.161)	(10.940)	(48.982)	-	(2.042)	(137.943)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>19.153</u>	<u>44.032</u>	<u>36.967</u>	<u>626</u>	<u>9.729</u>	<u>44.919</u>	<u>32.710</u>	<u>3.031</u>	<u>201.586</u>
Em 1º de janeiro de 2019										
Saldo inicial	10.419	19.153	44.032	36.967	626	9.729	44.919	32.710	3.031	201.586
Aquisições	-	2.617	7.136	-	-	2.692	986	121	647	14.199
Projetos em Andamento	-	-	-	-	-	-	-	18.633	-	18.633
Baixas	-	(16)	(139)	-	-	(234)	-	-	-	(389)
Transferências (i)	-	1.102	4.524	-	-	547	16.871	(30.815)	-	(7.771)
Depreciação	-	(2.902)	(6.320)	(1.633)	(353)	(3.300)	(8.738)	-	(350)	(23.596)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>19.954</u>	<u>49.233</u>	<u>35.334</u>	<u>273</u>	<u>9.434</u>	<u>54.038</u>	<u>20.649</u>	<u>3.328</u>	<u>202.662</u>
Em 31 de dezembro de 2019										
Custo	10.419	42.625	97.698	44.239	6.787	22.783	111.758	20.649	5.718	362.676
Depreciação acumulada	-	(22.671)	(48.465)	(8.905)	(6.514)	(13.349)	(57.720)	-	(2.390)	(160.014)
Saldo contábil, líquido	<u>10.419</u>	<u>19.954</u>	<u>49.233</u>	<u>35.334</u>	<u>273</u>	<u>9.434</u>	<u>54.038</u>	<u>20.649</u>	<u>3.328</u>	<u>202.662</u>
Taxa média de depreciação % ao ano		16	8	4	25	25	7		6	

(i) Saldo remanescente trata-se da reclassificação de imobilizado em andamento para estoque na controlada Incomar Empreendimentos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de R\$ 23.596 (2018 - R\$ 21.055), referente à despesa de depreciação, foi reconhecido no resultado em "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas".

O montante de R\$ 18.632 em 2019 registrados como imobilizado em andamento refere-se a investimentos que ainda não entraram em operação, que dentre outros projetos, são identificados como reforma das lojas Tamandaré R\$ 4.032, Toledo R\$ 4.748 e Fernandópolis R\$ 3.789.

O CD de Paiçandu inclui o seguinte valor, no caso em que a Companhia é arrendatária em uma operação de arrendamento financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	46.488	46.488	46.488	46.488
Depreciação acumulada	(10.222)	(8.029)	(10.222)	(8.029)
Saldo contábil, líquido	<u>36.266</u>	<u>38.459</u>	<u>36.266</u>	<u>38.459</u>

16 Intangível

(a) Composição e movimentação

Intangível	Controladora e Consolidado						
	Ágio (i) (ii)	Marcas registradas	Softwares	Fundo de comércio	Luvas	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2017	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>1.588</u>	<u>1.816</u>	<u>4.710</u>	<u>730</u>	<u>311.779</u>
Adições			182				182
Baixas			(2)				(2)
Amortização			(629)	(127)	(401)	(437)	(1.594)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>1.139</u>	<u>1.689</u>	<u>4.309</u>	<u>293</u>	<u>310.365</u>
Adições			3.074				3.074
Baixas							
Amortização			(592)	(149)	(391)	(293)	(1.425)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>302.658</u>	<u>277</u>	<u>3.621</u>	<u>1.540</u>	<u>3.918</u>	<u>(0)</u>	<u>312.014</u>
Taxa média de amortização % ao ano		-	20	5	5	20	

O montante de R\$ 1.425 (2018 – R\$ 1.594) referente à despesa de amortização foi reconhecido no resultado em "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas".

- (i) Em 2010, a Companhia incorporou a totalidade das ações da Cidade Canção e da Évora, em que a relação de troca foi realizada a valores de mercado. A CSD apurou um ágio, cujo fundamento econômico foi pautado com base na expectativa de rentabilidade futura da união do Cidade Canção e da Évora.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O fundamento econômico do ágio foi mensurado por empresa independente e refletido por meio de laudos de avaliação elaborados com base no fluxo de caixa descontado projetado ao longo de um período de sete anos. Esta incorporação proporcionou a expansão conjunta das operações da Cidade Canção e Évora, aumentando sua relevância e consolidação no mercado brasileiro, além de importantes ganhos em eficiência administrativa, maior flexibilidade no gerenciamento dos negócios e a centralização no gerenciamento das incorporadas.

Foi efetuado registro de ativos intangíveis gerados por intermédio do relacionamento com os clientes de cada uma das marcas. Este ativo intangível foi amortizado linearmente entre o período de 4 a 9 anos, de acordo com o laudo de avaliação e estudo efetuado.

- (ii) Em 2014, a Companhia adquiriu a rede de Supermercados Amigão apurando um ágio gerado pela expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 73.861, decorrente da aquisição de participação do capital do AMIGÃO.

(b) Testes do ágio para verificação de *impairment*

Anualmente, a CSD efetua a avaliação do valor recuperável do ágio contabilizado, de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 01 / IAS 36. Dessa forma, a administração avalia o valor recuperável do ágio no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC) - Varejo, que é determinado com base nas projeções **das Lojas que utilizam as bandeiras “Supermercados Cidade Canção”, “Amigão Supermercados” e “Supermercado São Francisco”** que também corresponde ao segmento reportado. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor.

O modelo econômico-financeiro calcula as receitas por meio das principais linhas de negócios, ou seja, faturamento das lojas atuais, considerando as premissas de crescimento, custos e despesas operacionais, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovadas pela Alta Administração para os próximos 5 anos e incluem o valor de perpetuidade. A taxa de desconto aplicada no modelo econômico – financeiro é de 13,08% e considera um crescimento de 4% para os fluxos de caixa que excedem o período de 5 anos.

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

Foram construídas duas análises de sensibilidade: a) variação positiva de até 10% na taxa de desconto utilizada e demais variáveis constantes e b) variação positiva de até 10% na taxa de desconto utilizada, decréscimo de até 10% no resultado do Ebitda projetado e demais variáveis constantes. Como resultados dessas análises de sensibilidade, não foram identificadas necessidades de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Empréstimos bancários (i)	22.303	22.519	22.303	22.519
FINAME - Financiamento industrial (ii)	3.659	4.288	3.659	4.288
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	-	1.462	-	1.462
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)	-	-	5.942	5.366
Debêntures (v)	21.054	10.011	21.054	10.011
	<u>47.016</u>	<u>38.280</u>	<u>52.958</u>	<u>43.646</u>
Não circulante				
Empréstimos bancários (i)	25.387	43.972	25.387	43.972
FINAME - Financiamento industrial (ii)	6.024	9.682	6.023	9.682
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	-	2.171	-	2.172
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)	-	-	19.595	24.737
Debêntures (v)	37.308	58.510	37.308	58.510
	<u>68.719</u>	<u>114.335</u>	<u>88.313</u>	<u>139.073</u>
Total dos empréstimos e financiamentos	<u>115.735</u>	<u>152.615</u>	<u>141.271</u>	<u>182.719</u>

Mapa de Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora					2019
	2018	Trans-ferência	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	
Empréstimos bancários (i)	66.492	-	4.848	(1.907)	(21.743)	47.690
FINAME - Financiamento industrial (ii)	13.970	-	-	-	(4.288)	9.682
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	3.632	(3.632)	-	-	-	-
Debêntures (v)	68.521	-	6.417	(5.807)	(10.769)	58.362
	<u>152.615</u>	<u>(3.632)</u>	<u>11.268</u>	<u>(7.714)</u>	<u>(36.800)</u>	<u>115.737</u>
	Consolidado					2019
	2018	Trans-ferência	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	2019
Empréstimos bancários (i)	66.492	-	4.848	(1.907)	(21.743)	47.690
FINAME - Financiamento industrial (ii)	13.970	-	-	-	(4.288)	9.682
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	3.632	(3.632)	-	-	-	-
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (iv)	30.104	-	3.747	(1.891)	(6.423)	25.537
Debêntures (v)	68.521	-	6.417	(5.807)	(10.769)	58.362
	<u>182.719</u>	<u>(3.632)</u>	<u>15.015</u>	<u>(9.605)</u>	<u>(43.224)</u>	<u>141.273</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora						
	2017	Captação - principal	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	Despesas Contratuais	2018
Empréstimos bancários (i)	124.294	50.000	14.810	(14.034)	(108.578)	-	66.492
FINAME - Financiamento industrial (ii)	16.779	434	1.682	(1.682)	(3.242)	-	13.971
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	1.100	3.106	145	(145)	(574)	-	3.632
Debêntures (iv)		70.000	1.234	(1.234)	-	(1.479)	68.521
	142.173	123.540	17.871	(17.095)	(112.394)	(1.479)	152.616

	Consolidado						
	2017	Captação principal	Juros Provisão	Juros Pagos	Amortização - principal	Despesas Contratuais	2018
Empréstimos bancários (i)	124.294	50.000	14.810	(14.034)	(108.578)	-	66.492
FINAME - Financiamento industrial (ii)	16.779	434	1.682	(1.682)	(3.242)	-	13.971
Obrigações de arrendamento financeiro (iii)	1.100	3.106	145	(145)	(574)	-	3.632
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários (v)	33.672		5.452	(2.134)	(6.887)	-	30.103
Debêntures (iv)		70.000	1.234	(1.234)	-	(1.479)	68.521
	175.845	123.540	23.323	(19.229)	(119.281)	(1.479)	182.719

(i) Os empréstimos bancários têm vencimento até 2024, sendo garantidos pela carteira de recebíveis de cartão e ações dos acionistas. Em 2019 não houve captação de novos empréstimos.

(ii) Os financiamentos na modalidade FINAME têm como garantias dadas as máquinas e equipamentos financiados.

(iii) As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados. A totalidade destes bens é reconhecida como ativo imobilizado da Companhia sofrendo a depreciação normal de acordo com a sua expectativa de vida útil econômica.

(iv) Em 21 novembro 2013, a controlada Pighes Empreendimentos Imobiliários Ltda emitiu certificados de recebíveis imobiliários no valor de R\$ 34.000, garantidos na sua totalidade pela controladora CSD. Os recursos obtidos por meio da emissão foram utilizados para a construção de seu Centro de Distribuição localizado na cidade de Paçandu Estado do Paraná.

Os certificados são atualizados monetariamente pela variação acumulada do índice de preço ao consumidor amplo (IPCA).

O pagamento da primeira parcela ocorreu em 7 de outubro de 2014, no total de 110 parcelas mensais a findarem em 10 de novembro de 2023.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Certificados de recebíveis imobiliários	25.537	30.104
Juros sobre CRI	2.972	4.864
Total	28.509	34.968
Circulante	5.942	5.367
Não circulante	19.595	24.737
	25.537	30.104

(v) A Companhia realizou emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no valor total de R\$70.000, nos termos da instrução 476^a da CVM com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das S.A.

As parcelas dos empréstimos e financiamentos registradas no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	45.249	-	50.956
2021	42.366	43.457	49.180	49.570
2022	25.319	25.629	32.077	38.547
Após 2023	1.033	-	7.056	-
Total	68.718	114.335	88.313	139.073

Em conexão com as emissões de debêntures, certificados de recebíveis imobiliários e parte das operações de empréstimos, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados anualmente com base nas informações contábeis consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: índice de dívida líquida (dívida menos disponibilidades)/EBITDA menor ou igual a 3. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores de mercadorias	265.576	234.409	265.576	234.409
Fornecedores de hortifrutigranjeiros	11.570	6.729	11.570	6.729
Fornecedores de produtos de consumo	4.192	3.307	4.192	3.307
Ajuste a valor presente	(1.847)	(1.267)	(1.847)	(1.267)
Outras contas a pagar		25		25
	<u>279.491</u>	<u>243.203</u>	<u>279.491</u>	<u>243.203</u>

O contas a pagar corresponde principalmente ao saldo em aberto com fornecedores. Neste grupo de contas, incluem O contas a pagar que os fornecedores têm transferidos para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso, inclusive. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios.

O Grupo intermedia entre os fornecedores e as instituições financeiras a antecipação das faturas do contas a receber dos fornecedores com o Grupo decorrentes da venda de mercadorias e serviços. A dívida com o fornecedor fica registrada na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não tem diferença de natureza e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação. O Grupo recebe uma comissão por este serviço, a receita obtida com estas operações em 2019 foi de R\$ 4.171 (2018 – R\$ \$ 2.604), o montante das operações em aberto em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 51.862 (2018 – R\$ 36.552).

19 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
ICMS a recolher	17.162	18.042	17.162	18.042
PIS e COFINS sobre faturamento a recolher	-	-	165	321
IRPJ e CSLL a recolher	2.430	755	2.788	1.273
IRRF de terceiros a recolher	102	11	102	11
INSS s/ serviços de terceiros a recolher	8	6	8	6
Outros tributos a recolher	593	87	639	152
	<u>20.295</u>	<u>18.901</u>	<u>20.864</u>	<u>19.805</u>
Não circulante				
IRPJ e CSLL - Autos de infração (i)	56.698	-	56.698	-
	<u>76.993</u>	<u>18.901</u>	<u>77.562</u>	<u>19.805</u>

- (i) Com a adoção do IFRIC 23 / ICPC 22 (Nota 2.1 (d)), os saldos relacionados à atuação referente inadequação na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. Os valores relativos à atuação do Programa de Integração Social – PIS, ocorrida durante os anos de 2001 a 2004 da incorporada Évora, foram reclassificados para a rubrica de Obrigações Tributárias. Vide Nota 21 (a).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Parcelamento de impostos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Principal	2.866	3.097	2.866	3.097
Multa e juros	1.347	1.457	1.347	1.457
	<u>4.213</u>	<u>4.554</u>	<u>4.213</u>	<u>4.554</u>
Não circulante				
Principal	3.325	5.059	3.325	5.059
Multa e juros	762	1.159	762	1.159
	<u>4.087</u>	<u>6.218</u>	<u>4.087</u>	<u>6.218</u>
Total de parcelamento de impostos	<u>8.300</u>	<u>10.772</u>	<u>8.300</u>	<u>10.772</u>

O quadro abaixo indica as movimentações de consolidação dos parcelamentos de ICMS e transferências dos precatórios utilizados no Termo de Pedido de Parcelamento formalizado no exercício, demonstrando a variação ocorrida no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Em 1º de janeiro	10.772	10.835	10.772	10.835
Adição por adesão parcelamento	-	1.060	-	1.060
Baixa de parcelamentos/pagamentos	(2.837)	(1.752)	(2.837)	(1.752)
Atualização	365	629	365	629
Em 31 de dezembro	<u>8.300</u>	<u>10.772</u>	<u>8.300</u>	<u>10.772</u>

As parcelas dos parcelamentos de impostos registradas no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	3.903	-	3.903
2021	2.942	2.315	2.942	2.315
2022	1.145	-	1.145	-
Total	<u>4.087</u>	<u>6.218</u>	<u>4.087</u>	<u>6.218</u>

A distribuição das parcelas registradas no passivo não circulante está considerando a liquidação de um saldo representativo do valor devido, com base na homologação de títulos precatórios dados como forma de pagamento no exercício de 2015, conforme prevê a Lei Estadual nº 17.082/2012.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21

Provisões

Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários em andamento, originários de casos em que o risco de perda foi considerado provável, como segue:

	Consolidado									
	Autos de infração	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Demais provisões	Subtotal provisões	Depósitos judiciais precatórios	Demais depósitos judiciais	Subtotal depósitos judiciais	Total
Em 1º de janeiro de 2018	63.441	42.004	619	17.323	359	60.305	(4.176)	(3.615)	(7.791)	52.514
Adições	-	4.415	342	4.999	-	9.756	(1.444)	(1.275)	(2.719)	7.037
Baixas	-	-	(656)	(6.155)	(359)	(7.170)	792	209	1.001	(6.169)
Variação monetária	-	2.512	-	424	-	2.936	(287)	(334)	(621)	2.315
Reversão	-	(8.780)	-	(1.272)	-	(10.052)	-	-	-	(10.052)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>63.441</u>	<u>40.151</u>	<u>305</u>	<u>15.319</u>	<u>-</u>	<u>55.775</u>	<u>(5.115)</u>	<u>(5.015)</u>	<u>(10.130)</u>	<u>45.645</u>
Em 1º de janeiro de 2019	63.441	40.151	305	15.319	-	119.216	(5.115)	(5.015)	(10.130)	109.086
Adições	-	11.218	183	7.865	-	19.266	-	(1.263)	(1.263)	18.004
Baixas	-	(7.410)	(234)	(10.792)	-	(18.436)	1.047	3.398	4.445	(13.991)
Transferência (ii)	(53.870)	-	-	-	-	(53.870)	-	-	-	(53.870)
Variação monetária	502	2.124	-	190	-	2.816	-	(468)	(468)	2.348
Reversão(i)	-	(4.781)	-	(5.446)	-	(10.227)	-	-	-	(10.227)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>10.073</u>	<u>41.302</u>	<u>254</u>	<u>7.136</u>	<u>-</u>	<u>58.765</u>	<u>(4.068)</u>	<u>(3.348)</u>	<u>(7.416)</u>	<u>51.349</u>

- (i) Trata-se da reversão de provisão por conta da adesão ao programa de parcelamento de dívidas tributárias concedido pelo Governo (PERT), conforme detalhado na Nota 21 (a).
(ii) Trata-se da adoção inicial do IFRIC 23 / ICPC 22, conforme detalhado na Nota 2.1 (d).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Tributárias

As demandas tributárias são substancialmente indexadas pela SELIC, cuja taxa foi aproximadamente de 4,68% em dezembro de 2019 (6,5% em 2018) e estão sujeitas, quando aplicável, a multas.

Abaixo destacamos os principais processos tributários provisionados pela Companhia:

Durante o ano de 2005, a Évora, incorporada pela CSD em julho de 2010, foi atuada pela Receita Federal sobre inadequação na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social- COFINS ocorrida durante os anos de 2001 a 2004.

Conforme adoção do IFRIC 23 / ICPC 22 (Nota 2.1 (d)), em 2019, ocorreu a reclassificação do montante de R\$ 53.870 relativo à autuação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para o grupo de contas Impostos a Recolher de longo prazo (Nota -19). O saldo remanescente de R\$ 10.073 referente à autuação do PIS - Programa de Integração Social continua sendo apresentado na rubrica de Provisões.

A Companhia está questionando este auto na esfera administrativa. O entendimento dos advogados externos responsáveis pelo acompanhamento deste processo é de que a forma de lavratura do auto de infração emitido pela Receita Federal não está adequada, pois a fonte de informação adotada pelo auditor fiscal foram livros fiscais não relacionados aos impostos autuados, assim como margens de contribuição não aplicáveis ao ramo de atividade da Companhia.

Esses processos estão sendo provisionados em sua totalidade pela Companhia, assim como seu respectivo valor a ressarcir, registrado no grupo de contas a receber longo prazo - garantias a receber (Nota 29(a)), uma vez que em caso de perda, há imóveis hipotecados fornecidos pelos antigos acionistas da Évora no mesmo montante da causa.

Lastreados pelo Medida Provisória expedida pelo Governo Federal MP 783/2017 de 31 de maio de 2017 e Lei 13.496/2017 a qual instituiu o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, a Companhia utilizou o parecer de seus advogados para abdicar da discussão administrativa no caso da dívida federal COFINS pertencente a empresa EVORA, autuação de 2001 a 2004, sendo todo o desembolso classificado no contas a receber de Partes relacionadas Nota 29, já que a mesma será reembolsada pelos sócios. No caso da dívida da empresa **adquirida em 2014 “AMIGÃO”**, a Companhia desistiu da adesão a Lei 12.996/2014 e aderiu a Lei 13.496/2017 (PERT 2017). O demonstrativo abaixo ilustra a negociação:

	ÉVORA COFINS Valor	AMIGÃO IR/CS/PIS/COFINS Valor
Dívida PERT	37.882	8.449
Benefício de perdão de juros e multas	(17.473)	(2.070)
Dívida líquida a parcelar	20.409	6.379
Entrada total (valores pagos em 2017)	(7.575)	(1.690)
Saldo inicial a parcelar	12.411	4.650
Saldo da dívida em 31 de dezembro de 2019	<u>11.962</u>	<u>3.849</u>

Compõem as provisões tributárias valores relativos aos riscos tributários sobre perdas de estoques que correspondem a R\$ 22.647 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 22.971 em 31 de dezembro de 2018), autuações de ICMS no estado do PR no montante de R\$ 6.368 (Em 2018 não havia valor provisionado),

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contingências sobre acordos comerciais R\$ 7.637 (R\$ 7.411 em 2018) e riscos tributários originários da aquisição dos Supermercados Amigão de R\$ 4.822 (R\$ 14.472 em 2018).

Há também outros processos ou autuações fiscais que ocorreram no curso normal dos negócios. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível e, portanto, não constituiu provisão para perdas deste montante. O total desses processos é de R\$ 27.298 (2018 – R\$ 3.730).

(b) Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia discute judicialmente processos no montante de R\$ 3.973 (2018 - R\$ 1.558) onde seus assessores jurídicos reconhecem que os mesmos possuem risco de perda possível.

(c) Trabalhistas

O Grupo responde por ações de natureza trabalhista e com base em decisões judiciais desfavoráveis históricas, estima com segurança, as prováveis perdas futuras de processos trabalhistas não transitados e julgados na qual a Companhia é reclamada, a qual em 31/12/2019 é de 21,02% sobre o total de pedidos dos reclamantes. A quantidade de processos de pequeno valor, os quais, podem ainda possuir diversos pedidos distintos em um único processo, e a não padronização dos julgamentos, torna a tarefa de classificação de chance de ocorrência complexa e arbitrária por parte de advogados ou peritos judiciais. A Companhia possui R\$ 3.548 (2018 – R\$ 5.405), cujo o risco de perda foi considerado como possível.

22 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Contas a pagar - diversos (i)	17.877	24.406	17.990	25.411
Contas a pagar imobilizado	7.515	9.490	7.515	9.490
Aluguéis a pagar	3.981	3.850	3.981	3.850
Honorários e serviços terceirizados	3.085	2.663	3.085	2.663
Fretes a pagar	1.990	902	1.990	902
Cooper Card - Multi benefícios	1.130	927	1.130	927
	<u>35.578</u>	<u>42.238</u>	<u>35.691</u>	<u>43.243</u>
Não circulante				
Aluguéis a pagar	-	65	-	64
Hold Back (ii)	876	3.819	876	3.819
	<u>876</u>	<u>3.884</u>	<u>876</u>	<u>3.883</u>
	<u>36.454</u>	<u>46.121</u>	<u>36.567</u>	<u>47.126</u>

(i) Trata-se de contas a pagar referente as despesas gerais da Companhia.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Refere-se a parcela a pagar aos antigos acionistas do Amigão, retidos a título de “*escrow account*”. Este valor retido refere-se ao contrato de compra de quotas firmado em 06 de junho de 2014, para proteger a Companhia em relação a todas e quaisquer perdas, prejuízos, responsabilidades, insubsistência ativas, superveniências passivas, dívidas, contingências presentes e futuras, danos diretos e indiretos, lucros cessantes, demandas, multas, penalidades, custos, despesas ou outras obrigações de caráter pecuniário, incluindo, mas não se limitando, a custas processuais, correção monetária, depósitos, honorários advocatícios e honorários de outros especialistas, que venham afetar negativamente ou serem incorridas ou suportadas pela Companhia.

23 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Controladora era de R\$ 333.081 dividido em 320.366 mil ações ordinárias. Em 24 de maio de 2019, os acionistas integralizaram na sua proporção R\$ 11.186 no capital social, desta forma seu montante em 31 de dezembro de 2019 passou a ser de R\$ 344.267 dividido em 329.979 mil ações ordinárias. Em 2018, os acionistas integralizaram na sua proporção R\$ 6.918 no capital social, desta forma seu montante em 31 de dezembro de 2018 passou a ser de R\$ 333.081 dividido em 320.366 mil ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária por meio de emissão de até 10.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. A propriedade dessas ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de Registro de Ações Nominativas.

(b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	Consolidado	
	2019	2018
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	53.130	46.607
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	323.832	320.366
	<u>0,16</u>	<u>0,15</u>

Não há outros instrumentos conversíveis em ações. Por essa razão o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva legal acumulada em 31 dezembro de 2019 é de R\$ 8.547. (R\$ 5.891 em 31 de dezembro 2018).

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Dividendos propostos

Os dividendos mínimos obrigatórios são representados por 25% do lucro líquido ajustado, alinhado com os termos da Lei das Sociedades por Ações, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	<u>53.130</u>	<u>46.607</u>
Base para cálculo da reserva legal	53.130	46.607
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(2.656)</u>	<u>(2.330)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>50.474</u>	<u>44.277</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>(12.619)</u>	<u>(11.069)</u>
Dividendos propostos no exercício	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Na forma de JCP (i)	<u>(23.499)</u>	<u>(22.838)</u>
	<u>(23.499)</u>	<u>(22.838)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>44%</u>	<u>49%</u>

- (i) Durante o exercício de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração, a distribuição de dividendos propostos na forma de juros sobre capital próprio aos acionistas, no montante total de R\$ 23.499 referente ao exercício de 2019 (R\$ 22.838 referente a 2018) e tendo por base o patrimônio líquido da sociedade, e portanto, acima do valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

(e) Reserva de lucros a distribuir

Com o advento da Lei nº 11.638 promulgada em 28 de dezembro de 2007, deve ocorrer a destinação integral do lucro do exercício, sendo assim o saldo do lucro do exercício 2012, após a constituição obrigatória da Reserva Legal e a distribuição de dividendos prevista em Estatuto foi transferido para a conta de reserva de lucros a distribuir, até a data da Assembleia e reunião do Conselho de Administração, onde será definida a destinação efetiva do valor.

Conforme prevê Estatuto, artigo 40 item (iii) até 70% do lucro líquido do exercício poderá compor reserva de Investimentos, inclusive em Expansão, visando assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.

As reservas de lucros a distribuir até 31 dezembro 2019 é de \$ 60.806 (R\$ 33.832 em 31 de dezembro de 2018).

(f) Juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, aprovou a distribuição aos acionistas, a título de Juros sobre o Capital Próprio, o valor total de R\$ 23.499 (R\$ 22.838 em 2018), equivalente ao valor bruto de R\$ 0,07 por ação. Sobre esse valor incide Imposto de Renda com alíquota de 15%, exceto para os acionistas imunes ou com tributação diferenciada, conforme documentação comprobatória. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2019 e submetidos à deliberação da próxima Assembleia Geral Ordinária.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações ocorridas durante o ano de 2019 e 2018 na conta de juros sobre capital próprio da controladora estão abaixo apresentadas:

			2019	2018
Em 1ª de janeiro			22.838	10.826
Pagamentos			(22.838)	(10.826)
Adições			23.499	22.838
Em 31 de dezembro			<u>23.499</u>	<u>22.838</u>

24	Receita de vendas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
	Mercadorias vendidas	2.547.687	2.280.852	2.548.334	2.283.779
	Deduções da receita				
	Impostos sobre vendas	(135.419)	(120.000)	(135.854)	(120.402)
	Vendas canceladas	(3.759)	(3.056)	(3.759)	(3.056)
		<u>2.408.509</u>	<u>2.157.796</u>	<u>2.408.721</u>	<u>2.160.321</u>

25	Despesas por natureza	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
	Mercadorias	1.945.808	1.755.538	1.945.808	1.757.408
	Ajuste a valor presente	(18.009)	(16.946)	(18.009)	(16.946)
	Contratos comerciais	(175.061)	(155.859)	(175.061)	(155.859)
	Créditos de ICMS ST MVA não realizada	(7.265)	(13.161)	(7.265)	(13.161)
	Fretes s/ vendas	6.012	5.522	6.012	5.522
	Fretes diversos e transporte de valores	20.776	19.428	20.776	19.428
	Depreciação e amortização	25.021	22.649	25.021	22.649
	Depreciação arrendamento	24.807	-	24.807	-
	Despesas com propaganda	27.013	25.345	27.013	25.345
	Despesas com consultoria e auditoria	7.759	8.923	7.786	8.964
	Despesas com pessoal	295.896	264.293	295.885	264.293
	Participação dos funcionários nos resultados	10.989	3.554	10.989	3.554
	Despesas com imóveis	18.899	46.905	19.001	46.994
	Despesas com comunicações	2.385	2.121	2.385	2.121
	Energia elétrica	30.937	25.789	30.937	25.789
	Multas, impostos e taxas	1.635	2.753	1.644	2.755
	Manutenção de máquinas e equipamentos	8.151	7.483	8.151	7.483
	Taxa de administração de cartão	20.241	17.740	20.241	17.740
	Perdas diversas	58.371	52.847	58.371	52.847
	Outras despesas gerais	51.551	45.770	50.308	44.667
		<u>2.355.916</u>	<u>2.120.694</u>	<u>2.354.800</u>	<u>2.121.593</u>

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo das mercadorias vendidas (i)	1.745.473	1.569.572	1.745.473	1.571.442
Despesas com vendas	344.841	280.927	344.841	280.927
Despesas gerais e administrativas	<u>265.602</u>	<u>270.195</u>	<u>264.486</u>	<u>269.224</u>
	<u>2.355.916</u>	<u>2.120.694</u>	<u>2.354.800</u>	<u>2.121.593</u>

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O custo das mercadorias vendidas é formado pelo valor do custo subtraído o valor das verbas de acordos comerciais com fornecedores (bonificações), estabelecidas conforme os contratos de aquisição de mercadorias, menos o ajuste a valor presente dos fornecedores em consequência do giro dos estoques e subtraído ainda o valor dos créditos de ICMS - Substituição Tributária (ICMS ST).

26 Outras receitas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Créditos de ICMS, PIS e COFINS (i)	16.147	19.055	16.147	19.055
Receita de reciclagem de produtos	3.887	3.828	3.887	3.828
Receita de contratos logísticos (ii)	37.081	31.961	37.081	31.961
Receita sobre a venda de recarga de celulares	407	333	407	333
Receita de aluguel	3.299	1.157	3.321	1.157
Provisões tributárias	5.252	3.582	5.252	3.582
Outras	2.699	(258)	2.703	(258)
	<u>68.772</u>	<u>59.658</u>	<u>68.798</u>	<u>59.658</u>

- (i) São créditos de ICMS, PIS e COFINS calculados sobre aluguel, energia elétrica, depreciação, fretes, manutenção de equipamentos, água e esgoto, comunicação de dados, material de embalagem, entre outras despesas, onde se conclui que tais despesas são essenciais à operação. Os referidos créditos são apurados à luz da legislação vigente e com base na opinião legal dos seus assessores jurídicos externos.
- (ii) Receita de contratos logísticos correspondem a acordos comerciais com fornecedores. O fato gerador destes acordos está relacionado a opção do fornecedor em utilizar o Centro de Distribuição como forma de realizar entrega centralizada. Desta forma o custo de distribuição para as lojas (carga e descarga, frete e armazenagem), fica por conta da Companhia, que busca compensar pelos acordos comerciais logísticos.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27	Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
	Despesa financeira				
	Juros de empréstimos bancários	(11.923)	(13.827)	(11.823)	(13.705)
	Juros de financiamentos bancários	(1.224)	(1.682)	(1.224)	(1.682)
	Juros e multas sobre parcelamento de impostos (i)	(456)	(629)	(456)	(629)
	Juros sobre o passivo de arrendamento (Nota 14)	(18.113)	(2.262)	(18.113)	(2.262)
	Variações monetárias passivas	(1.853)	(2.262)	(1.853)	(2.263)
	Ajuste a valor presente	(18.380)	(17.558)	(18.380)	(17.558)
	Outras	(5.040)	(8.798)	(5.064)	(8.828)
	Total das despesas financeiras	(56.989)	(47.018)	(56.913)	(46.926)
	Receita financeira				
	Variações monetárias ativas	4.572	3.811	4.572	3.811
	Juros recebidos	1.715	3.881	1.780	3.964
	Receita de variação cambial	-	607	-	607
	Ganhos com precatórios (Nota 11)	-	1.580	-	1.580
	Outras	(119)	1.439	(119)	1.439
	Total da receita financeira	6.168	11.318	6.233	11.402
	Resultado financeiro, líquido	(50.821)	(35.700)	(50.680)	(35.524)

28	Despesa de imposto de renda e contribuição social	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	71.023	61.969	72.039	62.862
	Alíquota do Imposto	34%	34%	34%	34%
	IR/CS pela alíquota nominal	24.148	21.069	24.493	21.373
	Diferenças permanentes	1.826	2.398	1.827	2.398
	Juros sobre capital próprio	(7.990)	(7.765)	(7.990)	(7.765)
	Diferidos sobre precatórios ano corrente	-	(242)	-	(242)
	Efeito adicional IRPJ	(24)	(24)	(24)	(24)
	PAT/Lei Rouanet	(97)	(50)	(97)	(50)
	Diferidos de diferenças tributárias indedutíveis	30	(24)	30	(24)
	Efeito da redução da base (Lucro Presumido controlada)	-	-	(345)	(304)
	Total contabilizado controladora	17.894	15.362	17.894	15.362
	Total contabilizado controlada	-	-	1.015	893
	Total contabilizado no exercício:				
	Corrente	6.656	5.275	7.672	6.168
	Diferido	11.237	10.087	11.237	10.087
	Alíquota efetiva	25%	25%	26%	26%

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Transações com partes relacionadas

(a) Saldos, as transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Contas a receber (i)	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda	34	26	34	26
Argus Empr. Imobiliários Ltda.	2	-	2	-
Cooper Cob	214	-	214	-
CTC Administradora e Participações Ltda.	1	-	1	-
Dutrido Alimentos Ltda.	107	114	107	114
EBC - Empresa Brasileira de Com. Ltda.	175	180	175	180
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	17	-	17	-
Instituto Cidade Canção	1	-	1	-
Jadon Expert	166	-	166	-
Pighes Empreendimentos e Participações	125	-	125	-
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	21	-	21	-
Vinícola Intervin Ltda.	14	27	14	27
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	45.723	41.099	45.723	41.099
Valores a ressarcir – Parcelamento REFIS/PERT	10.243	8.926	10.243	8.926
Valores a ressarcir antigos acionistas – Évora	66.771	63.441	66.771	63.441
Ativo não circulante – Partes Relacionadas	77.014	72.367	77.014	72.367

Contas a pagar - fornecedores (ii)	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo circulante - fornecedores				
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda	709	758	709	758
Cooper Cob	37	38	37	38
CTC Administradora e Participações Ltda.	52	51	52	51
Dutrido Alimentos Ltda.	1.968	1.697	1.968	1.697
EBC - Empresa Brasileira de Com. Ltda.	4.289	6.471	4.289	6.471
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	1.013	805	1.013	805
Jadon Comércio Importação e Exp. Ltda.	874	-	874	-
Vinícola Intervin Ltda.	384	344	384	344
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	31	29	31	29
GMC Administração e Participações Ltda.	5	4	5	4
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda	1.794	756	1.794	756
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	158	106	158	106
Neo Comunicações e Publicidades Ltda.	1	1	1	1
	11.315	11.060	11.315	11.060
Passivo circulante - Partes Relacionadas				
Pighes Empreendimentos e Par. Ltda. (Nota 17 (v))	5.942	5.366	-	-
Incomar Empreendimentos Imobiliários (iii)	1.083	1.205	-	-
	7.025	6.571	11.315	11.060
Passivo não circulante – Partes Relacionadas				
Pighes Empreendimentos e Par. Ltda (Nota 17 (v))	19.954	24.737	-	-
	26.979	31.308	11.315	11.060

Partes relacionadas – mútuo (iii)	Controladora	
	2019	2018
Ativo não circulante – outros ativos		
Incomar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.083	1.205
	1.083	1.205

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas de resultado (iv)	Controladora			
	2019			
	Receitas	Custos	Compras	Outras receitas (despesas)
Argus – Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	9
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	-	-	-	(344)
CTC Administradora e Participações Ltda.	-	-	-	(544)
Dutriogo Alimentos Ltda.	42	(32)	(12.395)	531
EBC – Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.	59	(49)	(28.259)	1.050
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	64	(52)	(1.493)	(280)
Jadon Comércio Importação e Exportação Ltda.	-	-	(1.749)	327
GMC Administração e Participações Ltda.	-	-	-	(54)
Vinícola Intervin Ltda.	1	(1)	(1.677)	85
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	-	-	-	(1.355)
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda	-	-	(4.652)	198
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	2	(2)	(1.338)	130
	<u>168</u>	<u>(136)</u>	<u>(51.563)</u>	<u>(247)</u>
	Controladora			
	2018			
	Receitas	Custos	Compras	Outras receitas (despesas)
Argus - Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	9
Cardoso Administradora de Bens Ltda.	-	-	-	(387)
CTC Administradora e Participações Ltda.	-	-	-	(562)
Dutriogo Alimentos Ltda.	373	-	(12.278)	387
EBC - Empresa Brasileira de Comercialização Ltda.	1.119	(362)	(49.744)	2.737
Ingá Comercial Atacadista Ltda.	95	(191)	(1.137)	285
GMC Administração e Participações Ltda.	-	-	-	(54)
Vinícola Intervin Ltda.	11	-	(2.069)	120
Cooper Card Administradora de Cartões Ltda.	3	-	-	(1.023)
Niporice Com. De Benef. De Arroz Ltda	-	-	(4.008)	-
Safira – Sul Brasileira de Distribuição	12	-	(1.150)	19
	<u>1.613</u>	<u>(553)</u>	<u>(70.386)</u>	<u>1.531</u>

As operações com partes relacionadas decorrem de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantém entre si e com outras entidades relacionadas. Estas operações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes. As principais operações são:

- (i) Os valores a receber com partes relacionadas referem-se principalmente a vendas de produtos.

O saldo do contas a receber circulante, refere-se principalmente ao meio de pagamento das vendas com o cartão da marca própria da Companhia.

O saldo do contas a receber não circulante, refere-se aos pagamentos do parcelamento do Refis/Pert efetuado pela Companhia que é sucessora da empresa Évora, e por conseguinte será reembolsado pelos acionistas do Évora.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia possui garantias na forma de bens imóveis no montante total de R\$ 66.770, para suportar, no caso de perda e ser executado o Auto de infração da Receita Federal relativo a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e do Programa de Integração Social - PIS ocorrida durante os anos de 2001 a 2004. (Nota 21)

- (ii) As obrigações da Companhia com partes relacionadas estão divididas em:

Aluguel: referem-se à obrigação de aluguéis de imóveis utilizados pela Companhia com as empresas relacionadas CTC e Cardoso;

Compra de mercadorias: Realizadas junto à EBC e a Ingá Comercial estas transações são provenientes de compras de produtos de cestas básicas e cestas de natal. As compras com a Iporã, Jadon e Vinícola Intervin referem-se a aquisições de produtos no atacado para revenda. Já as compras com a Dutrigo se referem aos produtos de panificação comercializados nas lojas da Companhia.

Taxas/Tarifas de Cartões: despesas com a CooperCard, com taxas administrativas de cartões e tarifas de cobrança relativas a essas vendas com cartões.

Leasing financeiro: contas a pagar com a Controlada indireta Pighes Empreendimentos relacionada a operação de aquisição e construção do Centro de Distribuição localizado no município de Paiçandu-PR.

- (iii) Os empréstimos com partes relacionadas possuem taxa média de juros de CDI + 0,25% a. m. e vencimentos até 31 de dezembro de 2020.

- (iv) As transações ocorridas no resultado de 2019 da Companhia com partes relacionadas estão assim discriminadas:

Receitas - vendas de mercadorias comercializadas pela Companhia a partes relacionadas;

Custos - custos relacionados às vendas acima descritas;

Compras - As compras realizadas com a EBC e a Ingá Comercial, são basicamente serviços de montagem de cestas básicas e cestas de natal, assim como compras de produtos no atacado. As compras com a Dutrigo se referem aos produtos de panificação comercializados nas lojas da Companhia; e

Outras receitas (despesas) – A receita com a Argus refere-se a receita de aluguel. As despesas com a Cardoso Administradora, CTC Administração, Easy Incorporação e GM Administração apresentadas, se referem a aluguel de lojas ou espaços utilizados pela Companhia. A despesa com a Ingá Comercial é referente a compra de cesta básica para os colaboradores da CSD. A despesa com a CooperCard é referente a prestação de serviço de cobrança, e a receita com a Dutrigo, EBC e Iporã são oriundas de acordos comerciais conforme as transações de compras de mercadorias.

A Companhia é avalista apenas da controlada Pighes conforme a operação de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e não possui qualquer vínculo de avalista com as demais partes relacionadas.

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo	<u>7.456</u>	<u>8.511</u>

30 Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

As bandeiras “Supermercados Cidade Canção”, “Amigão Supermercados” e “Supermercado São Francisco”, são correspondentes ao segmento de varejo. A bandeira “Stock Atacadista”, corresponde ao segmento de atacado de autosserviço.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 26 municípios em três estados (Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul). Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente e aos diretores da Companhia.

O Diretor – presidente e seus diretores avaliam o desempenho operacional por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos. Embora o segmento de atacado de autosserviço não atinja o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis, a administração concluiu que esse segmento deveria ser reportado, uma vez que é monitorado de perto pelo Diretor-Presidente, como um segmento de crescimento potencial e com expectativa de contribuir significativamente para as receitas do Grupo no futuro.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação. A Companhia calcula os resultados e o lucro operacional de cada segmento utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro estão incluídas no quadro a seguir:

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Varejo		Atacado		Eliminações / Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	2.269.766	2.061.843	138.743	95.953	212	2.525	2.408.721	2.160.321
Lucro bruto	644.908	572.744	18.128	15.480	212	2.525	663.248	588.879
Depreciação e amortização	(47.532)	(14.727)	(2.296)	(849)	-	(7.073)	(49.828)	(22.649)
Equivalência patrimonial	479	909			(479)	(909)	-	-
Lucro operacional	124.000	99.585	(2.156)	(1.916)	875	2.587	122.719	98.386
Resultado financeiro líquido	(49.555)	(35.697)	(1.266)	(2)	141	175	(50.680)	(35.524)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	74.445	63.887	(3.422)	(1.918)	1.016	2.763	72.039	62.862
IR e CSLL	-	-	-	-	-	-	(18.909)	(16.255)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	74.445	63.887	(3.422)	(1.918)	1.016	2.763	53.130	46.607
Ativo circulante	323.592	290.011	29.258	21.820	193.854	193.343	546.704	505.174
Ativo não circulante	109.361	117.210	9.841	6.603	664.963	475.802	784.138	599.615
Passivo circulante	246.745	189.680	22.799	14.459	238.829	223.031	508.373	427.170
Passivo não circulante	2.366	10.228	483	639	405.997	293.945	408.846	304.812
Patrimônio Líquido	183.842	207.313	15.817	13.325	213.964	152.169	413.623	372.807

Companhia Sulamericana de Distribuição

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2019, foram contratadas pelos montantes abaixo indicados:

<u>Ramos</u>	<u>Importância segurada</u>
Incêndio, raio e explosão (básica)	1.017.837
Danos elétricos	300
Vendaval/granizo/impacto de veículos	5.100
Vídeos/anúncios luminosos	360
Responsabilidade civil operações	1.000
Responsabilidade civil empregador	500
Seguro Garantia	1.573
Lucros cessantes decorrentes da básica	5.325
Veículos	Terceiros

32 Eventos subsequentes

Em 20 de fevereiro de 2020, ocorreu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com valor total de R\$ 90 milhões com prazo de 7 anos e carência de 12 meses. Os recursos serão utilizados para suportar o crescimento da operação da Companhia através da construção de novas lojas e um novo centro de distribuição. Os juros serão pagos trimestralmente com a mesma carência da amortização. As debêntures terão remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,98% ao ano.

Os impactos financeiros e operacionais futuros provocados pelo COVID – 19 na economia em geral e na Companhia são, neste momento, de difícil mensuração. A Administração tem tomado ações para preservar a integridade de pessoas e ativos, bem como manter a continuidade dos seus negócios em plena atividade. Entre as ações em andamento, a administração decidiu adotar temporariamente e de forma preventiva o afastamento dos colaboradores integrantes do grupo de risco, conforme indicação da Organização Mundial da Saúde – OMS e optou pela modalidade de trabalho remoto para uma parcela do seu pessoal administrativo. Adicionalmente, atendendo às determinações das autoridades competentes, a Companhia continua, na data destas demonstrações financeiras, com suas operações em seus 55 pontos de vendas, centros de distribuição e escritório em pleno funcionamento, uma vez que está incluída nos decretos federais e municipais como atividade essencial.

Durante o ano de 2020, a Companhia avaliará, em maior detalhe e previsão, os efeitos da COVID-19 em sua situação financeira e operacional, bem como nos negócios, e caso exista qualquer impacto significativo, principalmente mas não se restringindo aos possíveis contingenciamentos de ativos e passivos, recuperabilidade dos ativos e as provisões para perdas, avaliará a necessidade de registro contábil.

* * *